



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA MAIA

**RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA: DINÂMICA TERRITORIAL NA COMUNIDADE
CANAUINI NO BAIXO RIO BRANCO-RORAIMA**

**BOA VISTA, RR
2021**

RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA MAIA

**RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA: DINÂMICA TERRITORIAL NA COMUNIDADE
CANAUINI NO BAIXO RIO BRANCO-RORAIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal de Roraima, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Artur Rosa Filho
Coorientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva

Boa Vista, RR

2021

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP) Biblioteca
Central da Universidade Federal de Roraima

M217r Maia, Rafael Oliveira da Silva.

Ribeirinhos da Amazônia: dinâmica territorial na comunidade
Canauini no Baixo Rio Branco-Roraima / Rafael Oliveira da Silva Maia.
– Boa Vista, 2021.
132 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Artur Rosa Filho.

Coorientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPG-GEO.

1 - Dinâmica territorial. 2 - Baixo Rio Branco. 3 - Amazônia
ribeirinha. I - Título. II - Rosa Filho, Artur (orientador). III - Silva, Josué
da Costa (coorientador).

CDU - 911.3(811.4)

RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA MAIA

**RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA: DINÂMICA TERRITORIAL NA COMUNIDADE
CANAUINI NO BAIXO RIO BRANCO-RORAIMA**

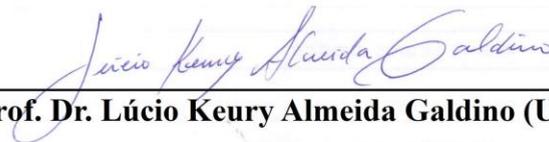
Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico. Defendida em 06 de agosto de 2021 e avaliada pela seguinte banca:



Prof. Dr. Artur Rosa Filho (Orientador – UFRR)



Prof. Dra. Maria das Graças dos Santos Dias (UFRR)



Prof. Dr. Lúcio Keury Almeida Galdino (UERR)



Prof. Dr. Thiago José da Costa Alves (UERR)

Ao povo da floresta que habita
Canauini /RR.

Ao mestre das águas do Rio
Branco, professor Dr. Antônio
Tolrino de Rezende Veras (*in
memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Universidade Federal de Roraima e ao PPGGEO que possibilitaram este estudo de forma gratuita para a obtenção deste título.

À Deus, eu não acredito em sua existência, mas acredito naquilo que ele É.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Artur Rosa Filho, por aceitar essa difícil missão de me orientar após a morte do meu orientador, Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras. Artur, a sua paciência e sua orientação foram fundamentais para finalização deste projeto. Com você aprendi que orientar vai muito além de ensinar os caminhos metodológicos para o projeto, é também ouvir e trilhar juntos um caminho já percorrido, tirando apenas algumas pedras do caminho.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Josué da Costa Silva, que apesar da distância, foi a primeira pessoa que me abraçou após a notícia do falecimento do Prof. Veras. Pouco nos falamos sobre a pesquisa, culpa minha e das perdas que o Covid-19 me trouxe. Mas ouvi cada áudio da vossa pessoa nos registros do Baixo Rio Branco sobre o bem viver. Fica um registro de que o último o subtópico é em sua homenagem.

Ao meu irmão intelectual Eder Rodrigues, pelas várias discussões e sugestões sobre o tema, foram muitos debates até acalorados, mas que me levaram a ter outro olhar para com a mãe natureza e povos da floresta.

Ao meu amigo Roberto Caleffi, que disponibilizou algumas imagens do seu acervo fotográfico do Baixo Rio Branco.

À minha Amiga Pâmola Andreia Lemke Walter, por me deixar a par de tudo que acontecia nas aulas e por cada conselho dado, que por sinal foram muitos.

À minha família, Ana Liz, Rafaela e Ana Claudia.

Aos moradores de Canauini que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, em especial ao seu fundador, senhor Americano e ao professor Charmisson.

À professora Dra. Elisângela Lacerda, que foi a primeira pessoa a apostar e acreditar no meu potencial de pesquisador

E, por fim, ao Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras (*In memoriam*). Este trabalho é para você e por você. Você me deu a maior experiência de vida

que já tive até este momento, que foi me encontrar comigo mesmo quando estávamos navegando nas águas do Rio Branco. Ter tido você como orientador foi um privilégio que jamais esquecerei. Amo-te, mestre!

“A representatividade e a importância do Baixo Rio Branco já se inicia com sua extensão territorial”. (SEABRA).

RESUMO

A Comunidade ribeirinha Canauini é uma das sete comunidades pertencentes ao município de Caracaraí. Situada na região denominada de Baixo Rio Branco, no sul do Estado de Roraima, dentro do perímetro da gleba Rio Preto e do Território da Área de Proteção Ambiental Xeruini (APA). A Comunidade já passou por inúmeras transformações socioterritoriais, devido às mudanças de localização geográfica, devido aos agentes transformadores do espaço e dos ciclos das águas do Rio Branco. Sendo assim, esta dissertação teve como objetivo geral compreender a dinâmica territorial da Comunidade, tendo como suporte teórico os conceitos de Território, Territorialidade e Comunidade ribeirinha em três dimensões: Território/territorialidade, Econômico e Cultural. O método adotado foi de caráter descritivo e exploratório buscando adotar uma perspectiva de totalidade para entender a dinâmica territorial do local, por intermédio do estudo de caso e da oralidade. Foram realizados dois trabalhos de campo com uso de procedimentos técnicos e instrumentais como aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas, observação direta nos locais onde acontecem as atividades econômicas, religiosas e esportivas e conversas informais (narrativa oral), bem como o uso do sistema de posicionamento global (GPS), registros fotográficos e audiovisuais e levantamento bibliográfico e documental. Com base em informações coletadas e elaboração de mapas temáticos, tabelas e gráficos, foi possível compreender a dinâmica territorial da Comunidade, considerando as territorialidades dos ribeirinhos. Os resultados nos mostraram a geo-história da Comunidade, os circuitos de vidas, sua forma de organização, os aspectos populacional e econômico bem como o viver dessa Comunidade.

Palavras-chaves: Dinâmica territorial. Baixo Rio Branco. Amazônia Ribeirinha.

ABSTRACT

The Canauini riverside community is one of seven communities belonging to the municipality of Caracaraí. Located in the region called Baixo Rio Branco in the south of the State of Roraima, within the perimeter of the Rio Preto tract and the Territory of the Xeruini Environmental Protection Area (APA). The community has already undergone countless socio-territorial transformations due to changes in geographic location, space-transforming agents and water cycles in the Lower Rio Branco. Thus, this dissertation had the general objective of understanding the socio-territorial dynamics of the Community, having as theoretical support the concepts of Territory, Territoriality and Riverside Community in three dimensions: Territory / Territoriality, Economic and Cultural. The method adopted was of a descriptive and exploratory character, seeking to adopt a perspective of totality in order to understand the socio-territorial dynamics of the place, through the case study and orality. Two fieldwork was carried out using technical and instrumental procedures such as questionnaires, semi-structured interviews, direct observation in places where economic, religious and sporting activities take place and informal conversations (oral narrative), as well as the use of the positioning system (GPS), photographic and audiovisual records and bibliographic and documentary survey. Based on information collected and thematic maps, tables and graphs, it was possible to understand the socio-territorial dynamics of the community, considering the territorialities of the riverside inhabitants. The results showed us the geohistory of the Community, the circuits of lives, its form of organization, the population and economic aspects as well as the life of this community.

Keywords: territorial dynamics. Baixo Rio Branco. Riverside Amazon.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| BRB | Baixo Rio Branco |
| ARPA | Programa de Áreas Protegidas da Amazônia |
| BASA | Banco da Amazônia |
| CAER | Companhia de Águas e Esgotos de Roraima |
| CER | Companhia Energética de Roraima |
| DAP | Departamento de Áreas Protegidas |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| FEMARH | Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos |
| FUNASA | Fundação Nacional de Saúde |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INMET | Instituto Nacional de Meteorologia |
| ITERAIMA | Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima |
| IACTI | Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| MM | Ministério do Meio Ambiente |
| PAD | Projeto de Assentamento Dirigido |
| PROCAD | Projeto de Cooperação em Ensino e Pesquisa |
| RDS | Reserva de Desenvolvimento Sustentável |
| SEPLAN | Secretaria do Desenvolvimento e Planejamento |
| SEMSA-CCI | Secretaria Municipal de Saúde de Caracaráí |
| SEMAD-CCI | Secretaria Municipal de Administração de Caracaráí |
| SEMOB-CCI | Secretaria Municipal de Obras de Caracaráí |
| SEMTA | Serviço de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia |
| SESP | Serviço Especial de Saúde Pública |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza |
| SBF | Secretaria de Biodiversidade e Florestas |
| SESAU | Secretaria de Estado da Saúde de Roraima |

| | |
|---------|---|
| UBS | Unidade Básica de Saúde |
| UCP | Unidade de Coordenação do Programa |
| UNIVIRR | Universidade Virtual de Roraima |
| ZEE- RR | Zoneamento Ecológico-Econômico de Roraima |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1- Mapa de localização da comunidade Ribeirinha Canauini/RR | 21 |
| Figura 2- Mapa de localização do Alto, do médio e do Baixo Rio Branco-Roraima..... | 42 |
| Figura 3- Mapa de formação histórica do Vale do rio Branco no século XVII e XVIII | 50 |
| Figura 4 - Cartaz que associa a Amazônia á terra da fartura..... | 56 |
| Figura 5- Território do Baixo rio Branco..... | 59 |
| Figura 6- Mapas das Glebas do Baixo rio Branco | 60 |
| Figura 7- Área de conservação Ambiental do Baixo Rio Branco-RR | 62 |
| Figura 8- Vista Parcial da Cidade de Caracaraí..... | 64 |
| Figura 9- Vista Parcial da Cidade de Rorainópolis..... | 65 |
| Figura 10- Vista aérea da cidade de Santa Maria do Boiaçu | 66 |
| Figura 11- Vista aérea da Comunidade Bela Vista | 70 |
| Figura 12- Vista aérea da Comunidade Sumaúma | 71 |
| Figura 13- Vista aérea da Comunidade Remanso | 72 |
| Figura 14- Vista aérea da Comunidade Xixiaú | 73 |
| Figura 15- Vista aérea da Comunidade Floresta | 74 |
| Figura 16- Trajeto de pesca esportiva da empresa River Plate no Baixo Rio Branco | 76 |
| Figura 17- Valores de pacotes da empresa River Plate para a pesca esportiva no Baixo Rio Branco-RR | 77 |
| Figura 18- Barco do projeto Doutores das Águas..... | 80 |
| Figura 19- Histórico de atendimentos dos Doutores das Águas..... | 80 |
| Figura 20- Vista aérea da Comunidade Canauini-RR | 81 |
| Figura 21- Vista aérea do Paraná do Amajaú..... | 82 |
| Figura 22- Organização dos elementos intracomunitário de Canauini | 85 |
| Figura 23- Tipos de Moradias dos ribeirinhos de Canauini | 86 |
| Figura 24- Duas principais ruas da Comunidade Canauini | 87 |
| Figura 25- Escola Municipal Carmelito Simões Thury | 87 |
| Figura 26- Salas de aula da Escola Carmelito Simões Thury | 88 |
| Figura 27- Banheiro da Escola da Comunidade | 89 |
| Figura 28- Refeitório da Escola e ponto de Wi-Fi | 89 |
| Figura 29- Escola no período de inundação | 90 |
| Figura 30- Posto de Saúde Francisco Lima..... | 90 |
| Figura 31- Gerador da Comunidade..... | 91 |
| Figura 32- Igreja Assembleia de Deus com pastor Waldemar | 92 |
| Figura 33- Poço artesiano da Comunidade | 93 |
| Figura 34- Naturalidade dos ribeirinhos de Canuini | 94 |

| | |
|---|-----|
| Figura 35- Amostra por Gênero..... | 95 |
| Figura 36- Escolarização..... | 95 |
| Figura 37- Problemas da Escola | 96 |
| Figura 38- Amostra por renda familiar | 95 |
| Figura 39- Área de Uso da Comunidade Canauini | 96 |
| Figura 40- Representação da rota de pesca esportiva de Canauini..... | 101 |
| Figura 41- Estrutura dos serviços e hospedagem da empresa River Plate | 101 |
| Figura 42- Onde os ribeirinhos adquirem seus produtos | 102 |
| Figura 43- Tipos de água que é consumida pelos ribeirinhos de Canauini | 100 |
| Figura 44- Tipos mais comuns de enfermidades | 104 |
| Figura 45- Locais onde são tratados os casos graves de saúde dos ribeirinhos de Canauini..... | 102 |
| Figura 46- Problemas provocados no período do inverno em Canauini..... | 104 |
| Figura 47- Problemas provocados no período do Verão em Canauini | 105 |
| Figure 48- Amostra de insatisfação dos ribeirinhos de Canauini..... | 106 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1- Localização das Comunidades na Área de influencia de Santa Maria do Boiaçu | 65 |
| Tabela 2- Distância das Comunidades para Santa Maria do Boiaçu, Caracaraí e Boa Vista | 72 |
| Tabela 3- Empresa com permissão para operação (LO) vigente no Baixo Rio Branco | 75 |
| Tabela 4 - Empresas com permissão para operação (LO) e instalação (LI) vigente no Baixo Rio Branco emitidas pela..... | 75 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 16 |
| 1.1 LOCAL DA PESQUISA: COMUNIDADE RIBEIRINHA CANAUINI-RR | 19 |
| 1.2 RECORTE TEÓRICO E CONCEITUAL | 22 |
| 1.2.1 Território e territorialidade | 22 |
| 1.2.2 Comunidades ribeirinhas | 27 |
| 1.2.3 Comunidade Ribeirinha: Dimensão Econômica | 30 |
| 1.2.4 Comunidade Ribeirinha: Dimensão Cultural | 33 |
| 2 OBJETIVOS | 37 |
| 2.1 OBJETIVO GERAL..... | 37 |
| 2.1.1 Objetivos Específicos | 37 |
| 3. MATERIAL E MÉTODO | 38 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 41 |
| 4.1 BAIXO RIO BRANCO: CARACTERÍSTICAS FISIAGRÁFICAS E HISTÓRICAS | 41 |
| 4.1.1 Hidrografia | 41 |
| 4.1.2 Vegetação | 42 |
| 4.1.3 Clima | 44 |
| 4.1.4 Gêneses de ocupação do baixo Rio Branco | 45 |
| 4.1.5 Organização territorial do baixo Rio Branco | 58 |
| 4.1.5.1 Questões Fundiárias..... | 58 |
| 4.1.5.2 Unidades de Conservação do Baixo Rio Branco..... | 61 |
| 4.2 BAIXO RIO BRANCO E SEUS CIRCUITOS DE VIDA | 63 |
| 4.3 COMUNIDADE CANAUINI: CONTEXTO GEO-HISÓRICO..... | 81 |
| 4.4 GÊNESES DE OCUPAÇÃO DE CANAUINI..... | 82 |
| 4.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COMUNIDADE | 85 |
| 4.6 ASPECTOS POPULACIONAL E ECONÔMICO. | 93 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 110 |
| REFERÊNCIAS | 116 |
| APÊNDICE | 125 |
| ANEXOS | 127 |

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a população ribeirinha é objeto de análise de várias discussões acadêmicas (FRAXE, 2004; SILVA, 2002; TRINDADE JÚNIOR, 2008), que se preocupam em compreender a relação dos saberes tradicionais com a vida cotidiana desses povos e os contextos políticos e sociais que estão inseridos no território amazônico.

O território amazônico passou por inúmeras intervenções estatais, principalmente nas décadas de 1950 a 1980, período com abertura de rodovias, modernização e industrialização das áreas urbanas, fruto de políticas de integração nacional que tinham o objetivo de implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país (GONÇALVES, 2005). Entretanto, os governos Federal, Estadual e Municipal deixaram às margens as comunidades ribeirinhas inseridas nas áreas desses projetos. Por motivos que vão desde o desinteresse do capital estrangeiro, perpassando por uma visão preconceituosa, que considera estes povos como sendo atrasados, preguiçosos, e regida em outra temporalidade. Dessa forma, essas populações foram excluídas do processo desenvolvimentista de integração e expansão na Amazônia.

Tal inércia do projeto estatal para esses povos das florestas também pode ser explicada num olhar naturalista e preconceituoso do governo, que considera estes povos como “bons selvagens”, cujo progresso e desenvolvimento poderiam atrapalhar a relação harmoniosa com a natureza. Portanto, a modernização iria corromper as suas características culturais, como aponta Santos (2012), no seu artigo intitulado “Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e relação com a natureza”.

Este pensamento revela uma falta de entendimento sobre o que é ser ribeirinho, suas práticas, suas vivências e seus saberes. Desconsidera que os territórios dessas populações precisam de políticas públicas, como saúde, educação e saneamento básico. Pois, tais investimentos não desfiguram suas características peculiares que os tornam o ser ribeirinho, pelo contrário, contribuem para que eles possam ter uma vida mais digna e desenvolver suas atividades econômicas e sociais.

Porque a construção sociológica do ser ribeirinho não é definida por este estar fora ou inserido na modernização ou no sistema do capital. O ser ribeirinho

tem a ver com o modo de vida não acumulativo, não individualista, solidário, com ajuda mútua e de não exploração da mão de obra do outro. A existência de uma relação de afetividade com a natureza (rio e mata), regida não pelo tempo lento, mas construindo seu próprio tempo, aliás, domina seu tempo.

Neste contexto compreender o modo de vida dos ribeirinhos da Amazônia não é tarefa fácil, visto que cada uma das comunidades ribeirinhas tem uma relação de afetividade peculiar com o seu território. Relações que vêm da territorialidade, dos saberes tradicionais, dos mitos, dos ritos que compõem toda uma complexidade e significações e ressignificações que constroem suas identidades.

Diante dessa complexidade de vivências do ser ribeirinho, fica evidenciada a importância de se entender os modos de vida dessas populações e delinear o processo geo-histórico dessas comunidades. Desta forma, a presente dissertação tem como objetivo geral compreender a dinâmica territorial da Comunidade ribeirinha Canauini, que está localizada no Baixo Rio Branco, sul do Estado de Roraima.

Para atingir o objetivo geral exposto, foram elencados quatro objetivos específicos: traçar um breve panorama geo-histórico da comunidade; identificar o perfil dos moradores da comunidade; analisar a dinâmica dos agentes promotores do território ribeirinho e sua influência na produção territorial; e verificar a percepção dos ribeirinhos de Canauini quanto ao sentimento de pertencimento ao território em que vivem (Bem Viver).

Todos estes objetivos surgiram por meio das problemáticas encontradas na primeira viagem em campo à Comunidade, que ocorreu em maio de 2019. Haja vista a Comunidade Canauini fazer parte das dezesseis comunidades existentes no Baixo Rio Branco, sendo que, em sua maioria, o único acesso é o rio. Considerando tal dificuldade de acesso, a falta de estudos, dados e informações referentes à comunidade ribeirinha Canauini, surgiram algumas inquietações: como é o ordenamento territorial da área estudada? Como se deu o uso e a apropriação do território da comunidade ribeirinha Canauini? Quais os agentes desse processo de ocupação e uso do território da comunidade? E por fim, quais fatores atuam na construção da identidade do ser ribeirinho?

Esta pesquisa repousa nas seguintes justificativas: do ponto de vista

peçoal, o estudo das comunidades ribeirinhas da Amazônia atraiu meu interesse em tentar compreender o processo de isolamento e exclusão dessas comunidades, fruto da inércia do Estado. Tal temática revela um desafio que me permite aprofundar os conhecimentos sobre as questões dos viveres e saberes tradicionais dos povos amazônicos.

No que se refere à questão social, a justificativa é sustentada a partir da relevância do debate sobre a Comunidade ribeirinha Canauini. A inoperância do poder público na comunidade demanda estudos capazes de dar visibilidade aos entes governamentais e à sociedade de modo geral. Portanto, a pesquisa tem o potencial de lançar luz sobre uma série de questões sociais presentes nestas comunidades, especialmente em Canauini. Revelando que, apesar do isolamento, existe uma sociedade que precisa ser vista por uma ótica não preconceituosa.

No âmbito acadêmico, em primeiro lugar, a conclusão deste estudo vai propiciar ao pesquisador a obtenção do título de mestre em Geografia pela Universidade Federal de Roraima, na linha de pesquisa Dinâmica Territorial Amazônica. Em segundo lugar, o projeto tem o potencial de se tornar referência nos estudos e discussões sobre as comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco-RR, tendo em vista a quase inexistência de estudos acadêmicos voltados a essa temática.

Para fins didáticos de exposição dessa abordagem, este trabalho está estruturado em quatro seções, além das considerações finais. Estes estão ordenados do seguinte modo: na primeira seção se realiza uma reflexão teórica sobre o tema da pesquisa, os conceitos de território, territorialidade e comunidade ribeirinha, sendo que este último foi subdividido em três dimensões: territorial/territorialidade; econômica e cultural.

Na segunda seção apresentam-se os objetivos gerais e específicos da pesquisa, a terceira aborda a metodologia e quarta seção os resultados e discussão, abordando a caracterização geográfica e histórica da área de pesquisa. Contextualiza-se o processo geo-histórico da ocupação do Baixo Rio Branco, sua hidrografia, sua vegetação, seu clima. Além de uma breve descrição de ocupação do Baixo Rio Branco, sua forma de organização territorial das Comunidades, suas unidades de conservação e, seu circuito de vida.

Por fim, são as análises socioterritorial da Comunidade ribeirinha Canauini

e seu contexto geo-histórico, descrevendo a gênese da sua ocupação, sua estrutura organizacional, seus aspectos populacionais e econômicos. A pesquisa encerra-se com as considerações finais e referências bibliográficas.

1.1 LOCAL DA PESQUISA: COMUNIDADE RIBEIRINHA CANAUINI-RR

As discussões a respeito da dinâmica territorial das comunidades ribeirinhas da Amazônia, especificamente das comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco, no sul do estado de Roraima (RR), são palco de vários debates acadêmicos, questionando as causas das suas vulnerabilidades socioeconômicas e as potencialidades dos seus arranjos produtivos.

Atualmente o Baixo Rio Branco é formado por dezesseis comunidades ribeirinhas que estão distribuídas nos rios Branco, Jauaperi, Paraná do Amajaú, Rio Xerui e Jufari. Comunidades estas pertencentes aos municípios de Rorainópolis e de Caracaraí.

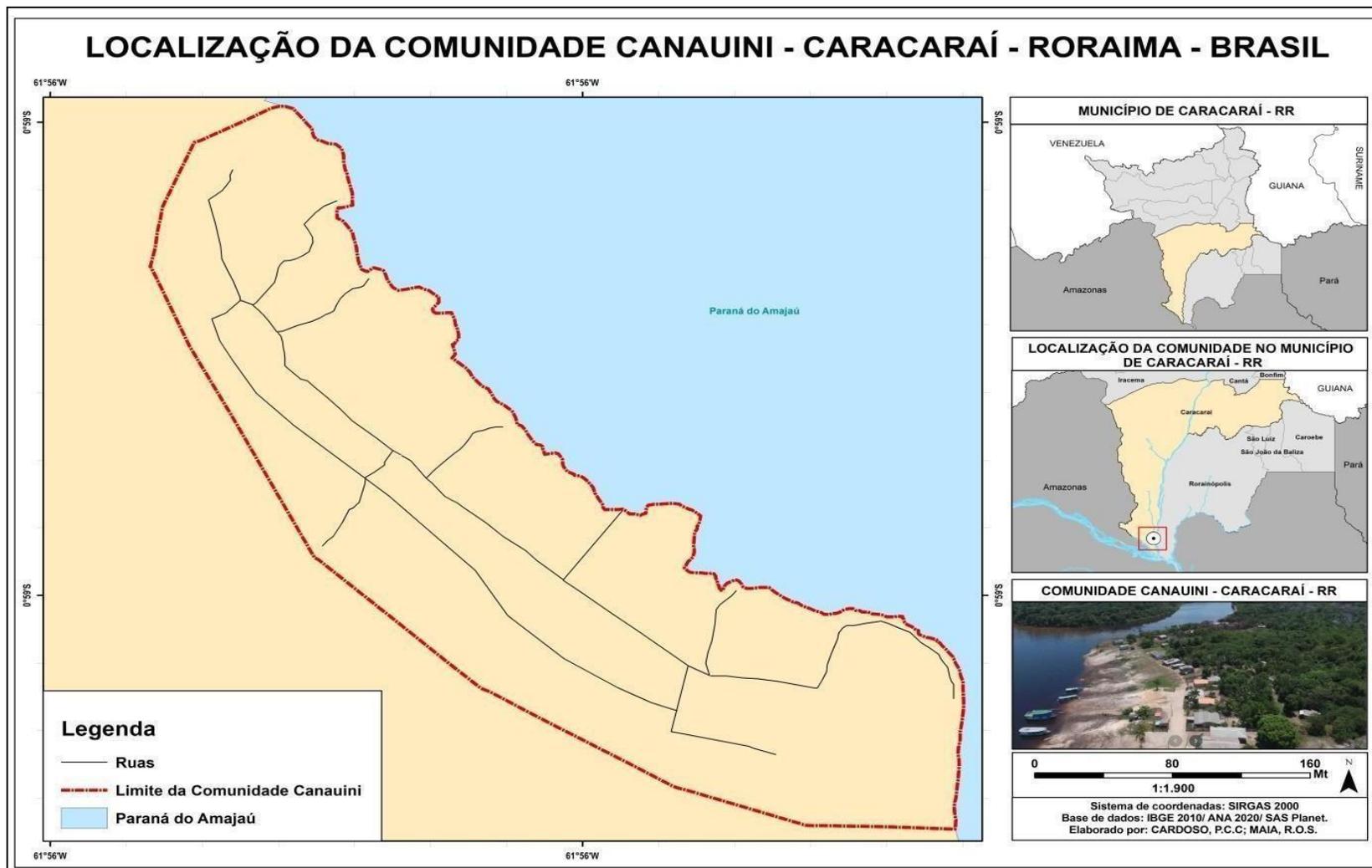
As que fazem parte da jurisdição de Rorainópolis são as comunidades de Santa Maria do Boiaçu, Santa Maria Velha, Remanso, Floresta, Itaquera, Bela Vista, Sumaúma, Xixuaú e Dona Cota. Já as que pertencem ao Município de Caracaraí são Sacaí, Lago Grande, Terra Preta, Cachoeirinha, Caicubi, Panacarica e Canauini (Figura 1).

Dentro dos debates a respeito da dinâmica territorial das comunidades Ribeirinhas do Baixo Rio Branco, a pesquisa abordou a Comunidade Ribeirinha de Canauini, que fica a aproximadamente 361 km de Caracaraí, à margem direita do Paraná do Amajaú. Cabe ressaltar que o “Paraná” é braço de um rio caudaloso, separado do curso principal por uma ou várias ilhas.

A Comunidade de Canauini fica dentro da gleba do Rio Preto e dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental de Xerui (APA). Sua localização de origem era no Alto Rio Xerui, sendo denominada de Santa Maria de Xerui, a aproximadamente três horas da Comunidade Terra Preta. Atualmente ela está localizada abaixo de Terra Preta e Lago Grande. Essa mudança ocorreu pela falta de acesso aos serviços disponíveis no território e devido à dinâmica dos ciclos das águas, que dificultava principalmente a transitabilidade para a Comunidade.

O nome da atual localização vem do lago denominado de Canauini, formado pelo Paraná do Amajaú e que é a porta de entrada para a Comunidade. Atualmente a Comunidade tem uma população estimada em 134 habitantes, distribuídas em quarenta domicílios, sendo que grande parte tem laços de parentesco com seus fundadores.

Figura 1 Mapa de localização da comunidade Ribeirinha Canauini/RR



Organização: CARDOSO, P.C. C e MAIA, R.O. S, 2020

1.2 RECORTE TEÓRICO E CONCEITUAL

Para se estudar com afinco a complexidade dos povos da floresta (FRAXE, 2004), é necessário entender alguns conceitos geográficos, como espaço, território, região, paisagem e lugar. Para tanto, pretendemos nesta seção conceituar a categoria território, a categoria territorialidade e o conceito de comunidade ribeirinha à luz de alguns geógrafos, sociólogos e historiadores que se debruçaram com tenacidade sobre a temática. Pois, é de vital relevância que os conceitos de território, territorialidade e comunidade ribeirinha sejam bem compreendidos, para que a análise proposta nessa pesquisa possa ser feita de forma coerente e completa e que mais tarde o estudo de caso possa ser guiado de acordo com os conceitos geográficos, sociológicos e históricos apropriados.

1.2.1 Território e territorialidade

A categoria geográfica território vem sendo alvo de vários debates acadêmicos, principalmente nas Ciências Sociais (HAESBAERT, 2011). São distintas visões, significados e ressignificados que o conceito de território vem ganhando ao longo do conhecimento científico institucionalizado. Desta forma, o conceito território já foi idealizado e associado à delimitação física/ material, político, jurídico vinculado ao Estado Nação, como aponta Santos (1996):

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que anima. (SANTOS, 1996, p.510).

Tal entendimento de território ligado ao Estado-nação tem uma dimensão que pode ser mais bem compreendida a partir da relação de poder que o Estado desempenha sobre este território, como afirma Souza, (2013). Esta perspectiva ideológica de território, vinculada ao Estado Nação, tem suas raízes atreladas ao nacionalismo que reivindica um espaço geográfico exclusivo e soberano de controle do Estado (GOTTAMANN, 2012; RATZEL, 1990).

Mas o conceito de território não se limita apenas à dimensão física e

material do espaço; existe o entendimento do território no aspecto socioespacial. Nesse ponto de vista, são dadas contribuições por vários autores, dentre eles Raffestin (1993), Corrêa (1999), Haesbaert (1999), que vão contribuir nesta perspectiva analítica.

Segundo Raffestin (1993), o território pode ser compreendido como um campo de forças, uma teia de relações sociais que se projetam no espaço, ou seja, a formação socioespacial, que vai influenciar diretamente no seu significado. Ainda nessa perspectiva, Aiba Gli (2004) afirma que:

O território assume ainda significados distintos em cada formação socioespacial". No mundo ocidental, o conceito de território foi de início centralmente associado à base física dos Estados, incluindo o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais. Nas sociedades indígenas, apenas para citar um exemplo, o fundamental é o sentimento de identidade com a terra – mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam como aquela parcela geográfica" (AIBA GLI, 2004, p.27).

Nesta perspectiva socioespacial, o território é visto como espaço vivido, de pertencimento, de reprodução da vida, que vai além de uma área delimitada. Ele é entendido pela imaterialidade das relações simbólicas, de afetividade, de parentesco, de vizinhança e da reprodução de uma cultura. Como aponta Guedes (2008 p.85), "o território depende não somente do meio físico explorado, mas também das relações sociais existentes".

Outro autor que analisa o território nesta perspectiva é Corrêa (1999), quando afirma que apesar de que etimologicamente o termo território significa "terra pertencente a alguém", não pode ser compreendido apenas como uma propriedade de terra, mas, a sua apropriação tanto de forma política quando afetiva.

Santos (2006) afirma que o território não pode ser só considerado como sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas, mas que o território deve ser compreendido como território usado, de identidade, de pertencimento, de resistências, das trocas materiais e espirituais e do exercício do cotidiano.

Lopes (2006, p. 137) colabora nesta perspectiva socioespacial, adicionando na discussão o processo de identidade. Segundo o autor, o território faz laços, é fato de múltiplas afiliações e pertença, base de todo processo de produção e recomposição indenitária. O autor evidencia que é no território que é construída,

firmada e reafirmada a identidade de um povo.

Lopes (2006) aborda o conceito de território como gênese de identidade, enquanto Haesbaert (1999) faz ligação entre identidade social e a formação territorial:

Toda identidade social é definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no campo da realidade concreta (HAESBAERT, 1999, p. 173).

Além dessa dimensão de identidade que é construída no território, Haesbaert (2011) concebe o território a partir de uma visão holística e integradora, na qual o território é idealizado tanto na materialidade das forças políticas e econômicas, comotambém no campo cultural e simbólico (imaterial).

O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2011.p 79).

Autores como Mascarenhas (2006), Massey (2000) e Souza (1995) têm o entendimento de que o território é também construído pela imaterialidade, pelo simbolismo e pela afetividade com esta porção de espaço, e que o território é onde os sujeitos estabelecem vínculos de afetividade e pertencimento.

É importante mencionar a conceituação de território definida por Oliveira (2013), na qual o território é concebido como uma rede resultante do entrelaçamento de componentes da realidade, a saber: o domínio do empírico, domínio da moral e domínio da estética, ou seja, um campo de forças, em que cada componente está conectado no território.

Para Oliveira (2013), estes domínios estão estritamente ligados e conectados com território, criando esta rede complexa de relações sociais que envolvem poder e resistências, ligadas à conduta individual e coletiva.

Não queremos aqui prolongar essa vasta discussão do conceito de território e suas infinitas concepções, mas tentar articular e considerar os aspectos que se adequam ao objeto de análise. Dessa forma, pode-se observar que o conceito de território se torna essencial para o atual estudo sobre a dinâmica territorial das comunidades ribeirinhas.

Considerando-se que território pode ser compreendido como a parte material de certa área delimitada, onde existe uma relação de poder (SOUZA, 2013), reconhece-se, sob outro olhar, que é na dimensão imaterial do território que vai aparecer a territorialidade, já que ela se refere à relação estabelecida entre o sujeito ou grupo social que se manifesta numa espacialidade temporal.

O conceito de territorialidade refere-se, então, as relações entre um indivíduo ou um grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas- uma localidade, uma região ou um país- expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade (A LBAGLI, 2004, p. 29).

Nesse sentido, faz-se necessário compreender que dentro do território existem as territorialidades, as quais são manifestadas nas relações sociais, nas atividades produtivas e no sentimento que um indivíduo ou grupo de pessoas tem com o seu território. Ou seja, são as vivências dos que ocupam um território.

Segundo Little (2002), a territorialidade tem um papel importante na constituição dos grupos sociais, tendo em vista que a territorialidade é um “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente”.

A territorialidade diz respeito às relações sociais que são realizadas e manifestadas no território; essas relações são projetadas na forma de vivências, vínculos afetivos, ritos e mitos, saberes tradicionais que o indivíduo ou grupo de indivíduos estabelece com o território.

Sack (1986) aponta que a territorialidade é uma qualidade necessária para a construção de um território, que a relação de poder neste espaço pode ser usada como forma de influenciar a dinâmica socioespacial da comunidade e que a territorialidade pode ser ativada e desativada, uma vez que o território é flexivo.

Para Haesbaet (2005), a territorialidade está ligada a como as pessoas utilizam e se apropriam do território (econômico, político, cultural e simbólico) e como elas dão significados ao lugar. Sendo que, para este autor, território e territorialidade são algo inerente a todo grupo social ao longo do espaço temporal.

Raffestin (1993) idealiza a territorialidade a partir da multidimensionalidade e a intrínseca vida em comunidade.

(...) de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade geral. Os homens vivem ao tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Nesse sentido, a territorialidade, para Raffestin, parte do entendimento entre sociedade, espaço e tempo. Nesta perspectiva, o território ganhará uma identidade através das manifestações das relações sociais advindas das práticas das coletividades.

Outro autor que vai contribuir com essa discussão é Saquet (2010), que explica que a territorialidade é o conjunto daquilo que se vive cotidianamente: relações como trabalho, e não trabalho, com a família etc. Saquet (2009) continua a indicar que a territorialidade se desdobra em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais, conforme descreve nas seguintes palavras:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p.99).

Por fim, Saquet (2010) entende que a territorialidade tem a dimensão subjetiva que corresponde às nossas relações diárias e afetivas, e que, com isso, vai constituir o território como espaço vivido em determinada espacialidade.

Nas palavras de Santos (2007), a territorialidade se manifesta no simples fato da comunhão e do viver num lugar. Segundo o autor, as práticas sociais exercidas no território são expressões da nossa territorialidade, ou seja, a territorialidade está ligada às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza.

Santos, em outro texto, (1988 apud Neto, 2008) afirma que a territorialidade nada mais é que o território em uso, ou seja, o território sem vida é meramente um espaço físico recortado geograficamente para delimitar algo, mas as ações existentes nele remetem à territorialidade.

O estudo de Teixeira, Fonseca e Casseb (2009) relaciona a territorialidade aos elementos essenciais para a manutenção da identidade e sobrevivência,

conforme podemos observar:

A territorialidade assegura a simbiose entre a natureza e a comunidade, preservando os vínculos que asseguram o melhor aproveitamento dos recursos e o seu uso racionalizado. A territorialidade assegura a perpetuação dos conhecimentos tradicionais, indispensáveis à sobrevivência e perpetuação da identidade coletiva do grupo” (TEIXEIRA, FONSECA, CASSEB, 2009, p.78)

A partir dessa breve discussão teórica, destaca-se que, para esta dissertação, o conceito de território e territorialidade que foi utilizado se baseou na concepção de Haesbaert, (2011), uma visão holística sobre o território, e de Saquet (2010), sobre a dimensão subjetiva (espaço vivido) que corresponde à territorialidade.

1.2.2 Comunidades ribeirinhas

O debate acerca da definição de comunidade ribeirinha é complexo e exige do pesquisador uma reflexão sobre as diversas compreensões do termo existentes.

Neste tópico, abordaremos algumas delas dentro do contexto amazônico. Neste sentido, faz-se necessário realizar uma breve contextualização da formação da população ribeirinha na Amazônia e dividir os conceitos por dimensões (territorial, econômica e cultural) que estão interligadas em redes de saberes, (SANTOS, 2014) para dar clareza na compreensão dessa temática.

Os primeiros aglomerados populacionais, embriões de cidades na Amazônia, surgiram ao longo dos rios, conforme apontam Trindade Júnior, Silva e Amaral (2008). Nesse sentido, Trindade Júnior e Amaral (2008), afirmam que o processo de colonização e ocupação da Amazônia ocorreu a partir do século XVII a meados do século XIX, principalmente com a criação dos fortes, particularmente com a construção do Forte do Presépio em Belém, tendo como justificativa a defesa, conquista e exploração de recursos do território.

A política portuguesa, visando ao exercício de sua soberania no mundo físico-político imenso que estava criando, firmou-se com a ereção de pequenas fortificações, que representavam o poder militar dos portugueses e asseguravam o exercício de sua soberania com maior segurança. O forte do Presépio construído em 1616 por Francisco Caldeiras Castelo Branco e origem do núcleo urbano que é hoje a cidade

de Belém foram início dessa política de fortificações (REIS, 1984, p. 28).

No sentido de assegurar a posse do território, foram sendo criadas várias outras fortificações, unidades político-administrativas e algumas expedições, conforme nos aponta Tavares (2011).

Mas precisamos entender que a ocupação dos portugueses na Amazônia se deu em territórios já ocupados por uma população indígena (MACHADO, 1989). Conforme foi descrito por Darcy Ribeiro, em seu livro “o povo Brasileiro”:

Toda a área era ocupada, originalmente, por tribos indígenas de adaptação especializada à floresta tropical. A maioria delas dominava as técnicas da lavoura praticadas pelos grupos Tupis do litoral atlântico, com que se depararam os descobridores. (...) eram, todavia, sociedades de nível tribal, classificáveis como aldeias agrícolas indiferenciadas, porque não chegaram a desenvolver núcleos urbanos, nem se estratificaram em classes, já que todos estavam sujeitos às tarefas de produção alimentar, nem tinham corpos diferenciados de militares e de comerciantes. Ensejavam porém condições de convívio social amplo e de domínio de extensas áreas. “Os cronistas, que documentaram aqueles aldeamentos após os primeiros contatos com a civilização, ressaltaram o vulto das populações, que se contavam por milhares em cada aldeia, a fartura alimentar e alegria de viver que gozavam” (...) (RIBEIRO, 2006, p. 309).

Foram gerados assim alguns conflitos entre os indígenas e não indígenas (BECKER, 1998; FRAXE, 2004; GONÇALVES, 2005). Mas, ao longo da história, e diante dessa problemática, o governo português, com o intuito de consolidar definitivamente sua permanência neste território e diminuir as tensões advindas dos conflitos de índios e não índios, implementou com o Marquês de Pombal (século XVII) uma série de medidas, dentre elas a abolição da escravidão de indígenas, o rompimento com a igreja católica e, principalmente, o incentivo ao casamento inter-racial (GUZARMÁN, 2008, p.72-73) que reconfigurou a composição social da Amazônia, (população de mestiço/caboclo).

Nesse contexto de defesa, conquista e exploração do território, é que nascem os pequenos aglomerados dispersos nas margens dos rios, o que foi intensificado mais adiante com o processo de urbanização da Amazônia, fruto do *boom* do ciclo da borracha e com a vinda dos nordestinos para esta região.

Conforme exposto antes, abordaremos o conceito de comunidade ribeirinha em algumas dimensões, e a primeira é a partir do território e da territorialidade. Nesse sentido, Santos (2014) aponta que a comunidade é o lugar de moradia, onde o indivíduo cria, recria e socializa os seus saberes:

É nela que ele se constitui enquanto sujeito social e tem seus saberes referenciados, exerce a solidariedade e disputa os espaços hegemônicos existentes, seja na associação dos moradores, na organização dos mutirões ou como dirigentes das atividades religiosas” (SANTOS, 2014.p.54).

Percebe-se que nesta perspectiva, o autor afirma que é no território que as comunidades exercem suas práticas sociais (territorialidade) e onde são afirmadas como sujeitos políticos. Para Harris (2004), a comunidade expressa uma associação geográfica, formada por redes de parentes que vivem a depender do ciclo da natureza.

Agrupadas em redes de parentes por cerca de 30 km ao longo do rio [...] vivendo de atividades econômicas sazonais [...] não apenas na margem de um grande rio, como sobre o rio- e algumas vezes dentro dele- por vários meses durante o ano [...] seus residentes são chamados ribeirinhos [...] (HARRIS, 2004, p. 4).

Nota-se que para este autor a comunidade ribeirinha é formada a partir de grupos familiares, pequenas povoações, localizadas em áreas de várzea e que têm uma economia sazonal. Outros autores que vão contribuir com essa dimensão são Macleaver e Page (1973), quando concebem a comunidade como uma área da vida social e afirmam que os pilares da comunidade são o território e o seu sentimento de comunidade.

Onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e de modo que tal que partilhe, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum, chamamos a esse grupo comunidade (MACLEVER E PAGE, 1973, p.122).

Sendo assim, é no território que existe a possibilidade de exercermos a nossa territorialidade, que Macleaver e Page (1973) apontam como a solidariedade de vida em comum e de compartilhar o mesmo propósito, ou seja, uma forma de sociabilidade.

Continuando nesta mesma dimensão, Wagley (1988) entende que cada comunidade tradicional da Amazônia tem relação específica com o seu território (estrutura física) e com sua identidade sociocultural. Assim, as características das

comunidades se diferenciam a partir da sua localização (área de terra firme ou em terra de várzea) onde buscam se estabelecer, formando agrupamentos comunitários constituídos de várias famílias.

Segundo Warley (1988), é no território que os ribeirinhos desenvolvem sua capacidade de aprender a coexistir com o meio ambiente em que vivem e a explorá-lo. Outra pesquisa que vai correlacionar o território/territorialidade com comunidade é o trabalho de Caetano, Silva e Alves (2017). Para eles, o território é o elemento constituidor da identidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais. "O território é a garantia de sobrevivência e manutenção dos elementos de constituição de povos e comunidades tradicionais" (CAETANO, SILVA, ALVES, 2017).

Para estes autores, apoiados nas leituras de Laburthe-Tolra e Warnier (2003), a relação de identidade de uma comunidade "(...) consiste num conjunto de características partilhadas pelos membros do grupo, que permite um processo de identificação das pessoas no interior do grupo e de diferenciação em relação aos outros." É nesse sentido do processo de diferenciação que a identidade é constituída. Isso se deve à territorialidade, entendida como os saberes e práticas que são expressos no território. Ou seja, para a "existência da identidade social e coletiva, se faz necessário o território, onde o produzir e o fazer se dão de maneira comunitária ou participativa" (CAETANO, SILVA, ALVES, 2017, p. 358).

E por fim, para não nos estendermos nesta dimensão complexa, nota-se que em uma comunidade existe um sentimento de coletividade e interesse comum, no qual os moradores compartilham dos saberes e das atividades que são realizadas no seu território. Portanto, uma comunidade sempre pertencerá a uma área territorial onde são exercidas as suas territorialidades.

1.2.3 Comunidade Ribeirinha: Dimensão Econômica

Quando utilizamos o termo comunidade ribeirinha nesta dimensão, nós estamos nos referindo ao modo de vida (organização econômica) diferenciada de um modelo ocidentalizado. Aqui as comunidades ribeirinhas da Amazônia estão interligadas ao ciclo da natureza e à forma sustentável de se apropriar dos recursos naturais, uma vez que as comunidades só retiram da natureza aquilo que é necessário para sua subsistência de modo geral.

O ribeirinho tem uma relação com o rio, de onde retira seu sustento (pesca), com a terra (plantação de mandioca e criação de pequenos animais) e com a floresta (extrativismo e caça). Nessa perspectiva, a definição de comunidade ribeirinha está associada à população tradicional. Segundo Arruda (1999), comunidade ribeirinha é aquela que:

Apresenta um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para subsistência, com a fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologia de baixo impacto derivado de conhecimento patrimonial e, normalmente, de base sustentável [...] (ARRUDA, 1999, p. 79-80).

Percebe-se que o autor compreende que o modelo de vida e uso do solo dessa população se diferencia do das populações urbanas, cujo modo de vida é regido pelo individualismo capitalista e de grande impacto sobre o meio ambiente. Portanto, existe um modelo de economia basicamente extrativista e baseado na agricultura rudimentar.

Silva (2002, p. 27), quando define o que é ser ribeirinho, afirma que esta denominação não se refere apenas àquele que mora às margens dos rios, mas sim àquele que:

Essencialmente mantém uma organização social diferenciada da urbana, com sua sobrevivência econômica baseada principalmente na pesca, pequena produção agrícola a (caracteristicamente de mandioca para produção de farinha, frutos como melancia, plantada na várzea dos rios e plantações perenes como o do cupuaçu, a pupunha e o açaí) e que pratica a coleta de produtos da mata como castanha-do-brasil, o açaí, a bacaba e o patoá nativos (SILVA, 2002, p. 27).

Com isso, o autor nos mostra que morar na beira do rio não é suficiente para se considerar um ribeirinho, sem levar em conta o modo de produção econômica. Silva (2002, p. 29) pontua que o “ser ribeirinho é caracterizado por uma concepção de natureza diferenciada, por integrar em seu modo de vida (econômico) os elementos essenciais disponíveis: as águas e as matas”.

Em outro texto, Silva (1999) aponta que:

As atividades econômicas de algumas comunidades são basicamente baseadas na agricultura de várzea, organizam seu espaço com características próprias, possuem árvores frutíferas nos quintais, como manga, jaca; com área definida para plantio de mandioca e sabem como

utilizar a dinâmica do rio entre cheias e vazante” (SILVA, 1999, p.67).

Dentro dessa dimensão, temos a contribuição de Fraxe (2004), ao afirmar que os rios, lagos e igarapés fazem parte da vida econômica desses povos, num processo em que o caboclo se apropria da água como recurso primário de subsistência. A autora observa ainda que existem alguns conflitos devido às especulações comerciais e industriais que querem explorá-la.

Cabe aqui destacar a participação das famílias nas práticas produtivas e na força de trabalho, na qual existe uma noção de trabalho coletivo nas comunidades ribeirinhas. Silva (2002) aponta que os ribeirinhos utilizam técnicas de manejo dos recursos naturais oriundas dos saberes transmitidos pelos seus antepassados.

O modo de utilização dos recursos naturais é o cerne das distinções entre o modelo econômico urbanizado, dito irracional, e o modelo praticado pelas comunidades ribeirinhas. Pois as atividades econômicas realizadas pelos ribeirinhos têm como foco sempre a preservação e o uso sustentável dos recursos. Ou seja, existe entre os ribeirinhos uma relação de respeito com a natureza, uma simbiose, como aponta Diegues (1994), ao descrever essa relação com as seguintes palavras:

Modos de vida particulares que envolvem uma grande dependência com os ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica (DIEGUES, 1998, p. 14-15).

Chaves (2001) vai apontar ainda que os processos produtivos dentro dessas comunidades se pautam em relações familiares e não visam uma exploração da força de trabalho do outro, mas, de práticas solidárias e de reciprocidade, que foram transmitidas pelos seus antepassados e consolidadas no território,

A organização comunitária dos grupos sociais tradicionais delinea modelos peculiares de manejo dos recursos locais, visto que são orientados por práticas e técnicas oriundas de conhecimento e habilidades em bases comunicativas e cooperativas transmitidos por seus antepassados (CHAVES, 2001 *apud* SILVA, 2007, p.43).

Diante do exposto, percebemos que, dentro da dimensão econômica, a

comunidade ribeirinha pode ser definida pelo processo de produção baseado no manejo dos recursos naturais (agricultura, pesca e extrativismo), pelas práticas e habilidades de trabalho de baixo impacto com relação à natureza, tendo como base uma economia de subsistência e não acumulativa, e pela relação de solidariedade e trabalho mútuo e cooperação (sem a exploração da força do trabalho do outro) repassadas pelos seus antepassados.

1.2.4 Comunidade Ribeirinha: Dimensão Cultural

Quando nos referimos a esta dimensão cultural, precisamos entender que ela está interligada a todos os processos do viver ribeirinho, desde a sua forma de organização espacial até as atividades econômicas. O ser ribeirinho não é necessariamente agente de um processo rudimentar de produção e nem só aquele que vive às margens dos rios, como afirmado anteriormente.

O ser ribeirinho é aquele que vê no território uma forma de compreender suas origens, que vê na territorialidade as manifestações simbólicas dos seus mitos e ritos, que foram sendo passados de geração a geração. Assim foram constituídas as suas identidades e os seus sentimentos de pertencimento com o território. Percebe-se que sua cultura foi forjada com muita luta e resistência, diante do processo hegemônico capitalista que tem como objetivo aniquilar as culturas ditas tradicionais. Então, compreender a cultura dessas comunidades ribeirinhas é também cultivar suas memórias, suas lendas, sua leitura de mundo. Pois, é a partir da sua cultura, que são moldados os seus estilos de vida, identidade e autoconhecimento.

Exposto isto, dentro desta dimensão, Wirth (1973) entende que os homens, para viverem numa comunidade, necessitam de duas coisas: viver juntos e participar de uma vida coletivamente. E isso se dá pelo papel da comunicação. Sendo assim, a comunicação (linguagem e símbolos) é um elo aglutinador que une as pessoas, visto que a comunicação é um “elemento de transferência da cultura para a organização do tecido social” (Wirth, 1973, p.37). Nesse sentido, o autor vai conceber que a sociedade, a natureza e a cultura é que formam uma comunidade, que está presa a laços territoriais, físicos, biológicos, sociológicos e psicológicos.

A dimensão cultural é abordada por Wagley (1988) para definir uma

comunidade, uma vez que a cultura é expressão do modo de vida de uma sociedade, como descreve nas seguintes palavras:

É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura aparecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como são na realidade. Todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais” (WAGLEY, 1988, p.44).

O aspecto cultural, que o autor chama de “sistema geral de cultura”, está praticamente em todo o modo de viver ribeirinho, o que se deve à forma de compartilhamento desses valores, entre eles e entre outras comunidades. Convergindo neste sentido, Castro (1997 apud Silva, 2007, p.53), quando se refere a atividades produtivas de um determinado grupo, afirma que:

Estas atividades carregam e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos agem sobre o território, assim sendo, o trabalho que recria sucessivamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, deste modo não poder ser considerada uma realidade meramente econômica, tendo em vista o intenso teor das dimensões simbólicas e mitológicas que envolvem as organizações dos trabalhos dos grupos tradicionais (CASTRO, 1997 apud SILVA, 2007, p. 53).

Seguindo nessa mesma linha, o rio ganha uma dimensão cultural importante para Silva (1999), visto que, para este autor, o ribeirinho da Amazônia tem sua vida social nitidamente marcada pela presença do rio. Em sua tese “O Rio, a Comunidade e o viver”, no capítulo III “O viver e o ser ribeirinho”, o autor faz uma reflexão sobre a cultura ribeirinha, afirmando que, ao olhar o rio, esse homem ribeirinho percebe a presença de inúmeros significados, quando diz: “que o rio é o lugar de retirada de trabalho e de sobrevivência, mas o rio também é o lugar de divertimento e lazer” (SILVA, 1999, p. 64).

O rio visto de forma compartilhada, como condição básica para oferta de alimento, como caminho, estrada, local de lazer, são elementos que devemos refletir para compreendemos a diversidade cultural e de organização que esses grupos humanos apresentam (SILVA, 1999, p. 64).

O autor traz uma definição sobre o que é mito (o mito das matas e águas), e como suas narrativas são representações simbólicas elaboradas por estas comunidades:

Compreendemos o mito como uma narrativa que ordena e mantém simbolicamente a estrutura natural e social do lugar ao relatar a história de um tempo primordial, onde se iniciam as formas de caça, pesca plantio e classificação do mundo natural e social (SILVA. 1999 p. 70).

Por fim, Silva (2020), em outro trabalho sobre o Baixo Rio Branco, aborda as questões do bem viver ribeirinho, que é definido pelo autor como uma alternativa de se relacionar com a natureza, diferente do que está sendo imposta pelo sistema capitalista. Sem a existência do dualismo da ciência ocidental, o qual separa o homem da natureza.

O bem- viver é uma forma de vivenciar a relação com a natureza de um ponto de vista que não passa pelas relações de objetificação das relações de mercado. O Bem- Viver é uma forma de manter a vida: é um conceito que nasceu entre as populações indígenas do Brasil e está também presente em populações locais tradicionais da América latina. É um conceito que traz a premissa da relação de equilíbrio do trato dos recursos e considera a natureza uma parceira. No Bem- Viver não existe a dicotomia entre o humano e a natureza, pois o ser humano se considera também como natureza. O Bem- Viver está presente no modo de vida da maioria das comunidades indígenas da Amazônia. Ele se caracteriza pelo respeito e pela sacralidade em relação à natureza.

Mantendo a discussão, outro autor que faz uma relação simbólica do rio com o ribeirinho é Santos (2014). Para este autor, o rio não é só uma referência geográfica, mas um espaço de lazer e fonte de produção de alimentos e mitos. Santos continua afirmando que:

O rio é principal elemento da sua territorialidade, visto que, nesse território marítimo que ele traça o seu cotidiano com a economia de subsistência, uma cultura repleta de significados, onde cada lenda, os saberes e todo tipo de criação material, torna-se um patrimônio de toda a comunidade que deve ser passado às futuras gerações, assegurando assim o domínio do seu território (SANTOS, 2014, p. 54).

Santos (2014) descreve ainda que as atividades produtivas das comunidades ribeirinhas são fruto da aprendizagem familiar, que vai desde aprender a fabricação de farinha até o pescado. É nessa relação de aprendizagem familiar e trabalho que são criados e recriados novos saberes, já que esse ensino

de manejo e respeito aos recursos naturais é repassado pelos mais velhos.

A relação produção- aprendizagem dos ribeirinhos, assim como dos demais povos e comunidades tradicionais (índios, quilombolas, caiçaras, quebradeiras de coco, etc.) é entendida por todos os membros da comunidade como uma necessidade inerente ao processo formativo (SANTOS, 2014, p. 59).

Outro autor que vai contribuir no entendimento dessa temática é Oliveira (2008, p.22), quando afirma que “os sujeitos dessas comunidades se constituem culturalmente a partir dos seus saberes da terra, da mata e dos rios, e como são repassados de geração a geração através do fazer prático ou da oralidade”.

Para encerrar esta dimensão, Diegues (1998, p.88) define que uma comunidade tradicional pode ser compreendida como sendo o local onde existe a importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca, e atividade extrativistas. O autor destaca ao longo do seu trabalho que a identidade é um dos critérios mais importantes para se definir uma comunidade ribeirinha.

Vale destacar que neste campo existem alguns conflitos religiosos. Se por um lado existe todo um saber pautado no mito da cobra grande, do boto, da mata e da floresta, que é transmitido de geração a geração; de outro lado, existe a igreja católica ou neopentecostal com sua religião cristã, querendo que estas comunidades deixem seus mitos e ritos e busquem a salvação em “Deus”, ou seja, exercendo pressão para que os ribeirinhos neguem não só os seus saberes, mas seu modo de vida, que para a igreja é considerado pagão.

Mas, mesmo diante dessa enorme pressão das igrejas, percebemos que a dimensão cultural está profundamente enraizada nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, que seus saberes dificilmente serão extirpados, visto que a dimensão cultural é um elo inquebrável.

Assim, entendemos que a dimensão cultural faz parte da definição de uma comunidade ribeirinha, visto que, quando falamos de cultura ribeirinha, estamos nos referindo às atividades produtivas que foram repassadas pelos antepassados, estamos falando do significado e re-significado que o ribeirinho tem com o rio e a mata. Essas dimensões se expressam na valorização das narrativas míticas e seu papel de construção de identidade, e por fim, de uma relação afetiva e de ajuda mútua entre os membros da comunidade, e sobre outros aspectos, como o lazer e o respeito que eles têm para com a natureza.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender a dinâmica territorial da Comunidade ribeirinha Canauini, que está localizada no Baixo Rio Branco, sul do Estado de Roraima.

2.1.1 Objetivos Específicos

Traçar um breve panorama geo-histórico da comunidade;

Identificar o perfil dos moradores da comunidade;

Analisar a dinâmica dos agentes promotores do território ribeirinho e sua influência na produção territorial;

Verificar a percepção dos ribeirinhos de Canauini quanto ao sentimento de pertencimento ao território em que vivem (Bem Viver).

3 MATERIAL E MÉTODO

Com o intuito de trilharmos um caminho adequado, que nos leve ao nosso objetivo, traçamos um roteiro teórico-metodológico para a construção deste trabalho. Mas antes de descrevê-lo, faz-se necessário destacar primeiramente que o presente estudo é parte integrante de um projeto maior, intitulado: “Baixo Rio Branco: Potencialidades e Vivências”, o qual está inserido no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia - PROCAD, que tem por objetivo estudar o ordenamento territorial das dezesseis comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco.

Exposto isso, a abordagem metodológica adotada foi de natureza descritivo e exploratório (GIL, 2007), de caráter quantitativo e qualitativo (GODOY, 1995), buscando adotar uma perspectiva de totalidade, para entender a dinâmica territorial do local, por intermédio do estudo de caso e a oralidade. Segundo Yin (2005, p.32) “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Ou seja, uma análise detalhada e sistêmica sobre um fenômeno (PATTO, 2002). O decorrer do processo metodológico teve diferentes etapas separadas, mas articuladas didaticamente entre si, as quais serão especificadas abaixo.

A primeira etapa da pesquisa foi composta por pesquisa bibliográfica, sendo dividida em primária (baseada em leis, periódicos tese, dissertações e documentos institucionais) e secundária (em livros, artigos de revisão, dentre outros). Essa etapa teve por finalidade a busca por seleção de literaturas e documentos que contribuíssem para a compreensão da realidade estudada.

Neste contexto, daremos enfoque especial aos autores que trabalham com o conceito de território: Haesbaert (1999, 2006 e 2011), Santos (1988, 1996, 2006), Raffestin (1993), Souza (2013), entre outros; territorialidade: Santos (, 1996, 2006), Sack (1986), Little (2002), Saquet (2009) e Silveira (2011); e comunidade ribeirinha: Reis (1984), Trindade Júnior e Amaral (2008), Arruda (1999) e Silva (1999 2002).

Na segunda etapa foi realizada uma viagem em campo entre os dias 15 e 31 de maio de 2019, cujo objetivo foi fazer o reconhecimento da área de estudo e ter um primeiro contato com a população, observar a dinâmica territorial e realizar um diagnóstico preliminar, por meio de questionários aplicados na

Comunidade.

Nesta primeira viagem foram utilizadas as seguintes técnicas e instrumentos de pesquisa para captação das informações necessárias:

- a) Elaboração do questionário, com 72 perguntas (Apêndice A) e sua aplicação com os moradores encontrados na localidade, com o intuito de compreender e traçar perfil econômico, social e cultural. Vale destacar que os moradores selecionados foram de ambos os sexos, com maiores de 18 anos, sendo que, no caso de moradores com menos de 14 anos não aplicamos o questionário, mas registramos algumas informações, como: idade, sexo e escolaridade, para que assim pudéssemos chegar ao número total dos moradores e traçar outros perfis, tais como números de escolarizados e de indivíduos por sexo. Foram aplicados oitenta questionários na Comunidade
- b) Entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários, dentre eles o presidente da associação dos moradores, professores, pastor, fundador da comunidade e o administrador. Com termo de anuência assinado pelo entrevistado. Cabe ressaltar que as entrevistas foram feitas com o uso de celular.
- c) Observação direta nos locais onde acontecem as atividades econômicas, religiosas e esportivas da comunidade, com o objetivo de compreender e vivenciar seus saberes e a vida cotidiana dos moradores. Estas observações foram registradas com máquina fotográfica e celulares.
- d) Conversa informal (narrativa oral) com o fundador da comunidade, senhor Américo, com o intuito de entender a gênese da comunidade, gravada com o uso de celular.
- e) Visitas domiciliares com o propósito de entender o núcleo familiar e a incumbência de cada um nas atividades cotidianas.

Cabe ressaltar que, no momento da entrevista, os ribeirinhos foram informados sobre o objetivo da pesquisa. Foi solicitada aos participantes a autorização para gravação, transcrição das informações e inserção dos nomes dos entrevistados na presente pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa com base na oralidade, os participantes foram informados de que poderiam deixar de participar a qualquer tempo, considerando os riscos emocionais de vivenciar momentos de

sua vida que poderiam deixá-los constrangidos.

Nesse sentido, a pesquisa se pautou nos pressupostos éticos, sendo eles: Termos de Autorização para o uso de imagem e de som, (Anexo A); Assinatura de Carta de Anuência para Autorização de Pesquisa, pelos entrevistados e líderes comunitários da comunidade (Anexo B); Assinatura dos Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo C) por parte dos participantes. Cabe ressaltar que a presente dissertação foi aprovada na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP (Anexo D)

A terceira etapa da pesquisa consistiu em pesquisa em órgão público, no caso, a Prefeitura Municipal de Caracará (portarias, diários oficiais): Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Secretaria Municipal de Administração - SEMAD e Secretaria Municipal de Obras - SEMOB. Teve como objetivo obter as informações sobre a parte de jurisdição do território da comunidade (decreto e leis) e as políticas públicas, como saúde, educação e orçamento de que a prefeitura dispõe para atender às demandas daquela sociedade.

Na quarta etapa foi realizada a segunda viagem em campo, que ocorreu entre os dias 19 e 25 de fevereiro de 2020. Esta etapa teve como objetivo complementar os dados e buscar mais informações referentes ao surgimento da comunidade.

A última etapa se baseou na análise das observações feitas em campo nas duas viagens, e nas informações obtidas, entrelaçando com o referencial teórico, para que pudéssemos confirmar ou não as teorias utilizadas no trabalho. Vale destacar que o levantamento bibliográfico ocorreu em todo o processo de realização do trabalho, para não correremos o risco de usarmos conceitos que estão distantes da realidade observada na pesquisa.

Além disso, foram produzidos e organizados mapas, gráficos e tabelas, utilizando softwares, como Word e Excel. Na produção, especificamente, das tabelase gráficos, usamos o Word 2010 e Excel 2010. E, na produção dos m 40 e nas imagens, foram utilizadas o ArcGis 10.5; câmaras fotográficas e o uso de um drone.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 BAIXO RIO BRANCO: CARACTERÍSTICAS FISIAGRÁFICAS E HISTÓRICAS

Antes de iniciarmos, faz-se necessário deixar claro que a finalidade desta seção não é descrever toda a ocupação do Vale do Rio Branco, mas fazer um breve contextualização da história de ocupação do Baixo Rio Branco e seus aspectos fisiográficos. Com foco mais adiante em descrever a gênese de ocupação da Comunidade Canauini e sua Dinâmica territorial, que é objetivo da presente pesquisa.

Cabe ainda ressaltar que a pesquisa não tem preocupação com a exatidão das datações, mas apenas de alguns fatos ocorridos, que acreditamos ser importantes para o presente trabalho, visto que existe carência de documentação que comprove algumas informações, uma vez que, os documentos relativos ao Vale do Rio Branco datam no período do século XVIII (Farage, 1991).

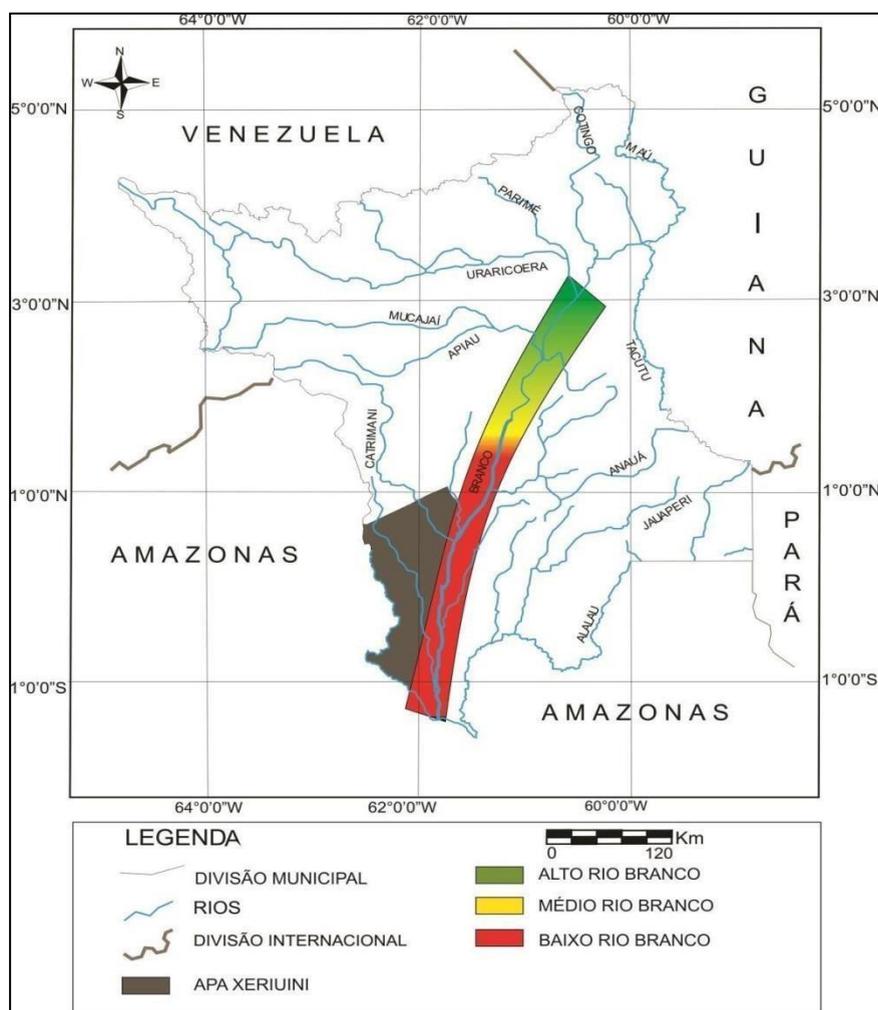
4.1.1 Hidrografia

O Baixo Rio Branco está localizado na porção sul do estado de Roraima, ocupando uma área que corresponde a 57% do estado, (ALVES, 2016). De acordo com as informações do SEMPLAN-RR, (2013) a distância do percurso para esta região corresponde a 388 km, saindo de Caracaraí até a foz do Rio Branco, que deságua no Rio Negro. Esta porção territorial faz parte da bacia do Rio Branco, que é o principal rio do Estado de Roraima, formado na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu.

Em se tratando da hidrografia da bacia do Rio Branco, de acordo com Galdino (2018), este rio tem seu curso dividido em três segmentos: o Alto Rio Branco, que se inicia a partir da confluência dos rios Uraricoera e Tacutu até as corredeiras do Bem- Querer, localizada no Município de Caracaraí, com uma distância estimada em 172 km; o Médio Rio Branco com 24 km, a partir das corredeiras do Bem-Querer até a cidade de Vista Alegre, logo abaixo de Caracaraí; e o Baixo Rio Branco, com seus 388 km. (Figura 2)

Por fim, os principais rios que compõem o Baixo Rio Branco, no qual estão inseridas as comunidades ribeirinhas são: Rio Branco, Rio Xeruini, Rio Jauaperi, Rio Jufari e o Paraná do Amajaú.

Figura 2- Mapa de localização do Alto, do médio e do Baixo Rio Branco-Roraima.



Fonte: Adaptação da cartografia IBGE (2008) e Freitas (1998) referente às partes formadoras da bacia hidrográfica do Rio Branco por Thiago José Costa Alves/2016.

4.1.2 Vegetação

Conforme os estudos da FEMARH (2017 apud, Lauriano, 2010, p 83-85) baseados nas informações da ZEE-RR (2002), em linhas gerais, a vegetação do Baixo Rio Branco apresenta uma cobertura vegetal caracterizada pelas seguintes regiões fitoecológicas: região das **Campinaranas**, típicos das planícies aluviais e de grandes depressões alagadas permanente ou periodicamente; **Campinarana Arbórea (Ca)** que é observada nas áreas onde o processo de inundação é periódico, encontrada bem ao norte da região do Baixo Rio Branco; **Campinarana Graminosa (Cg)**, que se distribui pelas bacias dos rios Xeriuini, Catrimani, Jufari e Macucuaú, sobre Neossolos Quartzarênicos

Hidromórficos, Espodosolos Cárbicos e Ferrocárbicos e sobre Gleissolos. Extrativismo é a atividade de uso do solo observada. Pode ser encontrado em toda a área que engloba a Baixo Rio Branco. (FEMARH (2017, p.04 apud Lauriano, 2020, p.84)).

Continuando, existem no Baixo Rio Branco, de acordo com FEMARH (2017.p.05 apud Lauriano, 2020, p. 85), as regiões de florestas, que são um conjunto de sinúsias dominado por fanerófitos de alto porte, com os seus estratos bem definidos. Os tipos de florestas que podem ser encontradas são: **Floresta Ombrófila Densa (Fd)**, que é caracterizada pela exuberância de sua cobertura vegetal, com predomínio de árvores emergentes de grande porte; **Floresta Ombrófila Aluvial (Fal)**, composta por uma vegetação que sofre a influência de processos de inundação periódica ou permanente, provocada pelos movimentos de enchente e vazante dos rios.

E as **Áreas de Tensão Ecológica (Transição)**, que são caracterizadas por um tipo de vegetação de transição, representado por um mosaico onde se interpenetram formações dos dois tipos envolvidos, gerando uma paisagem de espécies representantes de ambas as formações vegetacionais (contato), denominada Área de Tensão Ecológica; e, por fim, **Contato Formação Pioneira/Floresta Densa e Aberta (CPF)**, que ocorrem como encraves, sob a forma de transição arbustiva e/ou campestre e de ecótonos, ou mistura de elementos arbóreos, com abundante buriti (*Mauritia flexuosa*) e caranã (*Mauritiella aculeata*).

Carvalho, (2015) afirma que o Baixo Rio Branco é uma região que possui um ecossistema de floresta tropical rica em biodiversidade, com vegetação densa e abundante, com exuberante fauna e flora. Apresenta águas ácidas de superfície escura onde vivem algumas das mais atraentes espécies de peixes para a pesca esportiva. (Além do Rio Branco, drenam a região os seus afluentes: Itaparã e Água Boa do Univini, e os rios Xeruini, Jauaperi e Jufari, afluentes do Rio Negro).

Barros (1994 apud Magalhaes, 2018, p.136) classifica a cobertura vegetal de Roraima em dois grupos: a floresta e as savanas e campos, sendo que estes grupos podem ser subdivididos em subgrupos. De acordo com este autor, 80% do estado é recoberto pela floresta tropical densa e a campinarana. E, por fim, Magalhães (2018, p.138) afirma que no Baixo Rio Branco a vegetação que se

desenvolveu foi aflorestal baixa, denominada de campinarana.

Em Roraima, a Floresta tropical densa possui uma cobertura vegetal de natureza amazônica ocupando a região de melhor drenagem e de mais altas precipitações pluviométricas e umidade do Estado. No Baixo Rio Branco, que é uma região de precipitações mais altas e de demais elevada umidade, porém afetada por inundações, desenvolveu-se uma vegetação florestal baixa (Floresta inundável), denominada de Campirananara (MAGALHAES, 2018, p.1338)

4.1.3 Clima

O clima do Baixo Rio Branco, segundo mapas climatológicos (INMET, 2016 apud, ALVES, 2016, p.25):

o Baixo rio Branco apresenta variações de temperatura entre 26-27 graus Celsius e umidade relativa superior a 85%. Segundo Barbosa (1997 p. 329), essa bacia hidrográfica apresenta índice de precipitação pluviométrica anual acima de 2000 mm/ano, com o clima classificado como [Af] (Figura 5). Segundo o INMET (2006) o nível de perda por evaporação do Branco Sul exibe variação anual entre 400-800 mm/ano. Esse índice retrata a estreita relação com as características da vegetação.

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia, a temperatura varia entre 26 a 27 graus Celsius, com uma precipitação anual acima de 2000 mm/ano. Por fim, o relatório técnico sobre o procedimento criação da APA realizada pela FEMARH (2006) p afirma que a região apresenta alto índice pluviométrico regularmente distribuído. O período de maior precipitação acontece nos meses de maio a julho, correspondendo ao inverno. Já nos meses seguintes, há uma razoável diminuição de chuvas, embora o período de estiagem seja bastante reduzido, em geral não chega a mais de 20 dias. Os totais pluviométricos são superiores a 2.300 mm anuais, com período chuvoso bastante definido, que começa em maio e termina em setembro.

Cabe destacar que o clima de Roraima é classificado como tropical úmido e equatorial subsumido, com temperaturas regulares oscilando entre 20 graus Celsius mínima e 38 graus Celsius a máxima, tendo duas estações bem definidas: o verão, período de seca, que corresponde aos períodos de outubro a março: e o inverno, chuva, de abril a setembro.

4.1.4 Gêneses de ocupação do baixo Rio Branco

Segundo os relatos descritos em alguns trabalhos relacionados ao Baixo Rio Branco (MAGALHÃES, 2018, ALVES, 2016 e SILEVIRA e GATTI, 1988) e apoiados

em relatos orais da presente pesquisa, consideramos que a gênese de ocupação do Baixo Rio Branco remonta a três momentos históricos. O primeiro, com os próprios nativos (indígenas) que já habitavam este território; o segundo, com a ocupação dos portugueses no Vale do Rio Branco; e a terceira foi com a migração dos nordestinos no período dos dois ciclos da borracha (1879-1945).

De acordo com Barbosa (1993) apoiado nos relatos de Cristobol de Acunã, os tripulantes da expedição comandada por Pedro Teixeira (1637-1639) foram os primeiros que tiveram contatos com as populações nativas dessa região.

“Cristobol de Acunã, narrador da viagem de Pedro Teixeira pelo rio Amazonas (1637-39) dá a entender como um acidente o primeiro encontro das populações nativa e civilizada” nesta região (mesmo não mencionando o rio Branco). A exploração pelo rio Negro e seus afluentes não era prevista na rota original da expedição. Entretanto, devido ao desejo dos tripulantes em obter algo de valor no retorno da viagem a Quito, foi requisitado a Pedro Teixeira que se fizesse a entrada por este rio para realizar o “descimento” de indígenas locais “(BARBOSA, 1993, p.124)”.

Segundo Farage (1991), esse contato se deu provavelmente com o povo dos Manaós, que habitavam e tinham uma rota de comércio nesta comarca.

O destacamento de Braga teria alcançado a área além da foz do rio Branco e ali montado seu arraial, sendo, portanto, a primeira tropa a adentrar o que seria então o território dos Manaós [...] (FARAGE, 1991, p.62)

Para (GUZMÁN, 1997) e (FARAGE, 1991) os Índios Manaós (Aruak) eram um povo numeroso, uma tribo de guerreiros, que foram acusados de práticas de canibalismo e incesto; todavia, eles tinham uma relação de trocas comerciais (principalmente tráfico de escravos) com os holandeses. Devido a essa relação comercial com os europeus, os Manaós impediam e sabotavam as ações das tropas de resgate dos portugueses na sua área de influência (rota comercial entre Médio Rio Negro até o delta do Rio Branco), provocando vários conflitos e

mortes (assassinato Carunamã).

Essa relação comercial entre os Manaós e os holandeses, foi uma das justificativas por parte de Portugal, através do governador João Maia da Gama, para fazer uma “Guerra Justa” para coibir tal aliança. Pois, segundo Farage (1991), esta região era vista como zona de suprimentos de escravos índios e ponto estratégico de defesa dos possíveis expansionismos dos espanhóis e, principalmente, dos holandeses. Esse conflito culminou com a morte do seu principal líder, Ajuricaba.

“Era Arujricaba Manao de nação, e hun dos mais poderosos principaes dela. A natureza o dotado com animo valente, intrépido, e guerreiro [...]. Tinha feito huma aliança com os holandezes da Guyana, com os quaes commeciava pelo rio Branco” [...] (CUZMAN, 1997, p.31).

De acordo com Oliveira (2003), após esse episódio com os índios Manaós, a rota comercial ficou livre, e os povoados (Paravianas) que habitavam o Alto e o Médio Rio Branco começaram a render lucros para os portugueses. Desse modo, os Carmelitas passaram a reunir em Aldeamentos os índios Manaós e foram ampliando as relações amistosas com os índios Wapixana e organizando novas aldeias em direção à bacia do Essequibo via Rio Branco. Ou seja, estes acontecimentos são considerados por Oliveira (2003) um marco inicial de ocupação do Vale do Rio Branco pelos portugueses.

Mantendo a discussão, outro autor que vai contribuir com pensamento de Oliveira (2003) em relação a povos que habitaram o Vale do Rio Branco, é de Alves (2016), com seu trabalho sobre o Baixo Rio Branco (Sacaí), no qual ele registra que a ocupação do Vale do Rio Branco se deu de forma descontínua. Segundo informa esse autor, além dos Arawak, existiam outros troncos linguísticos que ocupavam esta região, como os povos da língua Karib (os Wapixanas), sobre os quais informa Farage (1991) que habitavam o complexo ambiental de Sacaí.

Sendo assim, podemos concluir que a primeira ocupação do Baixo Rio Branco, e, em linhas gerais, de todo o Vale do Rio Branco, antes da chegada dos portugueses, foi pelos povos nativos do grupo linguístico Arawak (Manaós e Wapixanas) e do tronco linguístico Karib (Macuxi e Paravianas) e outras etnias que fugiam da colonização espanhola e depois dos portugueses, no Alto e Médio Rio

Branco.

O segundo momento refere-se à ocupação do vale pelos portugueses. Este momento histórico teve seu marco, segundo Farage (1991), com a expedição comandada por Pedro Teixeira, como mencionado anteriormente. Os motivos da posse do Vale do Rio Branco foram questões geopolíticas de defesa e pela importância de suprir de índios o mercado interno de escravos. Todavia, não podemos ignorar nessa análise o papel do extrativismo vegetal, da droga do sertão, da pesca e da captura de tartaruga na ocupação desse território. Pois, de acordo com a Farage (1991):

No contexto da economia colonial amazônica, a produção natural da região do rio Branco prestava-se igualmente à atividade extrativista: dos seus campos se obtinham madeiras e resinas apreciadas, além da baunilha, cacau e salsaparrilha, itens importantes da exportação do Grão-Pará. A extração do cacau parece ter sido mais significativa, pois que ele crescia às margens do baixo rio Branco, área de mais fácil acesso para os coletores vindos do rio Negro. A pesca e a viração de tartarugas vieram a suprir o mercado regional da capitania do Negro no século XVIII (FARAGE, 1991, p.56).

Nesse sentido, a autora (1991, p. 56) aponta indícios de que o objetivo de tão longa expedição seria a colheita de droga do sertão e descimentos e amarrações de índios. Esses interesses comerciais atrelados às questões geopolíticas de defesa fizeram com que ocupação fosse realizada através de arraias, pesqueiro real e aldeamento no Baixo Rio Branco, por tropas de resgate e missionários, e ainda com a construção do Forte São Joaquin (1775) e fazendas reais no alto do Vale do Rio Branco.

Quem corrobora esta fase inicial de ocupação é Magalhães (2018, p.140), ao apontar que a principal exploração pelo os portugueses nessa região estava ligada ao extrativismo das drogas do sertão (na mesorregião sul) e ao apresamento de índios em todo território do Rio Branco. Ela destaca o papel do comerciante Francisco Ferreira e do frei carmelita Jerônimo Coelho, que realizaram longas incursões de captura de índios e de coleta das drogas.

Magalhães (2018, p.141) descreve que, além da construção do Forte São Joaquin, outras estratégias foram sendo utilizadas pela coroa portuguesa para assegurar a ocupação no Rio Branco, entre elas, os aldeamentos: Nossa Senhora da Conceição, no Uraricoera; São Felipe, no Rio Tacutu; Nossa Senhora do Carmo, no Baixo Rio Branco; Santa Bárbara e Santa Isabel.

Todavia, segundo a autora, a expansão portuguesa estava destinada ao fracasso, devido à falta de alimentos e estrutura dos aldeamentos. Com isso, os portugueses mudaram a estratégia de permanência e povoamento de ocupação, com incentivo à pecuária pelo coronel Lobo d'Almada. Por fim, a autora afirma que o novo sistema de governo, republicano (1889-90), e a constituição da nova república (1891) refletiram na dinâmica de povoamento do Rio Branco, principalmente no Baixo Rio Branco, que era a região mais habitada e transitada até o final do século XIX. (MAGALHÃES, 2018, p.144).

Para SILVEIRA e GATTI (1988), as primeiras notícias que se tem do Rio Branco também estão atreladas à expedição de Pedro Teixeira em 1639. Para estes autores, a ocupação por parte dos portugueses era um processo irreversível, haja vista que o Rio Branco estava sendo invadido por Espanha e Inglaterra. Para conter tais invasões, era necessário penetrar com as tropas de resgates e missões religiosas a fim de ocupar este território onde, afirmam os autores, encontravam-se vários povos indígenas.

Outro autor que aborda a questão da ocupação pelos portugueses é Barbosa (1993). Para ele, apesar de existirem algumas atividades no final do século XVII por militares, religiosos e civis, foi a partir do século XVIII que existiu uma efetivação maior no processo de ocupação por Portugal. De acordo com este autor, os primeiros povoados nesse período histórico se deram nas entradas e saída da região. Ou seja, no Alto Rio Branco e no Baixo Rio Branco.

Barbosa (1993, p.125) ainda corrobora outros autores aqui já mencionados quanto à participação dos missionários e tropas de resgates nos surgimentos dos primeiros aldeamentos no Rio Branco. Ele aponta que algumas localidades existiam desde 1725, pela ação dos missionários Carmelitas, sob os moldes de aldeias de repartição. Ele continua dando ênfase ao papel da igreja. O estudioso afirma que os missionários tinham o objetivo de aldear os índios para promover a catequização, obter mão de obra escrava e peça de mercadoria. Ainda segundo Barbosa, essa prática de usar o índio como moeda de troca, e para trabalho escravo, era comum na Amazônia.

Por fim, Barbosa afirma que estes núcleos de povoamento tinham o objetivo de aumentar as trocas comerciais com a capitania de São José do Rio Negro, principalmente o extrativismo vegetal, o que nos faz acreditar que o autor

se refere ao povoamento no Baixo Rio Branco, uma vez que o extrativismo vegetal nesse período histórico se deu praticamente neste território. Como isso, para este autor, o povoamento é o marco da posse portuguesa no território do Rio Branco (BARBOSA. 1993 p.126).

Ainda se tratando deste período histórico, para Viera (2015), o Rio Branco já estava sendo habitado por diversas etnias indígenas quando foi ocupado pelo os portugueses:

O vale do rio Branco. Assim como toda a Amazônia, ao chegarem os portugueses, já era povoada por diversas etnias indígenas, que possuíam estrutura social, política e cultural consolidadas. Assim, ao chegarem ao rio Branco, os portugueses vieram para conquistar e ocupar, sendo o termo ocupação aqui compreendido no sentido de que os não índios negociaram, se apropriaram, e em muitos casos expulsaram os povos autóctones de suas terras, de uma região já povoada por diversas etnias, além da compulsória, e diversas vezes violenta, apropriação de sua força de trabalho. (VIERA, 2015, p.118)

Nota-se que o autor cita a da presença de alguns grupos indígenas antes da chegada dos portugueses. Esta afirmação vem ao encontro dos argumentos de Farage (1991) de que o primeiro habitante do Vale do Rio Branco e, conseqüentemente, do Baixo Rio Branco, foram os índios. O autor pontua que a ocupação se deu em forma de conquista, apropriação, com expulsão dos indígenas, usando por algumas vezes a violência no ato de se apropriar desse território.

Para não nos estendermos nesse período histórico, o trabalho de Santilli (1997, p.102) sobre “Escravos Brancos Canibais uma Narrativa Histórica Makuxi”, relata que alguns grupos indígenas do tronco linguístico do Karib, Macuxi, habitavam o território do Rio Branco antes da chegada dos portugueses. Que a ocupação pela coroa portuguesa foi marcada por uma estratégia militar contra os avanços dos espanhóis e holandeses, A construção do Forte São Joaquim na confluência do Rio Tacutu com o Rio Uraricoera teria sido, assim, uma maneira de proteger-se contraos avanços desses outros países.

Por fim, o autor menciona as estratégias dos portugueses para o convencimento dos índios para a construção dos aldeamentos e do uso da sua mão de obra, forçada, para exploração da borracha na Amazônia e, em especial, com a extração do caucho e da batata nas matas do Baixo Rio Branco. (Santilli, 1997 p.105).

Cabe aqui ressaltar o trabalho de Gomes Filho (2014, p. 27) que aborda o

O terceiro momento histórico da ocupação do Rio Branco se deu com a vinda dos nordestinos e população de outras regiões do país. E isso ocorreu em duas fases. A primeira foi no auge da extração de látex, ciclo da borracha (1870-1920); e a segunda, na Batalha da Borracha (1940-1945). Segundo Nogueira (2015), este incremento migratório para a Amazônia se deu de forma não uniforme, e o Estado de Roraima foi timidamente atingido.

A partir de 1877, com o início de uma grande seca no nordeste brasileiro e com o boom da borracha na Amazônia é que a bacia do rio branco tomou um impulso mais significativo no aumento da população..[...] o que sugere é que uma pequena corrente de migrantes, principalmente nordestinos, preferiu dirigir-se para este vale do que enfrentar os seringais no Acre, Pará e Amazonas, locais de grande movimento migratório.(BARBOSA, 1993, p.134).

Nesse primeiro momento, entre 1877-1920, período final da monarquia e início do sistema republicano, aconteceu, de acordo com Barbosa (1993), uma grande estiagem no Nordeste, no momento em que estava ocorrendo um *boom* da borracha na Amazônia. Esses dois fatores impulsionaram a vinda dos nordestinos para Rio Branco.

Conforme o mesmo autor, este impulso no aumento da população foi de forma empírica, pois não existiu uma ação governamental. Relatos históricos indicam que uma pequena corrente de migrantes, principalmente nordestinos, preferiu o Vale do Rio Branco a enfrentar os seringais do Acre, Pará e Amazonas (BARBOSA, 1993, p. 134).

Outro indicio apontado pelo autor, no que diz respeito à vinda dos nordestinos, é que os fazendeiros (antigo militares ou comerciantes) locais aqui estabelecidos recrutaram pessoas que fugiam da seca do Nordeste para se instalarem nos campos naturais, oferecendo uma cabeça de gado a cada quatro nascidos para quem cuidasse dos seus campos. Este sistema de negócio é chamado de partilha (BARBOSA, 1993, p. 134).

Cabe aqui destacar o papel da atividade mineral no fluxo migratório no Vale do Rio Branco, no qual existiu um pequeno fluxo migratório para a região dos rios Contigo, Maú e Suapi. Conforme Barbosa (1993):

Outro destaque importante do início do século XX, foi a do aparecimento

da atividade mineral como responsável por um pequeno fluxo migratório na década de 1910. A descoberta dos garimpos de ouro e diamante nas regiões dos rios Contigo, Maú e Suapi, provocou movimento de grupos humanos em direção a estas áreas. (BARBOSA, 1993, p.137).

Finalmente, Barbosa (1993), afirma que no território do Baixo Rio Branco, nesse primeiro momento, encontravam-se poucos núcleos populacionais, os quais viviam praticamente do extrativismo, da pesca e da cultura de subsistência.

Já para Silveira e Gatti, (1988, p. 48), o Baixo Rio Branco era ocupado por uma população de aproximadamente 1.050 habitantes. Este levantamento estatístico foi baseado nos relatos de Jacques Ourique. Todavia, apesar dos fluxos migratórios dos nordestinos serem intensos em toda Amazônia no período do *boom* da borracha, isso não se refletiu numa efetiva ocupação do Baixo Rio Branco devido à qualidade do látex e o difícil acesso ao escoamento do produto. (SILEVIRA e GATTI, 1988, p. 45).

Deste modo, algumas expedições aconteceram neste período, as quais nos ajudam a compreender o processo histórico de ocupação e povoamento no Baixo Rio Branco. Entre as expedições comandadas por pesquisadores, na primeira metade do século passado, destacam-se as viagens de Theodor Köch-Grunberg, Willian Curtis Farabee, Robert Schomburgk, Hamilton Rice e de Jacques Ourique.

De acordo com Alves (2016) e Magalhães (2018), a expedição liderada pelo cientista naturalista alemão Theodor Köch-Grunberg teve como principal objetivo a caracterização de fauna, flora e populações humanas entre os municípios de Manaus-AM até os arredores do Rio Orinoco (referentes às partes do Rio Orinoco na Venezuela), entre os anos de 1911-1913. Nesta viagem, Köch-Grunberg além de descrever a fauna e a flora, relata a tímida extração do látex no Baixo Rio Branco, bem como a existência de pequenos adensamentos populacionais na região.

Jacques Ourique registrou um barracão de seringueiros e coleta de látex e da castanha no Baixo Rio Branco após percorrer essa região:

Na barra do rio Xeruini, situado logo acima do Catrimani, existe o maior barracão dos seringueiros de todo o rio Branco [...] na margem oriental, pouco abaixo está boca do rio Anauá, igualmente explorado por Lobo D' Almada [...] atualmente em consequência da exploração dos seringais encontrados na suas margens e nas de seus afluentes, é percorrido até um pouco acima da foz do rio Baraúna. Nas enchentes dá navegação a

pequenos batelões até as cachoeiras superiores, porém na estiagem a navegação é a canoa. Sendo os poços, que se formam ao longo de seu leito, riquíssimos em peixes e tartarugas, o que serviu de chamariz aos seus primeiros povoadores (OURIQUE, 1906, p. 4).

Os relatos descritos por Ourique nos revelam que no Baixo Rio Branco existia um grande barracão dos seringueiros e fatura de seringais. Segundo Magalhães (2018), o objetivo de Ourique era tornar conhecidos esses produtos da floresta.

Já a expedição de Hamilton Rice (1978), em (1924 apud Magalhaes, 2018, p.2015) registra que na região do Baixo Rio Branco havia duas localidades que funcionavam como ponto de troca e de acesso aos afluentes do Rio Branco: os arraiais de Santa Maria e de Nossa Senhora do Carmo. Além desses dois arraiais, Rice identificou que a área tinha grandes quantidades de látex, e que existia colheita de salsaparrilha nas proximidades de Catrimani, além de um povoado na parte que iniciava o território do Baixo Rio Branco, Vista Alegre.

É pertinente ressaltar que os dois arraiais mencionados por Rice já haviam sido identificados por Ourique (1906) em sua expedição. De acordo com Ourique, os arraiais de Santa Maria e de Nossa Senhora do Carmo eram aldeamentos formados inicialmente por populações indígenas. Para o autor, Santa Maria foi uma antiga povoação fundada em princípios do século XVIII pelos missionários carmelitas, considerados as primeiras pessoas pertencentes à colônia portuguesa que entraram no Rio Branco.

Para Farage (1991, p. 125-128 apud, Lauriano, 2020, p.117), Santa Maria só começou a existir a partir de sua criação no ano de 1784, por meio do aldeamento das populações étnicas variadas (Paraviana, Wapixana, Saporá e Macuxi) lideradas por Manuel da Gama Lobo D' Almada, então governador da capitania de São José do Rio Negro, que tinha o objetivo de formar barreiras de colônias portuguesas ao longo do Rio Branco para impedir as invasões holandesas e espanholas no vale, sendo que o aldeamento Nossa Senhora do Carmo foi fundado pelos "índios Wapichana, Parauana, Atoraiá e Saporá".

ECCGERATH (1924, p.19 apud Magalhães, 2018, p.215) corrobora principalmente em caracterizar a região do Baixo Rio Branco no que diz respeito a quantidades de seringais, razão pela qual chama o local de zona de borracha. Nos seus registros, descreve os Açaizeiros Sumaumeira, castanhas, copaíbas, madeiras entre outros.

De acordo com Magalhães (2018), os nativos que já habitavam o Baixo Rio Branco ganhavam a vida ainda por meio do extrativismo vegetal:

No que se refere aos habitantes do baixo rio Branco, à época da criação do Território Federal do Rio Branco, pode-se afirmar que ganhavam a vida por meio do extrativismo vegetal. Esses habitantes procuravam nas margens do rio Branco ou seus afluentes principais, lugares que apresentassem as seguintes vantagens: facilidade de transportes, garantia de existência de produtos alimentícios (peixe: pirarucu, tambaqui e caça), existência de madeira próprias para as construções, etc. (MARTINS, 1947 *apud*, Magalhaes, 2018, p. 215).

Magalhães (2018, p.215-216) descreve que existiam fluxos comerciais com a cidade de Manaus através dos regatões, principalmente de produtos que abasteciam Vale do Rio Branco. E que, inversamente, a produção do extrativismo era levada para a capital amazonense. Por fim, descreve alguns núcleos populacionais e seus respectivos dados demográficos existentes nesse período:

- 1) Santa Maria do Boiaçu: um adensamento de quase 100 pessoas explorando rios e igarapés das proximidades;
- 2) Rio Xerui: quase 150 pessoas
- 3) Foz do rio Catrimani : mais ou menos 160 pessoas
- 4) São José do Anauá situado na boca do rio do mesmo nome: com cerca de 200 habitantes
- 5) Caracará e Vista Alegre, os dois maiores adensamentos do Baixo Rio Branco, respectivamente. Caracará era o núcleo demográfico mais importante, com cerca de 400 habitantes. Vista Alegre se encontra a 10 km, a jusante de Caracará e tinha aproximadamente 80 habitantes. (MARTINS, 1947, p.151-152 *apud* MAGALHAES, 2018, p. 216).

Cabe destacar que, com relação ao núcleo populacional descrito como: 2) Rio Xerui: quase 150, pessoas, a autora não determina a localização exata do núcleo existente; todavia, as comunidades existentes neste rio atualmente São : Terra Preta, Lago Grande, Canauini e Cachoeirinha.

Uma segunda fase da ocupação pelos nordestinos, e por pessoas de outras regiões do país, ocorreu na década de 40, com a Guerra da Borracha, período este em que se estabelece que o Vale do Rio Branco passaria à condição de Território Federal do Rio Branco, pelo Decreto-lei nº 5812 de 13/09/1943, e sendo desmembrado do estado de Amazonas. O decreto-lei foi sancionado pelo então presidente Getúlio Vargas (1930-1945) com intuito de promover a ocupação da região amazônica e o seu desenvolvimento econômico.

Essa segunda leva, composta de imigrantes nordestinos e de outras regiões do país para o Território Federal do Rio Branco, como em toda Amazônia, no período da Batalha da Borracha, foi baseada numa falácia institucional promovida pelo então presidente Getúlio Vargas.

O mundo vivia o período da Segunda Guerra Mundial. Este cenário fez surgir a procura pelo látex no mundo, uma vez que borracha servia como matéria prima para material bélico. Com o domínio do Eixo (formado por Alemanha, Itália e Japão) sobre a região da Malásia, que até então era a maior produtora do látex, os Aliados (Inglaterra, França, Rússia e Estados Unidos) precisavam de uma alternativa por causa da escassez do látex. Foi então que EUA procurou o governo Brasileiro para garantir tal demanda. (PONTES 2015).

Foi firmado um acordo no dia 3 de março de 1942, para que o Brasil produzisse e comercializasse a borracha para os Estados Unidos. Este acordo é denominado “Acordo de Washington”. O acordo era da seguinte forma: os americanos investiam na produção do látex e, em contrapartida, o Brasil era responsável pela mão de obra e o envio da matéria-prima. Segundo Pontes, (2015) os norte-americanos investiram cerca de 300 milhões de dólares na produção do látex.

Para atender aos interesses do acordo, o governo de Getúlio Vargas conclamava todos os homens para auxiliarem na guerra, com falso dilema entre ir à guerra na Europa ou produzir a borracha. Vargas criou um arsenal de programas e propaganda como forma de ludibriar os flagelados da seca, tendo em vista que a grande maioria que aderiu à chamada do governo era de nordestinos, segundo Pontes.

Então foram criados programas de financiamentos, bem como o Banco de Crédito da Borracha (atual BASA), Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) programas de recrutamento, Serviço de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA) entre outros.

No âmbito da propaganda, o próprio presidente conclamou a sociedade a ir aos seringais conforme a mensagem do dia 20/05/ 1943:

Seringueiros! Dediquei todas as energias à batalha de borracha, precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna. Pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzidas sem repouso (...) nas guerras modernas não fazem

parte somente os soldados que estão no campo de batalha, mas, toda a nação: homens, mulheres, velhos e crianças. E vós, desbravadores da Amazônia, sois mais importantes soldados; unidos veremos sibilar a bandeira do Brasil.(VARGAS, 1943 apud PONTES, 2015, p.5).

Segundo Pontes (2015), o governo utilizou várias formas de “driblar” os futuros soldados, entre as quais um termo de compromisso com o trabalhador e contrato de trabalho, além dos cartazes (Figura 4), que davam a entender que Amazônia era um paraíso na Terra, com abundância de riqueza e prosperidade. Ou seja, o governo usou vários mecanismos oficiais para incentivar a campanha nacional de borracha.

Outra forma de enganar os futuros soldados da borracha eram as promessas de termo de compromissos com o trabalhador e o contrato de trabalho como seringalista, por meio do qual o seringueiro teria diversos direitos, como: indenização para a família, assistência médica, salário sobre produção da borracha entre outros. Na prática, essas promessas nunca se concretizaram, (PONTES, 2015, p. 55-56).

Por fim, aquilo que era para ser um “paraíso na terra” acaba se transformando no inferno verde, onde aproximadamente 30 mil morrem devido aos precários meios de transporte, falta de assistência médica, alimentação escassa e doenças (PONTES, 2015). Apesar disso, o Rio Branco passa a ser um eixo de atração pela exploração do látex e pela descoberta de reserva de minério.

Figura 4 - Cartaz que associa a Amazônia á terra da fartura



Fonte: História Unicap, v. 6, n. 11, jan./jun. de 2019 elaborado Chabloz.

Os relatos orais no trabalho de Magalhães (2018) nos mostram um pouco doretrato dos nordestinos que vieram ocupar o Baixo Rio Branco neste período. Um dos depoimentos que ela descreve, e que nos ajuda a compreender a gênese de ocupação do Baixo Rio Branco, é o relato do ex-seringalista José Mendes de Souza.

[...] eu sou mesmo oriundo do Baixo Rio Branco, meu pai era nordestino, meu avó cearense e possuía uma área muito grande nessa região. Trabalhava com mais de cem pessoas nos seringais. O primeiro trabalho veio com a primeira Guerra Mundial e depois se continuou com a extração dos diversos tipos de borracha [...] eu me lembro que havia um grande movimento de navio, hoje é uma tristeza[...] havia muito dinheiro[...] muitos soldados da borracha vieram para o Baixo Rio Branco e até hoje tem muitos velinhos por aí[...]. Eles têm direitos de uma aposentadoria de dois salários mínimos que já é uma ajuda, são analfabetos, não ganharam nada. Foi uma evasão de produtos naturais da floresta para o Estado do Amazonas. Os seringueiros colhia o leite e levava para sua barraca no acampamento do seringal, essa barraca chamava de tapiri, onde eram preparados as pelas bolas de borracha coagulada e defumada. As bolas são levadas para sede do seringal (Barracão), onde são pesadas e, posteriormente, transportadas para os grandes centros (Manaus) onde são beneficiadas [...]a produção funcionava da seguinte maneira: os patrões (seringalista) eram os que tinham dinheiro. O meu pai tinha um armazém enorme, para aviar os fregueses[...] eles abasteciam seus trabalhadores do extrativismo com tecido, fumo, açúcar, jabá, era muita coisa[...] na década de 1940, existia duas vilas no Baixo Rio Branco: a de Catrimani, onde eu nasci , e São José do Anauá. As vilas se formavam em decorrência dos rios que nas margens continham produtos do extrativismo, aí nessa vila meu avó assentou uns 60 nordestinos. Na vila de são José do Anauá a mesma coisa [...].

Por meio deste relato do senhor José, podemos pontuar e fazer algumas ligações com os fatos aqui já mencionados por outros autores sobre a vinda dos nordestinos para o Rio Branco. Assim, a primeira associação com os fatos trazidos pelos diversos pesquisadores é o fato de que os nordestinos ocupavam este território do Rio Branco antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918); a segunda, de que o território do Baixo Rio Branco era um lugar de extração de látex e de troca de mercadorias; a terceira, de que os produtos aqui explorados eram vendidos para o estado do Amazonas; a quarta, de que existiam grandes barracões de armazenamento do látex; e. Por fim, a quinta, de que existiam aldeamentos no Baixo Rio Branco.

Nessa direção, o depoimento do Sr. José, descrito por Magalhães (2018)

corroborar que o Baixo Rio Branco foi ocupado pelos nordestinos nos períodos dos ciclos da borracha.

É oportuno observar que no Alto Rio Branco concentrava-se boa parte da população (80%) em 1945. A existência desse contingente populacional pode ser a explicação para várias atividades econômicas (pecuária, agricultura e mineração) que havia nesta área, diferentemente do Baixo Rio Branco, em que praticamente apenas o extrativismo era praticado. Além disso, no Alto Rio Branco localizava-se a capital, Boa Vista, com aproximadamente 2000 habitantes.

Em linhas gerais, a atual população do estado de Roraima, em especial no que diz respeito à formação da população ribeirinha do Baixo Rio Branco, é fruto dessa dinâmica socioterritorial de ocupação que se deu na Amazônia. Ocupada pelos nativos, portugueses e pelos nordestinos vindos nos períodos do primeiro e do segundo ciclo da borracha.

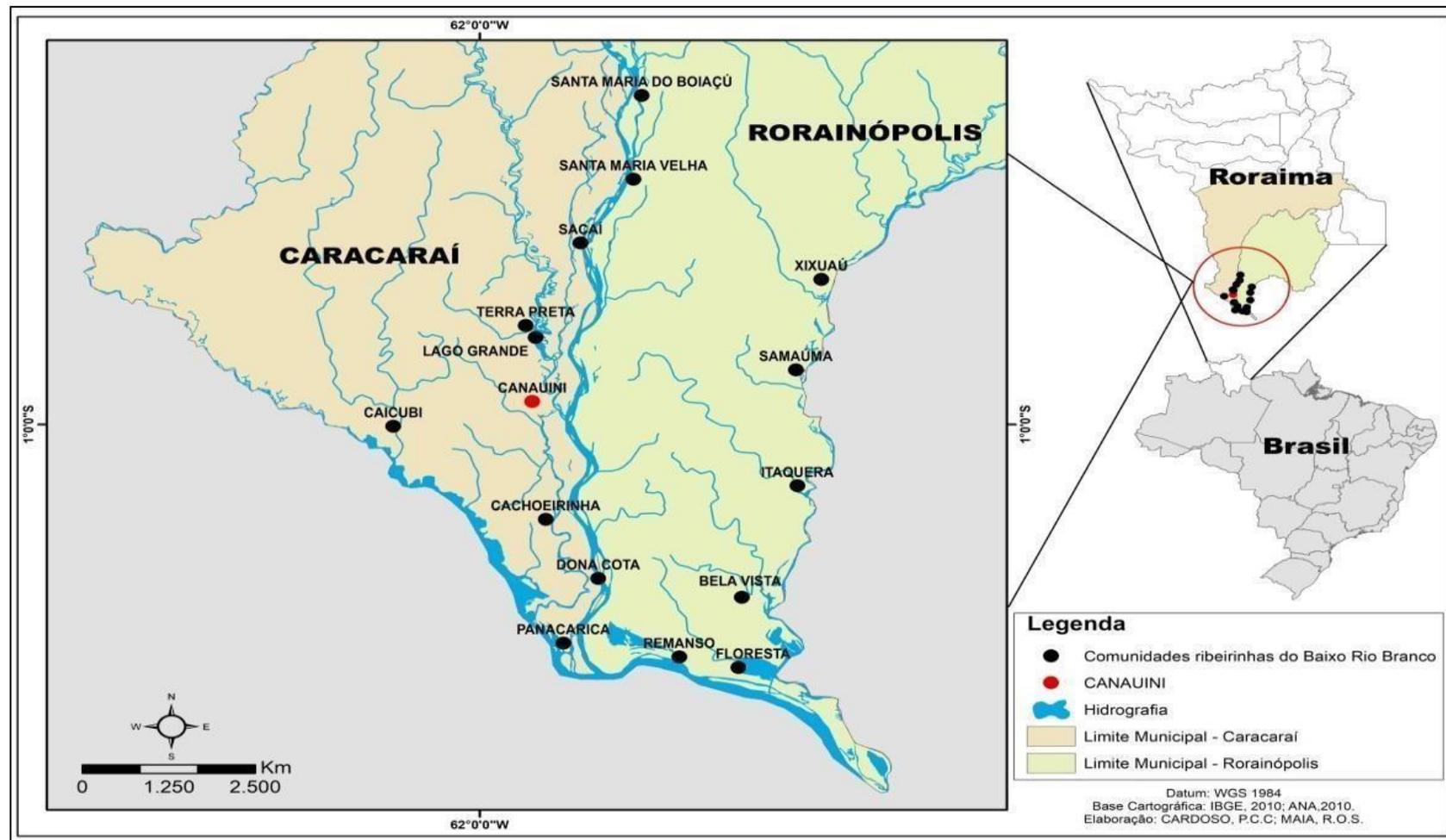
São comunidades que se estabeleceram na mata, às margens dos rios e igarapés. São povos da floresta que descendem dos grupos de pessoas que procuraram sobreviver a qualquer custo, sem que houvesse qualquer aparato de políticas públicas.

4.1.5 Organização territorial do baixo Rio Branco

4.1.5.1 Questões Fundiárias

O Baixo Rio Branco é formado por dezesseis comunidades que fazem parte dessa rede de comunidades que estão interligadas e distribuídas às margens dos rios Jauaperi, Rio Xeruni, Paraná do Amajaú, Rio Jauaperi, Rio Branco e Rio Negro. As que ficam à esquerda do Rio Branco, o principal rio do estado de Roraima, são as Comunidades que pertencem ao município de Rorainópolis: Santa Maria do Boaiçu, Santa Maria Velha, Remanso, Floresta, Itaquera, Sumaúma, Bela Vista Xixuaú e Dona Cota. Já à margem direita estão as comunidades: Sacaí, Lago Grande, Terra Preta, Cachoeirinha, Caicubi, Panacarica e Canauini, que pertencem ao município de Caracaraí. (Figura 5), sendo esta última objeto de análise desta dissertação.

Figura 5- Território do Baixo rio Branco



Organização: CARDOSO, P.C. C e MAIA, R.O. S, 2020

De acordo com relatório final de 2020, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF); Departamento de Áreas protegidas (DAP), Unidade de Coordenação do Programa (UCP); Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), Governo do Estado de Roraima (RR); Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação (IACTI,), que tinha como objetivo fazer um diagnóstico fundiário da região do Rio Xeruíni, para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Xeruíni, localizada na região do Baixo Rio Branco, no estado de Roraima. O documento afirma que estas comunidades estão distribuídas em glebas federais, as quais são objetos de discussão em processos entre o estado e o Governo Federal, para regularização fundiária. (ARPA, 2020, p.28); entretanto, o Estado/Município tem domínio útil fundiário dessas glebas. (Figura 6)

Figura 6 Mapas das Glebas do Baixo rio Branco



Fonte: ARPA, 2020.

De acordo com a Figura 6, no total, o Baixo Rio Branco é composto por dez glebas: Univini, Catrimani, Xerui, Rio Preto, que estão dentro dos limites municipais de Caracaraí; e as glebas Tapera, Mucucuaú, Campina, Itapará, Santa Maria do Boiaçu e Rio Branco, que estão dentro dos limites municipais de Rorainópolis (ARPA, 2020, p.31).

Ainda segundo o relatório (ARPA, 2020, p. 36), em 2006, o ITERAIMA concedeu a emissão de licença de ocupação para os moradores do Baixo Rio Branco, além de elaborar plano plurianual-2008-2011 no estado de Roraima com o objetivo de promover a regularização fundiária.

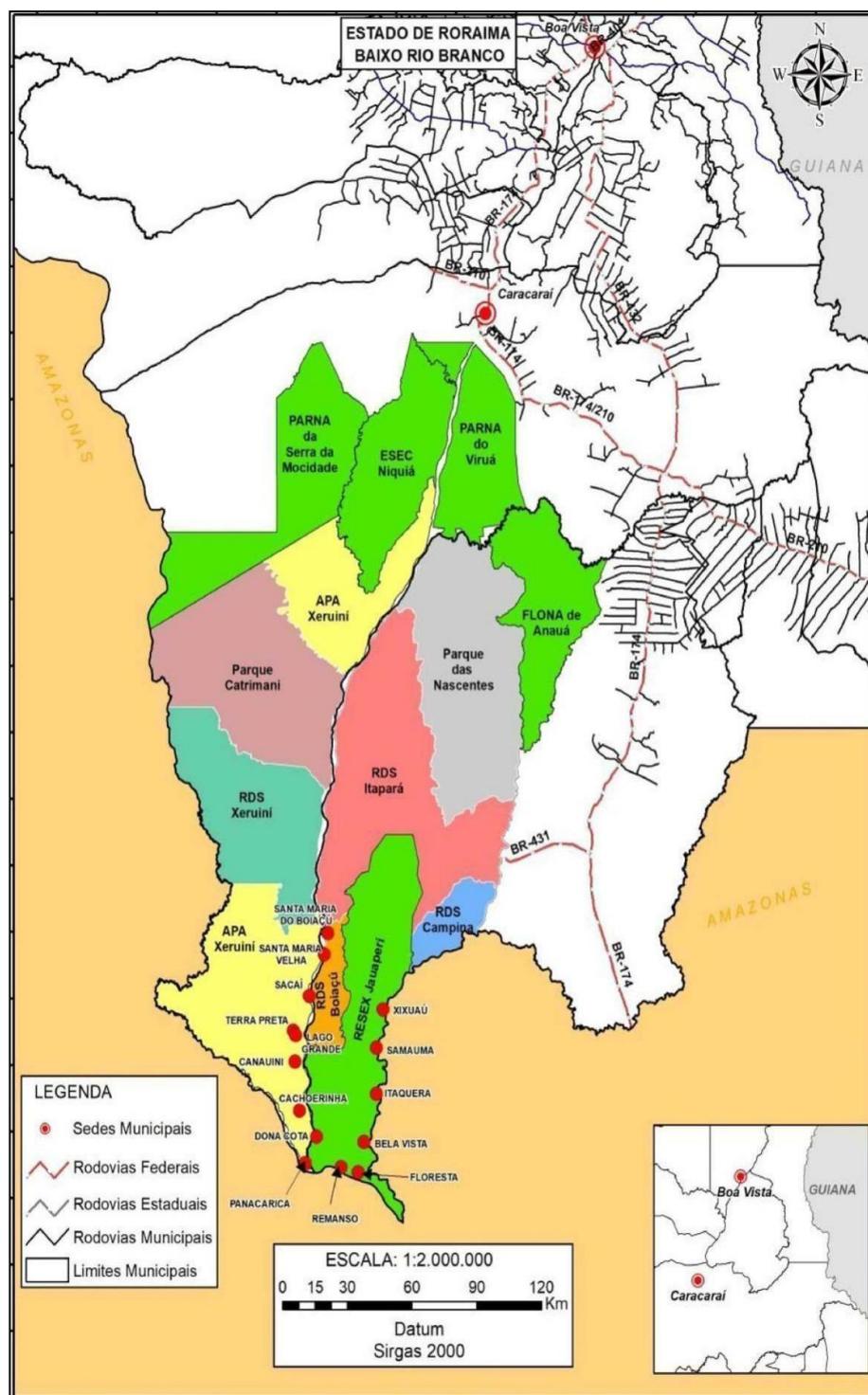
4.5.1.2 Unidades de Conservação do Baixo Rio Branco

Dentre as questões fundiárias, existe a das unidades de conservação. Estudos como os de Ferreira & Almeida, (2005), e de Veríssimo *et al* (2011) apontam a importância das Unidades de Conservação contra desmatamentos na Amazônia:

A Amazônia, portanto, necessita de um modelo de desenvolvimento regional que seja capaz de conciliar crescimento econômico, qualidade de vida das populações e conservação dos recursos naturais. Um dos caminhos para essa aliança é o processo de ordenamento territorial da Amazônia legal, realizado através do instrumento do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)¹⁰, que subsidia as decisões de planejamento socioambiental e desenvolvimento econômico em bases sustentáveis. Este mecanismo de gestão ambiental consiste na delimitação de zonas ambientais e atribuição de usos e atividades compatíveis segundo as características (potencialidades e restrições) de cada uma delas. (FERREIRA & ALMEIDA, 2005 apud. ARPA, 2020, p.20).

Atualmente cerca de 53.446,51 km² do estado de Roraima são ocupados por Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, o que corresponde a cerca de 23,89% da área territorial do estado, dimensionado em 223.644,52 km². (ARPA, 2006). No total são dez Unidades de Conservação no estado de Roraima, sendo que (7) sete ficam na Região Sul do estado: Estação Ecológica Maracá; Floresta Nacional de Roraima; Parque Nacional do Monte Roraima; Área de Proteção Ambiental Xerui; Área de Proteção Ambiental Baixo Rio Branco; Estação Ecológica; Floresta Nacional de Anauá; Parque Nacional do Viruá; Parque Nacional da Serra da Mocidade; Reserva Extrativista Baixo Rio Branco Jauaperi (Figura 7).

Figura 7- Área de conservação Ambiental do Baixo Rio Branco-RR



Fonte: FEMARH, 2019

De acordo com o Mapa, no Baixo Rio Branco, as unidades de Conservação estão distribuídas pelos municípios de Rorainópolis e Caracaraí. As unidades foram criadas a partir da década de 90, como no caso do Parque Nacional do Viruá e o Parque Nacional da Serra da Mocidade, em 1998,

ambos federais. No final da mesma década, em 1999, foi criada a Área de Proteção Ambiental Xeruíni, no Baixo Rio Branco, através do decreto 25/99 da Prefeitura Municipal de Caracaraí, com o objetivo de “conservar as áreas representativas dos ecossistemas ali existentes e promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades de povos tradicionais ali encontrados” (art.1º, Decreto 25/99). (ARPA, 2020, p.22).

A partir de 2000, outras unidades foram criadas: a Floresta Nacional Anauá, no âmbito federal, em 2005, e a Área de Proteção Ambiental Baixo Rio Branco, sob o auspício do Governo Estadual de Roraima, criada em 2006, através da Lei Estadual nº555/06. E em 2018, a Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, criada pelo Governo Federal, após dezessete anos do pleito inicial, realizado por moradores da região. Isso se deu após a contribuição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). (APA, 2020, p.22)

Cabe observar que existem alguns projetos desde 2019, de recategorização da APA Baixo Rio Branco e da APA Xeruíni, e ainda, o de criação de novas Unidades de Conservação (RDS Xeruíni) em andamento.

4.2 BAIXO RIO BRANCO E SEUS CIRCUITOS DE VIDA

Para que se possa compreender a organização territorial das comunidades ribeirinhas e os circuitos de vida existentes no Baixo Rio Branco, faz-se necessário abrir um paralelo para entender que as comunidades ribeirinhas estão inseridas em territórios opacos (SANTOS, 1996), diferentemente das suas sedes administrativas, Caracaraí e Rorainópolis, que estão em territórios luminosos.

Caracaraí (Figura 8) é o segundo município mais antigo do estado de Roraima, criado pela Lei Federal nº2. 495, de 28 de maio de 1955. De acordo com Vitório (2014):

“A sede do município está à margem direita do Rio Branco abaixo da Corredeira do Bem Querer, ou seja, nos limites navegáveis do rio Branco, sendo considerada a Cidade Porto do Estado. Caracaraí está distante da capital do estado, Boa Vista, 135 km, sendo o acesso pela BR – 174. A rodovia BR – 210, conhecida como “Perimetral Norte” também cruza o município, num trecho de 130 km entre a vila Novo Paraíso e a sede municipal” (VITÓRIO, 2014, p.49).

De acordo com Luz (2014), Caracaraí tem sua estrutura muito bem organizada fisicamente, em se tratando de tecido urbano, pois nele está inserida a maioria dos estabelecimentos comerciais de bens e serviços e, ainda, as instituições que prestam serviços públicos.

“Com relação ao comércio, verifica-se que a cidade concentra mais de 150 pontos comerciais que abastecem uma população urbana de aproximadamente 10.889 pessoas. A economia é favorecida pelas condições climáticas que possibilitam o cultivo de inúmeras culturas, como: a produção de arroz, do milho, da mandioca, do feijão. Além das pastagens da pesca, o qual é o maior produtor do Estado.” (LUZ, 2014, p. 7)

Figura 8- Vista Parcial da Cidade de Caracaraí



Fonte: Klais Policarpo, 2019

Percebe-se que a cidade de Caracaraí é uma cidade consolidada, estruturada, e organizada espacialmente, ou seja, uma cidade em que há arranjos produtivos que ofertam bens e serviços. Dentre as comunidades ribeirinhas existentes no Baixo Rio Branco, sete pertencem a Caracaraí. São elas: Sacaí, Lago Grande, Terra Preta, Cachoeirinha, Caicubi, Panacarica e Canauini.

Outra cidade importante é Rorainópolis (Figura 9). Segundo Lacerda (2017), a gênese de ocupação do município se deu a partir de um Projeto de Assentamento Dirigido- PAD, denominado PAD Anauá, pelo INCRA, no final da

década de 70, mas sua emancipação só ocorreu no dia 17 de outubro de 1995, pela Lei nº 100.

Figura 9- Vista Parcial da Cidade de Rorainópolis



Fonte: Prefeitura de Rorainópolis. 2019

O município se encontra nos limites ao norte e a oeste com Caracaraí; ao sul, com o estado do Amazonas e, a leste, com São Luiz e São João da Baliza. É distante da capital Boa Vista aproximadamente 290 km. Atualmente o município conta com dezenove projetos de assentamentos, cinco embrionários núcleos urbanos e uma população aproximadamente de 24.279 habitantes (LACERDA, 2017).

Lacerda (2017) constata em suas pesquisas que existe uma quantidade significativa de equipamentos urbanos e comércios na cidade. Dentre as comunidades pertencentes a Rorainópolis estão as comunidades Santa Maria do Boiaçu, Santa Maria Velha, Remanso, Floresta, Itaquera, Sumaúma, Xixuaú, Bela Vista e Dona Cota.

A partir da leitura de Santos (1996), Caracaraí e Rorainópolis, na nossa percepção, são territórios luminosos, são cidades consolidadas na Região Sul do estado de Roraima. São cidades que de alguma maneira acumulam densidades técnicas e informacionais e, portanto, se tornam mais aptas a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização. Ou seja, nas duas

idades existem um maior circuito produtivo, equipamentos urbanos e um sistema de mobilidade econômica e social dinâmico.

Entretanto, se existe esta luminosidade nas sedes administrativas desses municípios citados, por outro lado, as comunidades que pertencem a estes municípios estão em total escuridão e invisibilidade no que se refere a políticas públicas. São comunidades que sofrem precariedade dos serviços de saúde, falta do ensino médio nas escolas, da energia 24 horas e de um saneamento básico, dentre outros equipamentos essenciais e que possibilitariam uma melhor qualidade de vida para os cidadãos. São comunidades que estão em territórios opacos, precários, com menos técnicas, entretanto oferecem alternativas e saberes relacionados à apropriação social dos recursos disponíveis.

Esta comparação é importante, pois explica o porquê de existir no Baixo Rio Branco esta discrepância social, política e econômica, entre as sedes administrativas e suas respectivas comunidades ribeirinhas, refletindo-se na invisibilidade e na precariedade dos serviços para esses povos. Vale ainda ressaltar que tal discrepância não é fruto do acaso, mas dos interesses do capital em algumas áreas de sua conveniência.

Dito isto, percebeu-se, com a primeira pesquisa de campo, que, dentro dos territórios opacos, existem dois tipos de circuitos de vidas. O primeiro circuito, denominamos de circuito de vida interno, que diz respeito a algumas comunidades menores, e que recebem certa influência de outra comunidade de maior estrutura, devido aos equipamentos urbanos existentes e serviços disponíveis neste local.

Já no circuito de vida externo, existe uma relação de dependência que vai além da fronteira do estado de Roraima, pois, nas últimas comunidades, existe uma dependência de serviços básicos com algumas cidades do Amazonas.

A análise dessas “influências” e “dependências” se deu a partir das seguintes características de uma rede dendrítica descrita por Trindade Jr; Silva e Amaral (2008, p. 31), na qual cidades tradicionais estão inseridas no esquema de redes dendríticas, e buscam serviços em uma cidade maior, mas, ao mesmo tempo, servem de base para cidades menores.

A outra teoria que usamos na análise dessa dependência e influência, daquilo que foi observado em campo, é o de Circuito Econômico Inferior e

Superior, de Santos (1971). O autor descreve que o Circuito Inferior é basicamente composto pelas atividades tecnológicas não modernas, que, neste caso, pode ser interpretado pelas próprias comunidades. O Circuito Superior, diferentemente, seria composto por atividades com certa modernidade tecnológica e serviços, que neste caso, teria como exemplos, nas comunidades estudadas, as empresas de pesca esportiva do Estado do Amazonas que operam no Baixo Rio Branco.

Sendo assim, para exemplificar o primeiro Circuito, temos a comunidade Santa Maria do Boiaçu (Figura 10), que exerce uma grande influência (atuação), no que tange principalmente às questões de saúde e educação (ensino médio), nas seguintes comunidades: Santa Maria Velha; Terra Preta; Lago Grande; Canauini Sacai e Cachoeirinha, como já apontado na pesquisa de Lauriano (2020).

Figura 10- Vista aérea da cidade de Santa Maria do Boiaçu



Fonte: Roberto Caleffi/2019

Santa Maria do Boiaçu é a maior comunidade ribeirinha presente no Baixo Rio Branco, sendo a única da região com hospital de pequeno porte, com posto de saúde (UBS), sede policial, Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR), Casa do Produtor Rural. Conta também com um pequeno hotel e

uma pista de avião, além de outros equipamentos. Ou seja, é capaz de oferecer determinados serviços que as outras comunidades não oferecem. Por estes motivos, a consideramos como núcleo centralizador.

Santa Maria do Boiaçu tem sua área de influência nestas comunidades por questões dos equipamentos urbanos já mencionados, todavia não podemos ignorar na análise a própria espacialização das comunidades influenciadas por ela, conforme a Tabela 1 nos mostra.

Tabela 1- Localização das Comunidades na Área de influencia de Santa Maria do Boiaçu

**Distância entre Santa Maria do Boiaçu e as Comunidades em que exerce
Influência**

| Comunidades Influenciadas | Distância para Sta. Maria do Boiaçu (em Km.) |
|----------------------------------|---|
| Santa Maria Velha | 16 km |
| Sacaí | 29 km |
| Canauini | 64 km |
| Lago Grande | 78 km |
| Terra Preta | 81 km |
| Cachoeirinha | 88 km |

Organização: Autor, 2020

São comunidades que estão nas proximidades de Santa Maria de Boiaçu, sendo que essa aproximação geográfica facilita a locomoção dos enfermos e dos alunos ribeirinhos que querem terminar seus estudos.

Essa espacialização geográfica das comunidades ajuda-nos a compreender o circuito de vida interno no Baixo Rio Branco, haja vista que o rio é a única via de acesso no território, e por isso, a locomoção depende dos períodos de secas e cheias, e ainda do tipo de embarcação. A navegação pode durar horas ou até dias. Com isso, a distância é um fator importante também na análise desse circuito, principalmente, nos casos de enfermidades dos ribeirinhos, situações nas quais precisam passar por consulta médica, para

poder receber a medicação e fazer o tratamento correto. Em casos mais graves, este enfermo ribeirinho precisa ser transportado em aviões de pequeno porte a Caracarái, ou até mesmo à capital do Estado, Boa Vista.

Se por um lado observamos área de influência das primeiras comunidades para a comunidade Santa Maria do Boiaçu, por outro lado observamos nos relatos orais de alguns ribeirinhos que as últimas oito comunidades, como Xixuaú, Sumaúma, Itaquera, Caicubi, Floresta, Remanso, Panacarica e Bela Vista, podem ser assim denominadas como “periferia fluvial do Amazonas”, termo este debatido com o Professor Dr. Antônio Tolrino de Resende Veras durante a visita de camponas dezesseis comunidades.

Essa percepção analítica de periferia fluvial do Amazonas se deu a partir, principalmente, do campo econômico, saúde e educação, como por exemplo, considerando trocas e vendas de mercadorias e acesso aos serviços públicos, como escola e hospitais. São comunidades que de alguma forma são assistidas por estes serviços que estão disponíveis no estado vizinho. Esta relação entre as comunidades e as cidades do Amazonas, denominamos como circuito de vida externo dos ribeirinhos.

Cabe aqui ressaltar que o termo periferia fluvial não é observado nas questões do mapeamento do Estado Nacional, com suas legislações e jurisdições específicas que determinam onde acaba um estado e onde inicia o outro, mas numa cartografia ribeirinha, na qual os ribeirinhos descrevem e espacializam suas territorialidades.

Nos relatos orais da presente dissertação, pode-se observar esta dependência em relação às cidades vizinhas do estado do Amazonas, relatada pelo senhor Isaías do Nascimento Catil, carpinteiro da comunidade Bela Vista, comunidade esta formada aproximadamente por dez famílias, tendo uma população de trinta ribeirinhos, com fortes laços de parentesco, caso comum praticamente em quase todas as comunidades do Baixo Rio Branco. (Ver Figura 11)

Figura 11- Vista aérea da Comunidade Bela Vista



Fonte: Roberto Caleffi/2019

Senhor Isaías, nascido na comunidade Palestina - AM, descreve que a comunidade onde vive tem uma relação de dependência com a cidade Novo Airão - AM, principalmente no campo econômico e da saúde.

Quando perguntado sobre a economia e a saúde, o ribeirinho da comunidade Bela vista nos relata:

“Aqui temos mais roçado e pesca, temos plantação de banana, né, mas é pouca, e a gente leva pra vender como vai pro Novo Airão. [...] Meu pai aqui tem um comércio, então tudo que ele compra vem do novo Airão, então a gente compra dele aí.[...] aqui não tem posto de saúde, quando alguém adocece vamos pra Novo Airão, que é mais perto, a gente acha mais perto, né”.(entrevista realizada com o senhor Isaías, Bela Vista, Fevereiro de 2019).

Outro relato que corrobora esta discussão está nas falas do senhor Alberto LimaPeres, 30 anos, da comunidade Samaúma.

Quando as crianças termina a quarta série, os pais pega leva pra cidade. Aqui não tem estudo, até terminar, o terceiro ano do ensino médio né, as pessoas procuram melhoria pro seus filhos na cidade [...] a cidade aqui mais próximo é Novo Airão, que no caso dá 16 horas a 18 horas, a depender da força da máquina que você vai[...] a gente extrai a castanha, quando a gente vai pro Novo Airão, a gente vende lá.(entrevista realizada com o senhor Alberto, Samaúma, Fevereiro de 2019).

Já os relatos do senhor Alberto nos mostram essa “dependência” entre Samaúma e Novo Airão, quando ele aponta que as crianças precisam se deslocar para Novo Airão para poder terminar os estudos, e que vendas e trocas comerciais dão a partir dessa cidade.

Assim como no caso do senhor Isaías, os relatos do senhor Alberto nos mostram que existe este circuito de vida externo entre algumas Comunidades do Baixo Rio Branco com a cidade de Novo Airão, no Estado do Amazonas.

Vale salientar que a Comunidade Sumaúma (Figura 12) é composta basicamente por nove famílias, com aproximadamente 25 a 30 pessoas, sendo que praticamente todas tem algum grau de parentesco. Foi fundada por Manoel Ferreira dos Santos, avô do senhor Alberto, que veio da região do Rio Solimões–AM com todos os seus familiares.

Figura 12- Vista aérea da Comunidade Sumaúma



Fonte: Roberto Caleffi, 2019.

Na comunidade Remanso (Figura 13), vivem aproximadamente 36 famílias, com todas as casas do tipo palafitas em decorrência da vazão do rio e por causa dos perigos de ataques advindos de animais. Entrevistamos o senhor Francilton Gomes de Araújo, 23 anos.

Figura 13- Vista aérea da Comunidade Remanso



Fonte: Roberto Caleffi, 2019.

Nascido em Barcelos-AM, já reside há mais de 20 anos na comunidade. Este também fala da proximidade entre sua comunidade e Novo Airão e Barcelos.

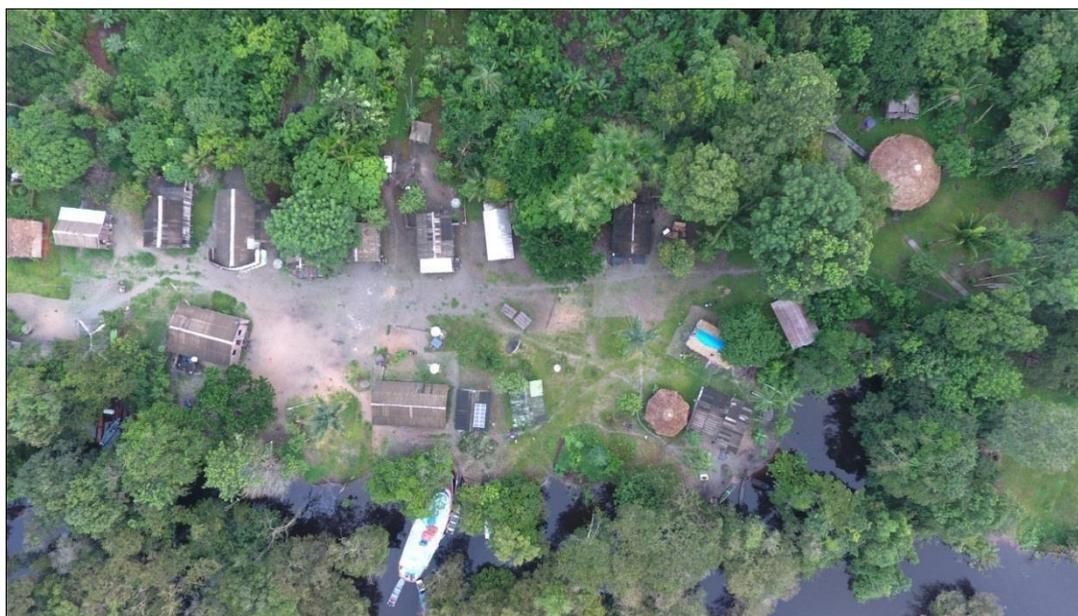
Aqui vivemos do açaí, da pesca, da farinha, [...] aqui temos roça, plantamos banana, mandioca, macaxeira... nós vendemos nos barcos que passa (recreio). Na nossa comunidade aqui só tem o segundo ano, (primeira série do ensino fundamental I, atualmente) os meninos daqui vão pra Barcelos, Moura ou até Caracarái [...] nós não temos posto de saúde, quando precisamos de ajuda né, vamos para Barcelos ou Novo Airão.

Notam-se em seu depoimento os problemas que eles enfrentam porque a escola não oferece todo o ensino básico, e a comunidade não tem um posto de saúde. No decorrer das suas falas, ele nos informa que a distância é de um dia de Remanso para Barcelos-AM, e relata também as dificuldades enfrentadas por eles até conseguir estes serviços naquela localidade.

Outro ribeirinho que encontramos foi o senhor Geraldo Ferreira da Silva, 63 anos, morador da comunidade Xixiaú, presidente da Associação dos Moradores. Chegou na comunidade aos 19 anos, onde se casou e constituiu sua família.

Comunidade Xixiaú (Figura 14) é composta por dezoito famílias, tendo aproximadamente uma população ribeirinha entre cinquenta e sessenta pessoas, entre adultos e crianças, conforme os relatos do senhor Geraldo. Nesta comunidade, o que nos chamou atenção nas falas do nosso personagem foi a referência à coleta de lixo, que é levado para o lixão em Novo Airão, pelo valor de R\$300.

Figura 14- Vista aérea da Comunidade Xixiaú



Fonte: Roberto Caleffi, 2019.

Um fato importante na análise do circuito de vida interna desta comunidade é o papel do turismo ecológico e ecoturismo, que são uma fonte de renda significativa, principalmente na contratação da mão de obra, que vai desde a admissão dos guias, camareiras, cozinheiras, etc. Observe-se que tais empresas são do estado do Amazonas.

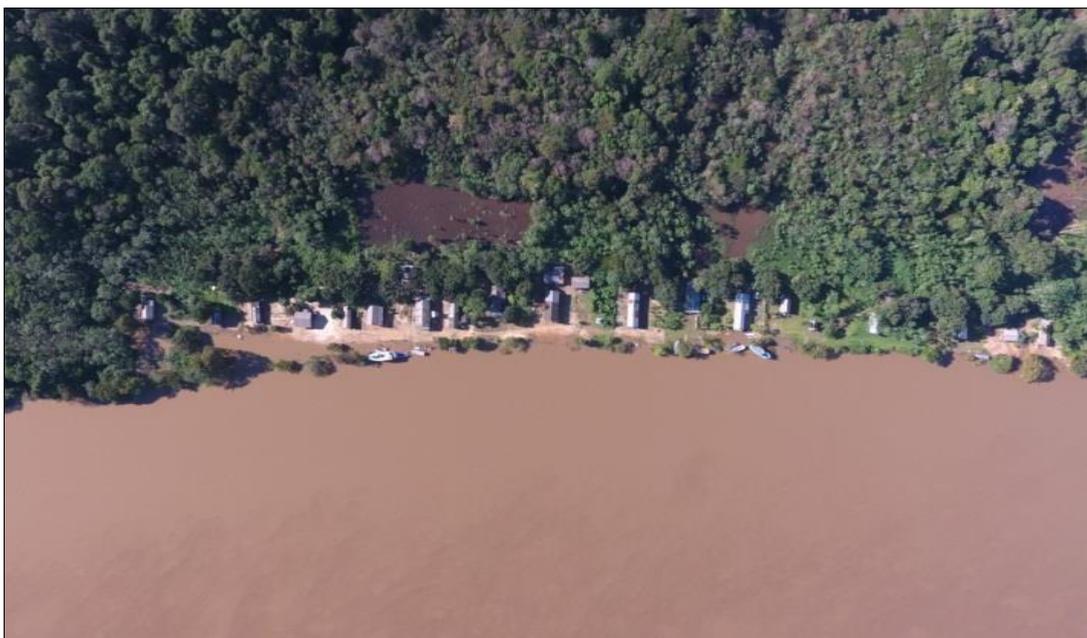
Em relação à educação, o senhor Geraldo nos descreve que o ensino é até a quarta série. Perguntado para onde os alunos vão para terminar os estudos, ele cita a cidade de Nova Airão, que, segundo ele, fica a uma distância de 4 horas no motor

90. E, ao fim da entrevista, o senhor Geraldo informou também que todo o produto de consumo das famílias vem de Novo Airão.

E, por fim, ouvimos a senhora Sandra do Nascimento da Silva, moradora

da comunidade da Floresta há mais de 23 anos. A comunidade onde reside a senhora Sandra (Figura 15), tem aproximadamente quinze famílias, com uma população entre 100 a 120 ribeirinhos. É um povo imerso nas águas em razão da cheia do rio; isso fica evidenciado na arquitetura das casas, que são todas em palafitas. A comunidade se resume em uma escola do ensino fundamental, uma igreja e as casas residenciais.

Figura 15- Vista aérea da Comunidade Floresta



Fonte: Roberto Caleffi, 2019

A senhora Sandra, como praticamente todos os entrevistados, veio de alguma região do Amazonas; no caso dela, veio da Palestina. Em seus relatos, ela fala das dificuldades de ser mulher ribeirinha, da falta de lazer porque tem que trabalhar na roça e da ausência do posto de saúde. Explica que, na busca pelo atendimento médico necessário, somente os encontra nas cidades vizinhas, do estado do Amazonas.

Se a análise do circuito de vida interno levou em consideração a espacialização das comunidades em torno de Santa Maria do Boiaçu, nesta análise dos Circuitos de vida externo, não poderia ser diferente, pois são comunidades que estão bem mais distantes de Boa vista, Caracaraí, Rorainópolis e Santa Maria do Boiaçu (Tabela 2). A Tabela pode ser um

instrumento de compreensão, quando nos referimos ao termo periferia fluvial do Amazonas, haja vista que estas comunidades estão mais próximas dos serviços nas cidades vizinhas do Estado do Amazonas, como Novo Airão, Barcelos e Moura.

Tabela 2- Distância das Comunidades para Santa Maria do Boiaçu, Caracaraí e Boa Vista.

| Distância (km) das Comunidades para Santa Maria do Boiaçu, Caracaraí e Boa Vista. | | | |
|--|------------------------------------|------------------|------------------|
| Comunidades | Sta.M^a.do Boiaçu | Caracaraí | Boa vista |
| Panacarica | 108 km | 405 km | 554 km |
| Remanso | 125 km | 422 km | 571 km |
| Floresta | 134 km | 431 km | 580 km |
| Caicubí | 164 km | 461 km | 610 km |
| Bela Vista | 169 km | 466 km | 615 km |
| Itaquera | 195 km | 492 km | 641 km |
| Sumaúma; | 226 km | 523 km | 672 km |
| Xixuaú | 245 km | 542 km | 691 km |

Organização: Autor, 2019

Quando nos referimos à localização geográfica, estamos falando da distância, do percurso de navegação entre uma comunidade e o serviço prestado, a depender do período de navegação (cheia ou seca). Os ribeirinhos, por ser um povo com uma educação formal incompleta, ao descrever as distâncias de uma comunidade para outra, ou para uma cidade vizinha, utilizam o termo “horas” de navegação ou dias de viagem, como ficou claro nas falas de seu Isaías da comunidade Bela vista, quando perguntado sobre a distância de Bela Vista a Novo Airão, afirmando que é aproximadamente 13 horas à 14 horas de navegação, a depender do tipo de motor.

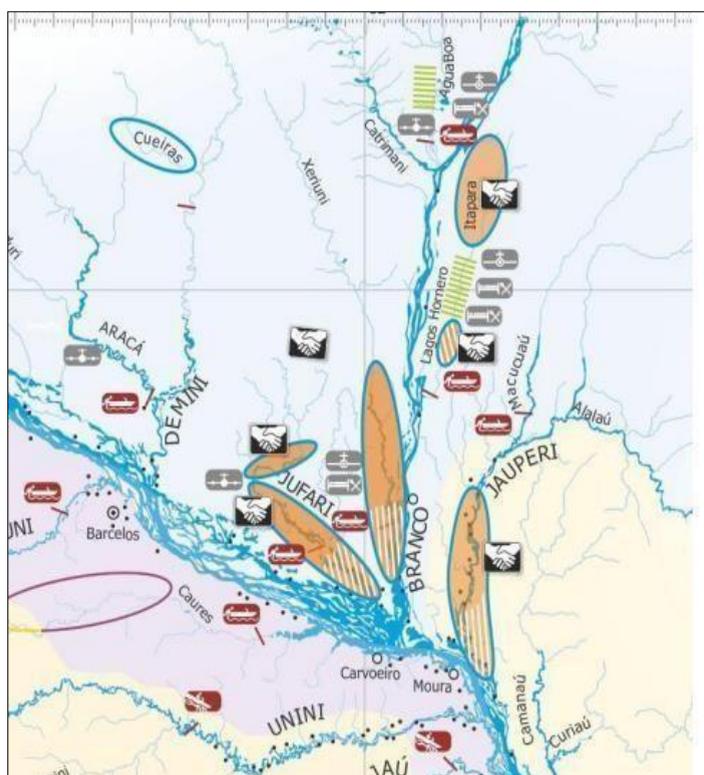
O outro campo de análise desse circuito externo é o campo emocional. Grande parte dos moradores destas oito últimas comunidades vieram ou têm parentes com o estado vizinho, e isso facilita no momento em que o ribeirinho

necessita que seu filho termine seu estudo fora da comunidade ou mesmo que possa cursar uma faculdade.

Quando falamos nestes circuitos de vidas no Baixo Rio Branco, não podemos nos esquecer da pesca esportiva, que praticamente interliga todos os circuitos entre as comunidades ribeirinhas. Várias empresas usam o território das comunidades para a prática da pesca esportiva, em especial a River Plate Pesca. Esta operadora de turismo de pesca faz parte do grupo Liga de Ecopousadas da Amazônia, com sede na cidade de Manaus, estado do Amazonas, constituída desde o ano de 1992, e que atua na APA Xeriuini desde 2002, por concessão da área pela prefeitura de Caracaraí (VITÓRIO 2014).

Segundo pode ser observado no site da própria empresa em que se informa sua rota de operação, (Figura 16) e ainda de acordo com os relatos dos ribeirinhos, *A River Plate Pesca* é a principal empresa que opera efetivamente no Baixo Rio Branco.

Figura 16- Trajeto de pesca esportiva da empresa River Plate no Baixo Rio Branco



Fonte: <https://www.RiverPlatepesca.com.br/mapa-pesca-amazonia>. Acesso em 22/07/2020

De acordo com Vitório, (2014, p.76) a empresa oferece vários serviços de pesca esportiva, com destinos variados, sendo que, no Baixo Rio Branco, o

pacote turístico para pescar no Rio Xeruíni é composto por transporte até o local de pesca (aéreo Manaus/Vila Terra Preta /Cabanas Flutuantes/Vila Terra Preta/Manaus), hospedagem em estrutura flutuante, serviços de alimentação e bebidas, e guia especializado. O valor de um pacote por custar até US\$ 5.590 (cinco mil quinhentos e noventa dólares) por pessoa para seis dias de pesca (grupo mínimo de oito pescadores). Ver Figura 17

Figura 17- Valores de pacotes da empresa River Plate para a pesca esportiva no Baixo Rio Branco-RR



ZONAS RESTRITAS
Cabanas Flutuantes

Desde 2002, as autoridades brasileiras concederam à River Plate licenças de pesca exclusivas para entrar em mais de 12 reservas indígenas e áreas protegidas pelo governo, em troca de compromissos financeiros e humanitários. Graças a essas licenças, nossos hóspedes não perdem tempo em pesqueiros em zonas abertas sem peixes, devido à alta pressão da pesca comercial, de subsistência e esportiva, como acontece em áreas do rio que estão abertas ao público.

| | |
|---|--|
| <p>Tupana, Matupiri e Igapo-Açu (Set - Out 5), Baixo Jufaris (Nov 15 - Mar 1) Baixo Xeruíni (Nov 15 - Fev 15) Baixo Ornero (Nov 1 - Dez 7) Baixo Itapará (Nov 15 - Fev 28)</p> <p>Vão fretado até pista privada + Barco rápido expresso ou Hidroavião*</p> | <p>Cabeceiras de: Itapará, Xeruíni, Jufaris (Jan 3 - Fev 28)</p> <p>8 pescadores US\$ 5590 Mais US\$ 750 com Hidroavião dentro e fora</p> |
| <p>6 dias de pesca 8 pescadores US\$ 5590 12 pescadores US\$ 4790</p> | <p>Semana curta 4 dias de pesca 12 pescadores US\$ 3890</p> |

Incluso no destino de pesca:

- ★ Bote de 21 pés totalmente equipado operado por guia para dois pescadores.
- ★ Todas as refeições, incluindo bebidas alcoólicas (vinho, cerveja e uísque).
- ★ Lavanderia diária e serviços gerais.
- ★ Licenças de pesca. ★ Todos os transfers terrestres. ★ Pernoite na chegada em Hotel em Manaus.

Preços em dólares Americanos / Não aceitamos reservas de número impar / *Hidroavião extra US\$750 ppax min 8pax

Fonte: [https://www.River Platepesca.com.br/mapa-pesca-Amazônia](https://www.RiverPlatepesca.com.br/mapa-pesca-Amazônia). Acesso em 22/07/2020

De acordo com relatório preliminar elaborado pela ARPA (2020), desde 2008 existe um acordo que determinou o zoneamento das áreas de pesca no Baixo Rio Branco, criando áreas de procriação a manutenção, de uso comercial tipo I e II e área de uso esportivo. Segundo estes mesmos relatórios, em 2010, outras empresas solicitaram e conseguiram licenças para operar na região, razão pela qual a Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH) publicou novo regulamento, a Portaria nº01/2011.

Anos depois, em 2015, a FEMARH publicou a Portaria nº 07/2015. Convém citar que, além da Fundação, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo também concedeu tais licenças. (Tabela 3 e 4).

Tabela 3- Empresa com permissão para operação (LO) vigente no Baixo Rio Branco

| NOME DA EMPRESA | CNPJ | MUNICÍPIO ATUAÇÃO | VENCIMENTO LICENÇA |
|---|--------------------|-------------------|--------------------|
| ITAPARÁ SPORT FISHING LTDA | 04.553.274/0001-69 | RORAINÓPOLIS | 14/06/2020 |
| JUFARYS SPORTE E TURISMO LTDA ME | 10.898.447/0001-83 | RORAINÓPOLIS | 20/06/2020 |
| WALACE P. PORTO- EPP THOMAS E CIA LDTA ME | 84.034.669/0001-94 | CARACARAÍ | 15/08/2020 |
| MARQUIVAL DA SILVA ARAUJO | 06.335.008/0001-95 | CARACARAÍ | 18/08/2020 |
| ANDRADE E CIA LTDA | 00.885.456/000-86 | CARACARAÍ | 29/09/2020 |
| R.S. LIMA SERVIÇOS ME | 10.309.667/0001-24 | CARACARAÍ | 06/07/2022 |
| ECOTUR TURISMO ECOLOGICO LTDA | 09.068.190/0001-53 | CARACARAÍ | 20/09/2021 |
| | 84.054.139/0001-08 | CARACARAÍ | 26/08/2029 |

Fonte: Diretoria de Licenciamento e Gestão ambiental - DLGA, FEMARH, 2020.

Tabela 4 - Empresas com permissão para operação (LO) e instalação (LI) vigente no Baixo Rio Branco emitidas pela

| NOME DA EMPRESA | CNPJ | TIPO DE LICENÇA | VENCIMENTO LICENÇA |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------|
| LIGA DE ECO-POUSADAS DA AMAZÔNIA LTDA | 05.401.751/0001-33 | Licença Operação (LO) | 26/10/2022 |
| NG TURISMO E NAVEGAÇÃO EIRELI | 01.024.856/0001-60 | Licença Instalação (LI)* | 22/10/2021 |
| NG TURISMO E NAVEGAÇÃO EIRELI | 01.024.856/0001-60 | Licença Operação (LO) | 28/11/2023 |

Fonte: Diretoria de Meio Ambiente - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Caracaraí, 2020.

A pesquisa deu destaque à pesca esportiva da empresa River Plate Pesca em razão de observarmos, através dos relatos dos ribeirinhos, que esta empresa tem uma grande influência no circuito de vidas, internas e externas, nestas comunidades, principalmente no que tange à economia e até mesmo do modo de vida dos ribeirinhos

A empresa contribui praticamente com todas as comunidades do Baixo Rio Branco, exceto a comunidade Sacaí, que preferiu não fazer o acordo de compensação financeira com as empresas de pesca esportiva em seu território. Esta ajuda vai desde a promoção de visitas de várias pessoas do Brasil e do mundo à ajuda no fundo comunitário, através do qual cada comunidade ganha

um percentual, que varia de 5 a 60 mil reais, como compensação pelo uso dos seus territórios, além da contratação de guias, vigias, cozinheiras e camareiras, no período em que os turistas praticam a pesca esportiva.

A empresa, além de contribuir economicamente na região, auxilia na questão social, ajudando na educação, como é o caso da comunidade Caicubi, onde a empresa pagava aos professores e instalou internet na comunidade.

Outra forma de benefício relatado pelos ribeirinhos diz respeito à escavação dos poços artesanais nas comunidades Canauini e Terra Preta, nas quais a empresa disponibilizou todos os equipamentos para a escavação do poço e a comunidade apenas arcou com o pagamento.

É possível perceber, pelos relatos orais dos ribeirinhos, que as empresas de pesca esportiva no Baixo Rio Branco substituem o papel que deveria ser feito pelo Estado, oferecendo o mínimo de bem-estar social aos ribeirinhos; entretanto, notou-se que as comunidades sofrem pelo abandono de seus governantes no que tange à escassez de políticas públicas, principalmente voltadas para o saneamento básico.

Com relação às instituições filantrópicas, convém destacar o trabalho dos Doutores das Águas (Figura 18) que oferecem para as comunidades os atendimentos médico, odontológico, psicossocial, educacional e de lazer. Segundo o site do projeto, o plano foi criado em 2011, com intuito de levar os serviços de saúde e higiene para as comunidades ribeirinhas da Bacia Amazônica. O projeto conta com vários profissionais e um barco-ambulatório, promovendo a qualidade de vida dessas populações.

De acordo ainda com o site, o barco conta com consultórios odontológicos completos, com cadeiras e raios-X, esterilizador, quatro consultórios médicos, sala de pequenas cirurgias, farmácia, refeitório, cozinha, acomodações para funcionários, 8 suítes com capacidade para até 32 voluntários e área de lazer. Só em 2019, foram atendidos 3.321 ribeirinhos. (Figura 19).

Figura 18- Barco do projeto Doutores das Àguas



Fonte: <https://www.doutoresdasaguas.org.br>. Acesso em 22/11/2020

Figura 19- Histórico de atendimentos dos Doutores das Àguas



Fonte: <https://www.doutoresdasaguas.org.br>. Acesso em 22/11/2020

Em 2019, entre 3 e 12 de abril, os Doutores das Àguas percorreram as comunidades de Remanso, Cachoeirinha, Canauini, Terra Preta, Sacaí, Itaquera e Xixaú, entre outras comunidades vizinhas pertencentes ao estado do Amazonas.

Circuitos de vida interno e externo não são sistemas fechados em si, mas são sistemas de interdependência entre os quais se estabelece relações de complementariedade entre as comunidades e cidades vizinhas do estado do Amazonas, empresas privadas e instituições filantrópicas.

4.3 COMUNIDADE CANAUINI: CONTEXTO GEO-HISÓRICO

Situado a 361 km de Caracaraí, à margem direita do Paraná do Amajaú, a comunidade ribeirinha Canauini “61°56’4, 224’’W, 1°0’27,958’S” (Figura 20) é uma das sete comunidades pertencentes ao município de Caracaraí, localizada na região denominada de Baixo Rio Branco, dentro do perímetro da Gleba Rio Preto e do Território da APA Xeruini.

Figura 20- Vista aérea da Comunidade Canauini-RR



Roberto Caleffi/2019

A comunidade é de difícil acesso, que só é possível por meio de transporte fluvial, pelo Rio Branco, passando pelo canal do Rio Xeruini e chegando ao Paraná do Amajaú (Figura 21), que é a porta de entrada para a comunidade. A duração do percurso é de aproximadamente de 36 horas (um dia e meio), saindo de Caracaraí em uma embarcação de pequeno porte (no máximo quinze pessoas), e de 60 horas (dois dias e meio) saindo de Canauini (subindo o rio), até Caracaraí, a depender da dinâmica no rio (seca e cheia) e do tipo do motor da embarcação.

Figura 21-Vista aérea do Paraná do Amajaú



Roberto Caleffi/2019

A comunidade Canauini, recebeu este nome devido ao lago defronte a sua localização, lago este formado pelo Paraná do Amajaú e Rio Xeruini.

4.4 GÊNESES DE OCUPAÇÃO DE CANAUINI

Para reconstruir a gênese de ocupação da comunidade ribeirinha Canauini, este trabalho procurou ouvir e registrar relatos orais de moradores, sendo homens e mulheres, habitantes da comunidade, haja vista que, até o presente momento, não há um registro histórico sobre a origem da comunidade. É importante salientar que o relato oral é mediado pela memória (Burke, 1992 apud Rodrigues, 2020).

Portanto, a história oral é uma ferramenta importante neste particular, considerando que os mais antigos da comunidade que vivem em Canauini não desenvolveram a leitura e a escrita “satisfatória”.

A comunidade ribeirinha de Canauini tem sua história ligada à ocupação da região sul do estado de Roraima, iniciado nos anos 40 do século passado, com as vindas principalmente dos nordestinos, e de pessoas de outras regiões do nosso país, inclusive do Alto Rio Branco e do Amazonas.

Inicialmente a comunidade ribeirinha Canauini, tinha outro nome e outra localização geográfica: a comunidade era chamado de Santa Maria de Xeruni, que ficava acima da Comunidade da Terra Preta, que está aproximadamente a 25 km da atual localização de Canauini.

De acordo com os relatos do professor da comunidade, prof. Charmison Ardison Costa, 46 anos “Santa Maria de Xeruni fica bem depois da Comunidade Terra Preta é muito, né, é praticamente a distância de Canauini para Caracará”.

Outro relato que descreve um pouco dessa primeira ocupação é o do senhor Alberto Rosa Lima, 53 anos, mais conhecido por seu Americano, um dos fundadores da Comunidade Ribeirinha de Canauini, ele relata que:

Santa Maria de Xeruni ficava aproximadamente 3 horas de voadeira, saindo de terra preta, e 3h e meia saindo daqui né (Canauini) dependendo do motor e do rio né. Lá não era uma comunidade, era um pequeno povoado né, eu nasci em lugar chamado Tiririca aqui em Santa Maria de Xeruni, meus pais vieram para cá junto com minha avó Francisca Rosa, da região próxima do Lago Janauacá. Meus pais eram amazonenses, minha avó por parte de mãe era gaúcha. Lembro quando criança de alguns moradores, tinha o seu Ivan que era do Ceará, da Mariana de Janauacá e seu Antônio Estácio do Ceará. Então era um povoadinho, só passou a ser uma vila, porque o padre Bibó viu que tinha muita criança então resolveu construir uma escola em 1975, ou seja, a vila Santa Maria de Xeruni nasceu a partir da construção dessa escola, entendeu (Entrevista concedida pelo senhor Alberto Rosa Lima, em Canauini, Estado de Roraima, no dia 25 de maio de 2019).

De acordo com o senhor Americano, Santa Maria de Xeruni era um pequeno povoado, formado por pessoas oriundas das regiões Norte, Nordeste e Sul. E que, a partir da construção da escola, é que este aglomerado foi considerado uma vila. O entrevistado, quando fala da localização, enfatiza o tipo do motor da embarcação e o ciclo das águas do Rio Xeruni.

Todavia, a mudança de localização se deu por razões de locomoção durante as secas e, principalmente, pela morte de um sobrinho do então administrador da vila, seu Americano, conforme foi descrito por ele.

Como eu te disse antes, nós estávamos localizado nesta região chamada de Santa Maria de Xeruni, certo dia aconteceu que meu sobrinho adoeceu, e não tinha condição de ir fazer uma remoção porque o lugar era muito distante, não tinha posto de saúde e o rio estava muito seco, com isso a criança chegou a falecer, então como eu era administrador

nessa época da vila, eu fiquei muito triste com o acontecido , então convidei o pessoal que nós pudesse se mudar de lá pra outro canto. E assim aconteceu, e ai nós viemos pra cá, não foi fácil fazer a mudança de uma vila porque muitas pessoas queriam vim outras não queria vim porque no próximo ano não teria aula. Não foi fácil né, fazer esta mudança, mas nós conseguimos fazer, eu fui até Boa Vista (Capital de Roraima), cheguei ir até num jornal que tinha lá né, eu fui lá né e falei, depois falei perante dos deputados, governador pedi ajuda. No dia seguinte, eu fui lá CERR, falar com o presidente, aí ele falou pra mim quando eu iria começar a falar, que eu tinha saído no jornal na primeira folha contando minha história. (Entrevista concedida pelo senhor Alberto Rosa Lima, em Canauini, estado de Roraima, no dia 25 de maio de 2019).

Outra narrativa que nos ajuda a escrever a história da primeira ocupação, e corrobora o depoimento do seu Americano, é o depoimento da Pastora Alzemira Barroso de Matos, 71 anos, que nasceu no Alto Xerui, no local denominado de Palha.

Essa Comunidade ela veio do alto Xerui, onde meu esposo era dirigente da igreja [...] hoje há quatro anos é pastor né, mas nesse tempo ele era apenas dirigente da igreja. Aí esta comunidade saiu de lá, da onde vivia que era muito difícil dificultoso para chegar lá, pra tudo né, aí acharam por bem vim pra cá né, e abriram esta Comunidade pelo seu Americano, e ai nós tivemos que acompanhar eles [...]. (entrevista concedida pela pastora Alzemira Barroso de Matos, na Comunidade Canauni, 2020).

Nota-se que os relatos da pastora nos revelam que, além da escola e do pequeno povoado descrito pelo seu Americano, havia a igreja, da qual seu esposo até então era o dirigente. E que a mudança para a localidade atual se deu principalmente por problemas de acessibilidade dos ribeirinhos, que decidiram em comum acordo mudarem de localização, fazendo com que o pastor e a pastora os acompanhassem.

Sendo assim, no dia 15 de março de 2000, é fundada a comunidade ribeirinha Canauini, nome este que é dado por causa do lago que banha esta nova localização, tendo como fundadores os senhores Alberto Rosa Lima, José Bento Ferreira da Silva e seus familiares da antiga região.

É oportuno ressaltar que não foi possível descrever a localização da antiga comunidade, devido ao fato de que os relatos orais dos ribeirinhos sobre a localização é descrita em horas e não em quilômetros, que dificulta a sua posição geográfica, haja vista que as horas de navegação dependem do tipo

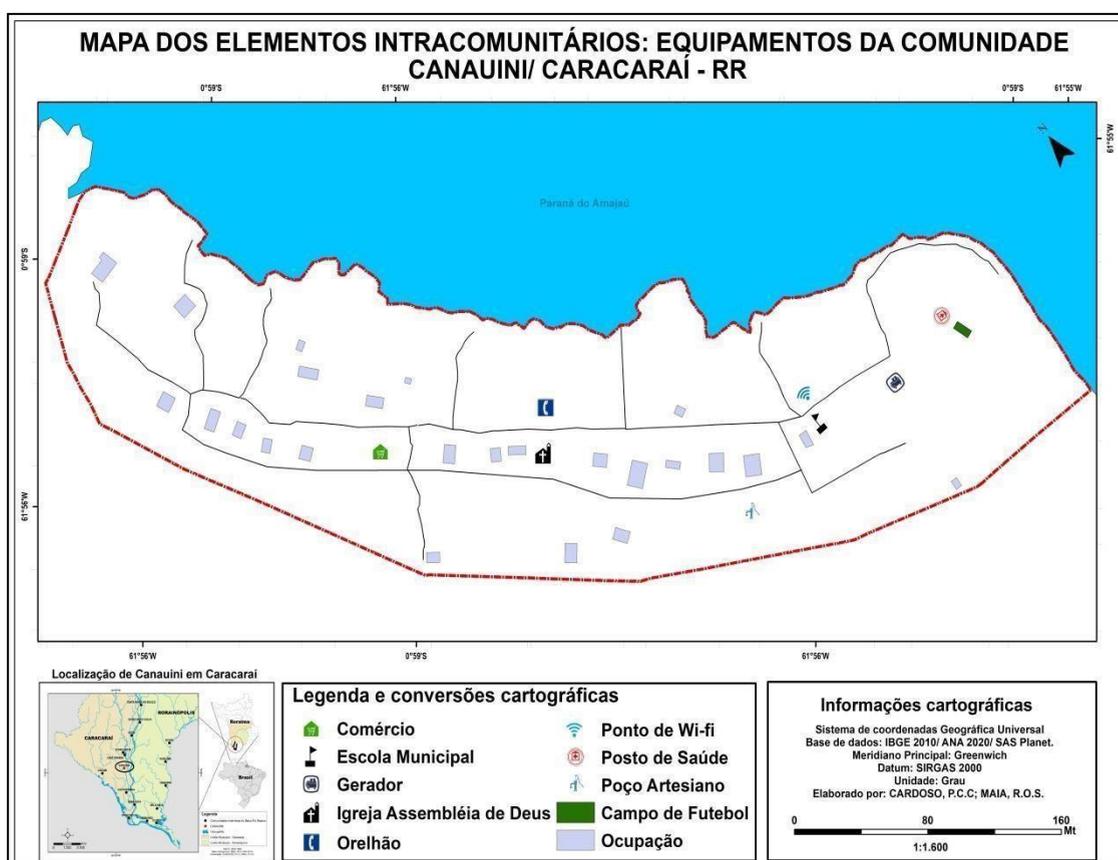
de barco, tipode motor do barco e, principalmente, do ciclo das águas.

Por fim, o percurso da história de formação da comunidade ribeirinha Canauini nos permite vinculá-la ao breve contexto geo-histórico da ocupação do Baixo Rio Branco, principalmente no período dos dois ciclos da borracha.

4.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COMUNIDADE

Basicamente, a comunidades está espacializada geograficamente em duas ruas principais, com quarenta casas, uma escola, um posto de *Wi-Fi*, um posto de saúde, um gerador de energia, um orelhão telefônico, um campo de futebol, uma igreja Assembleia de Deus e um comércio. A população é de aproximadamente 134 habitantes, distribuída em 29 famílias, sendo que a maioria dos ribeirinhos de Canauini tem laços de parentesco com os seus fundadores. (Figura 22)

Figura 22- Organização dos elementos intracomunitário de Canauini



Organização: CARDOSO. P.C. C; MAIA. R.O. S, 2020

A arquitetura das casas (Figura 23) dos moradores de Canauini se adapta à dinâmica da natureza. São construções simples, feitas em sua maioria de palafitas, por estarem em região de várzea do Paraná do Amajaú. Este formato de construção minimiza os problemas provocados pelas inundações que acontecem no período de cheia do Paraná.

Segundo os relatos dos moradores, as moradias foram construídas em um trabalho coletivo (mutirão) para o qual a madeira é a principal matéria-prima, que é retirada da floresta. Além das casas em palafitas, existem casas de alvenarias muitas delas do programa federal Minha Casa Minha Vida.

Figura 23- Tipos de Moradias dos ribeirinhos de Canauini



Organização: Autor, 2019

Por se tratar de uma região de várzea, as casas dos moradores de Canauini, além de serem um lugar de aconchego, funcionam como um invólucro, um casulo protetor contra animais e insetos que são comuns em períodos de cheias. Entretanto, existem habitações de alvenarias, algumas oriundas do programa habitacional Minha Casa Minha Vida.

Na Comunidade existem duas ruas (Figura 24): a primeira é chamada Francisco Lima, na qual se encontram os principais serviços disponibilizados na comunidade. A Escola Municipal Carmelito Simões Thury com o ponto de *Wi-fi*,

o posto de saúde, o gerador de energia, o orelhão telefônico e o comércio.

Por ser como uma região de várzea, dito anteriormente, a rua principal encontra-se em precárias condições, sem pavimentação, pouca iluminação e sem nenhum tipo de drenagem e coleta de lixo. A segunda rua, denominada Francisco Rosa, está em total abandono, sem iluminação, e tomado pelo mato. Nela estão localizadas algumas casas e o poço artesiano da comunidade.

Figura 24- Duas principais ruas da Comunidade Canauini



Organização: Autor, 2019

A Escola Municipal Carmelito Simões Thury (Figura 25) é a única escola dentro da comunidade. A escola foi inaugurada em agosto de 2004; todavia, segundo os relatos dos moradores e do senhor Americano, a escola existia desde a antiga vila no Alto Xeruini (Santa Maria de Xeruini), fundada por padres em 1975. A escola então recebeu o nome de um desses padres que fundaram a instituição de ensino.

Figura 25- Escola Municipal Carmelito Simões Thury



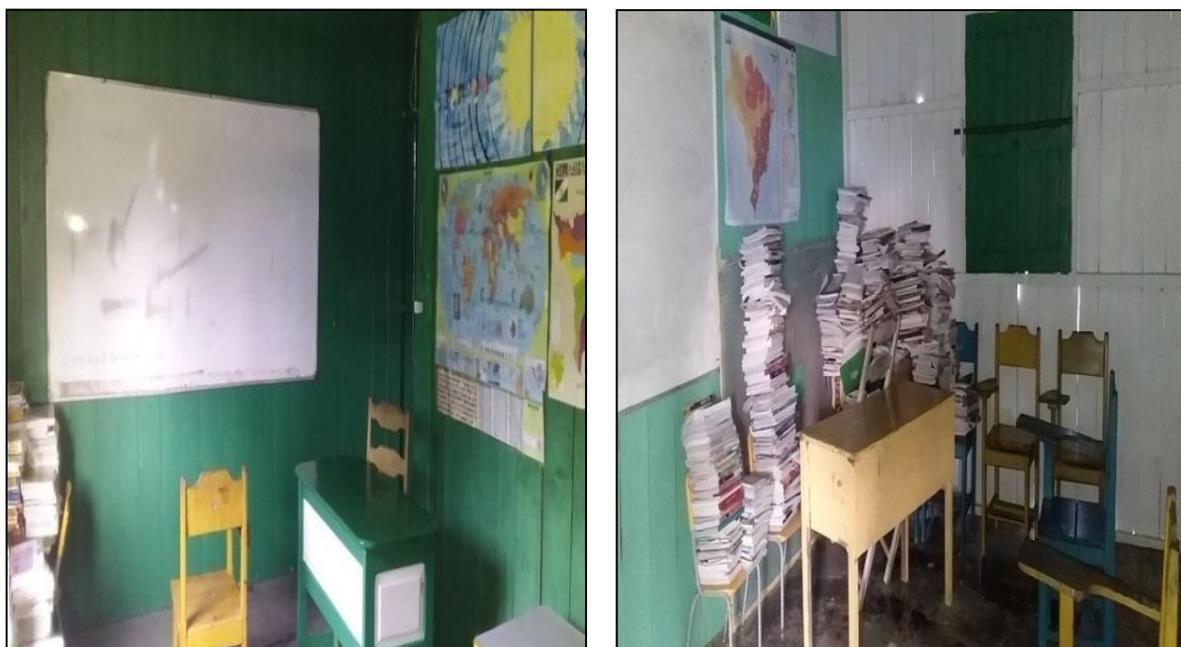
Organização: Autor, 2019

Essa escola é uma das poucas que disponibilizam aos ribeirinhos do Baixo Rio Branco o ensino infantil, fundamental I e II, em sistema educacional multisseriado, no período matutino e vespertino, além do ensino médio na modalidade EJA no período noturno.

A escola tem uma copa, três sala de aula, uma biblioteca, uma secretaria, um refeitório, um banheiro e um ponto de *Wi-Fi*. Entretanto, a estrutura da escola está em péssimas condições.

O ambiente das salas de aula (Figura 26) tem pouca iluminação, com ventiladores e cadeiras precárias. Na copa, existem um fogão, uma geladeira e alguns utensílios para fazer a merenda, em más condições, além de contar com um compartimento inadequado para guardar os alimentos da merenda dos alunos, tendo apenas um bebedouro antigo.

Figura 26- Salas de aula da Escola Carmelito Simões Thury



Organização: Autor, 2019.

A biblioteca da escola encontra-se numa situação crítica, sem mobílias, sem acervo de livros. Existem apenas uma mesa e duas estantes inadequadas, principalmente para os alunos que desejam ler e pesquisar nesse espaço. Outra situação preocupante é a do banheiro (Figura 27), que fica localizado atrás da escola, arredado de mato, sem identificação por sexo, com os vasos e a porta

danificados.

Figura 27- Banheiro da Escola da Comunidade



Organização: Autor, 2019

O refeitório fica na entrada da escola, tendo uma mesa retangular no centro, com dois bancos nas suas laterais. Na frente da escola, aproximadamente a 5 metros, fica localizado o ponto do *Wi-Fi*; o local é coberto, e, de acordo com os relatos orais, este local serve para acessar a internet, conversar com entes queridos de outras localidades e também de bate-papo entre os jovens da comunidade.(Figura 28)

Figura 28- Refeitório da Escola e ponto de Wi-Fi



Organização: Autor, 2019



Cabe registrar que a escola não foi construída no sistema de palafitas, que é o sistema de moradia que mais se adapta ao ciclo das águas do Baixo Rio

Branco. Por esse motivo, no inverno ocorrem interrupções das aulas devido ao alagamento da instituição.(Figura 29)

Figura 29- Escola no período de inundação



Organização: Autor, 2019

Na comunidade o posto de saúde Francisco Lima (Figura 30) não está funcionando; nota-se um descaso das autoridades competentes em relação à saúde dos ribeirinhos. O posto se encontra em total abandono, servindo de moradia para um ribeirinho. Uma das maiores reclamações colhidas nas entrevistas com os ribeirinhos é a falta de funcionamento do posto.

Essas reclamações se explicam pelo fato de que a comunidade fica distante 64 km do posto de saúde mais próximo, que está localizado em Santa Maria do Boiaçu, e, a depender da dinâmica da natureza, a navegação pode dificultar o acesso dos ribeirinhos ao atendimento básico de saúde.

Figura 30- Posto de Saúde Francisco Lima



Organização: Autor, 2019

Um dos principais problemas enfrentados pelos ribeirinhos de Canauni é a

indisponibilidade de energia elétrica 24 horas. A comunidade tem o gerador (Figura 31) que pertence à concessionária Roraima Energia, mas, segundo os ribeirinhos, o gerador de luz funciona das 8 horas da manhã até as 23 h59 min.

Figura 31- Gerador da Comunidade



Organização: Autor, 2019

Além do problema de não funcionar 24 horas, os ribeirinhos relatam que, quando o equipamento quebra, por vezes a companhia não dá a assistência necessária para o conserto, fazendo com que a comunidade passe às vezes dias ou semanas sem energia.

Quando a assistência técnica demora a acontecer, por parte da concessionária, os ribeirinhos, em formato de mutirão, fazem vaquinha para consertar o gerador. Haja vista que a falta de energia limita o acesso dos ribeirinhos à água potável, porque a comunidade usa de forma geral a água do poço artesiano, que precisa da energia para funcionar.

Convém observar que a comunidade paga uma taxa pelo uso da energia; a concessionária cobra um valor médio de 30 reais. Entretanto, os ribeirinhos precisam se deslocar até a sede do município ou a outras localidades que tenham banco ou loteria, para poder pagar a taxa.

Isso gera um deslocamento mais caro que a própria conta de energia, causando uma inadimplência dos ribeirinhos para com a concessionária.

Segundo relato do senhor José Maria Rosa:

Fica impossível sair daqui apenas para pagar esta conta de energia, o custo para eu chegar em Caracará é em 100 reais no recreio. Como a concessionária nos dar um prazo entre 3 a 4 meses de tolerância para fazer o pagamento, nós aqui quando sabemos que alguém vai pra Caracará pedimos para levar a nossa conta e pagar né, porque é muito difícil a gente ir pra cidade, o custo é muito elevado pra gente que morar aqui. Eu particularmente estou com alguns meses sem fazer o pagamento. (entrevista concedida José Maria Rosa, Canauini, em 2020).

Na comunidade existe apenas uma denominação religiosa, que é a assembleia de Deus (Figura 32). Igreja esta que foi construída em 2009, entretanto a instituição religiosa veio junto com os ribeirinhos da antiga localização da Comunidade, denominada Santa Maria do Xeruni, como dito anteriormente.

Figura 32- Igreja Assembleia de Deus com pastor Waldemar



Organização: autor,

Por fim, existem o campo de futebol, que fica atrás do posto de saúde, e o poço artesiano da comunidade (Figura 33), que está localizado na rua secundária, e foi construído com ajuda financeira da empresa de pesca esportiva River Plate, que forneceu os equipamentos com a colaboração da própria comunidade, a qual teve que arcar com o pagamento do profissional na perfuração e colocação dos equipamentos para o funcionamento do poço.

Figura 33- Poço artesiano da Comunidade



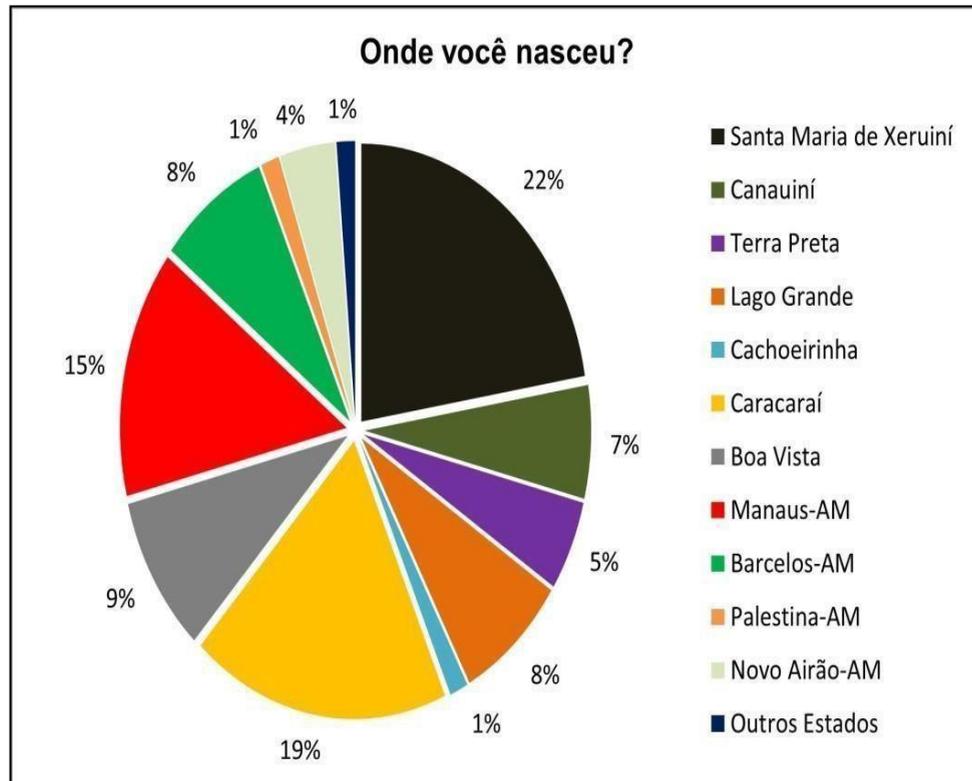
Organização: autor, 2019

Quanto ao comércio da comunidade, está localizado no final da rua principal, entretanto, a dona do estabelecimento não autorizou o registro fotográfico do seu estabelecimento, mas nos concedeu uma breve entrevista, na qual afirma que a maioria dos ribeirinhos compra na sua mão, e o produto que ela vende vem de Manaus, Caracaraí e Boa Vista por intermédio da sua própria locomoção, ou através dos atravessadores.

4.6 ASPECTOS POPULACIONAL E ECONÔMICO

De acordo com as pesquisas feitas em campo mediante aplicação de questionários, constatou-se que a população ribeirinha de Canauini é composta por ribeirinhos oriundos da própria região do Alto Rio Xeruíni, de Caracaraí, Boa Vista, da cidade de Manaus e de outros municípios do Estado do Amazonas. (Figura, 34).

Figura 34- Naturalidade dos ribeirinhos de Canauini



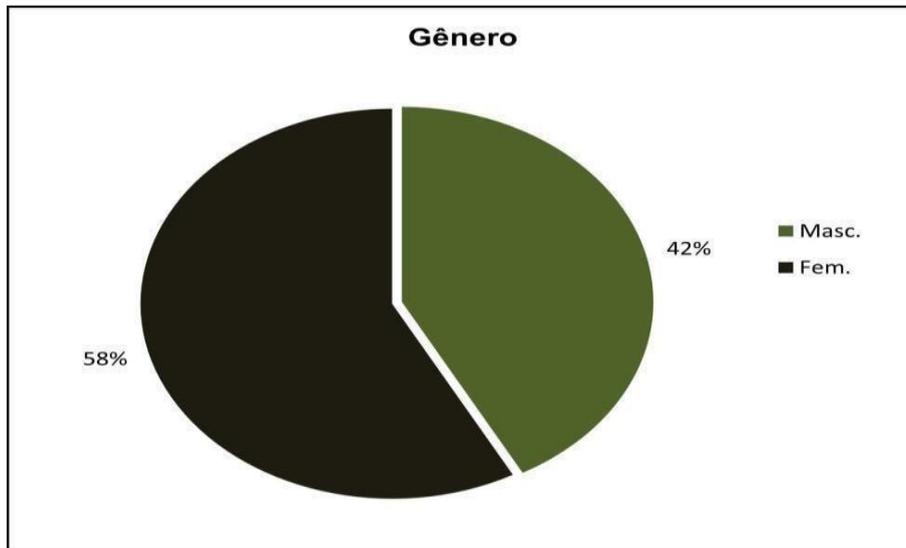
Organização: autor, 2021

Mediante análise dos dados coletado, foi possível observar que soma dos que nasceram em Santa Maria do Xeruíni, Boa Vista, Terra Preta, Caracará, Cachoeirinha, Lago Grande e Canauini é em torno de 71% dos ribeirinhos. Ou seja, a maioria dos ribeirinhos de Canauini são oriundos do estado de Roraima.

Outro dado importante é que 43% dos entrevistados nasceram no território do Baixo Rio Branco, e que 28% vieram do território do estado do Amazonas.

Na Figura 35 observa-se a distribuição dos sujeitos segundo as características de gênero, apontando que 58% da população é composta pelo sexo masculino e, 42%, pelo sexo feminino. Cabe ressaltar que, durante a aplicação do questionário, deixamos claro para os participantes que as questões de gênero (masculino e feminino) seriam de acordo com como os ribeirinhos se identificam, como se percebem, independentemente da sua sexualidade ou gênero identificado quando nasceram, respeitando, deste modo, a diversidade e a sexualidade de todos.

Figura 35- Amostra por Gênero

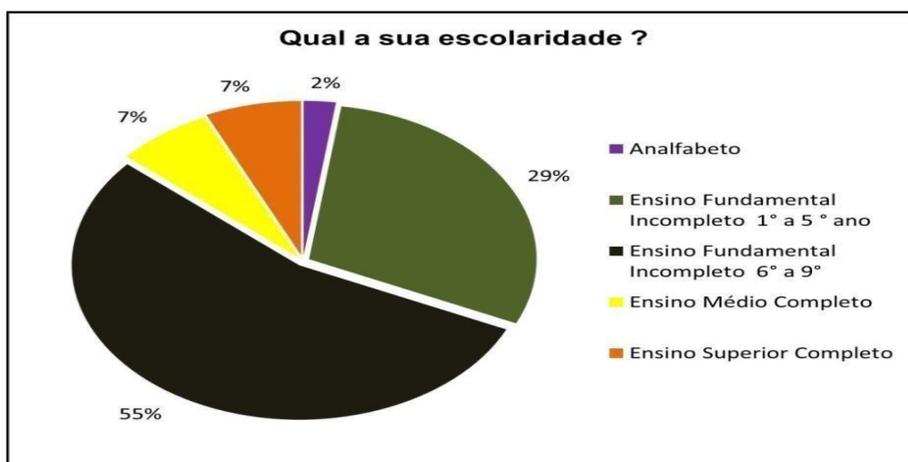


Organização: autor, 2021

Nota-se que a distribuição por sexo dos ribeirinhos de Canauini esteve próxima do equilíbrio. A população masculina é um pouco superior à feminina. Estes dados são importantes, pois nos ajudam a entender a função social de cada gênero dentro da comunidade.

Outro dado importante está relacionado à escolarização dos ribeirinhos, (Figura 36): os indicadores nos revelam que 2% dos entrevistados são analfabetos; 84% não terminaram o ensino fundamental; apenas 7% chegaram a terminar o ensino médio; e 7% terminaram o ensino superior.

Figura 36- Escolarização



Organização: autor, 2021

Nota-se que 84% dos entrevistados não chegaram a concluir o ensino básico. Isso pode ser explicado por dois motivos: o primeiro, pela forma de segregação praticada pelo Estado, segregação no sentido do ato contrário ao princípio de igualdade.

Os ribeirinhos não têm acesso ao ensino que possa lhes garantir de fato o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, conforme determina a Constituição de 1988, em seu art. 205. Bem diferente das áreas urbanas, em que as escolas apresentam uma melhor estrutura comparada à da escola ribeirinha do Baixo Rio Branco, ou seja, não há condições para que se possam garantir estes princípios constitucionais.

Essa segregação é percebida ao se perguntar aos entrevistados sobre o que falta na escola. (Figura 37). Para 27%, falta estrutura mais adequada para a escola; 24% apontam a falta de professores; 20%, a falta de material escolar; 20%, falta de merenda; e, 9% dos entrevistados, indicaram a falta de material de limpeza.

Figura 37- Problemas da Escola



Organização: Autor, 2021

Por causa dessa segregação, muitos alunos perdem o interesse em continuar na escola. De acordo com o professor Charmison Ardison Costa, essa segregação:

É bastante complexa, principalmente quando não tem material didático para trabalhar, os alunos estão na modalidade de ensino de multisseriado, que gera um enorme desafio. Tanto para os discentes que são divididos em turmas únicas, como por exemplo: os alunos do primeiro período até o segundo ano é uma turma única, o mesmo acontece com os alunos do terceiro ao quinto ano e com os alunos do sexto ano até o nono. Como para nós docentes que precisa adequar e nivelar os conteúdos, de forma que todos aprendam, pois na sala de aula, existe uma diversidade de idades, desnível de aprendizagem, que faz a gente passar o conteúdo de forma superficial ou mesmo nem fechando o conteúdo que era pra ser estudado. todas essas problemática que envolvem esses sujeitos comprometem a educação dos alunos e isso explica um pouco do desinteresse dos alunos daqui em continuar os estudos infelizmente. (entrevista realizada com o Professor Charmison, Canauini, Fevereiro de 2020)

Nota-se que no depoimento do professor são relatados vários problemas causados pela segregação educacional: o primeiro, o modelo multisseriado, no qual uma turma é formada por vários perfis de alunos, dificultando o exercício da docência, haja vista que tem que adequar os conteúdos tanto para cada tipo de alunos, quanto para os discentes que não têm uma aprendizagem significativa, uma vez que os conteúdos que são ministrados são repassados de forma superficial.

Outro relato que corrobora as falas do professor é o da auxiliar de serviços diversos da escola, Jeyza Araújo da Silva, 29 anos. Ela afirma que:

Aqui falta de professores e apoio por parte da educação ou dos superiores maiores. Estamos com três professores e aqui eles trabalham com classe multisseriada. É muito difícil para os alunos, pois não aprendem quase nada. Os professores se desgastam muito em ensinar e em desdobrar a dar atenção para os alunos, sendo que eles estão em séries diferentes. Outra coisa é a estrutura da escola, é péssima, no inverno molha tudo, principalmente nas salas, e quando o nível da água sobe, a escola é inundada de água, dificultando as crianças e conseqüentemente as aulas é suspensa. Sem falar a iluminação, a encanação que não estão boas etc.. a escola está bem ruim mesmo. (entrevista realizada Canauini, fevereiro de 2020)

Aqui a funcionária da escola aponta a falta de compromisso do Estado pela falta de apoio para a escola, do desgaste que os professores enfrentam em lecionar para os alunos de idades e níveis de aprendizagens diferentes, e das péssimas condições estruturais da escola.

O segundo motivo da baixa escolarização é a participação dos alunos no pescado (comercial/ esportivo), principalmente no período do ensino fundamental II(6ª a 9ª). Por ser uma comunidade que vive praticamente da

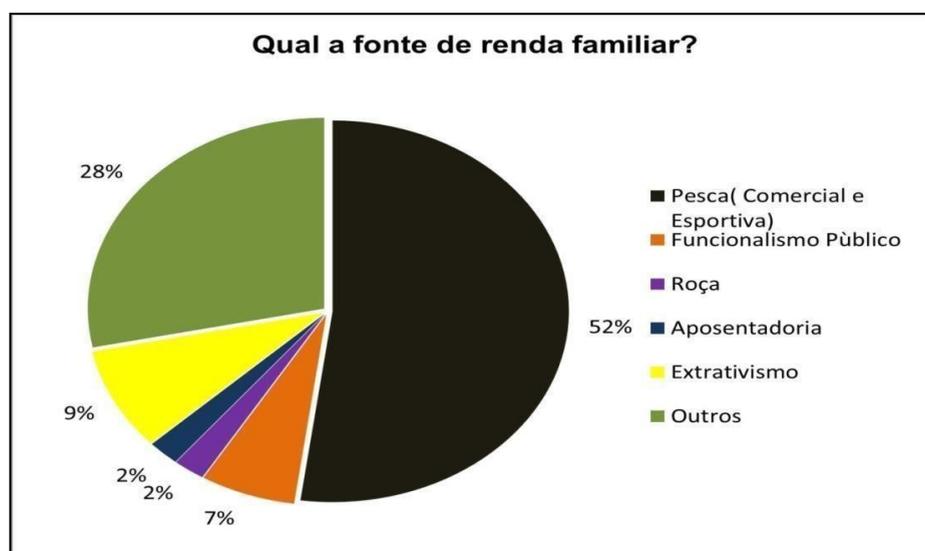
pesca, os alunos necessitam ajudar suas famílias no período da pesca, gerando assim um desinteresse e o abandono dos estudos. O período de pesca é geralmente no segundo semestre do ano letivo, entre os meses de outubro a fevereiro.

Diante desse cenário, provocado pela falta de apoio e suporte do Estado, observou-se, diante dos desafios presentes, que o ensino é relacionado ao dia a dia do ribeirinho; as metodologias de ensino que os professores levam em consideração não são apenas as do ensino formal, escolarização, mas também as formas de aprendizagem não formais, por meio de práticas sociais que são transmitidas nos seus núcleos familiares, ou seja, há uma pedagogia ribeirinha, que é expressa nas territorialidades dos educandos.

Do ponto de vista religioso, a comunidade é cristã em quase sua totalidade: 91% dos moradores informam que exercem sua profissão de fé na única igreja da comunidade, que é a Igreja Assembleia de Deus. Os outros 9% dos entrevistados se denominaram católicos.

Já no âmbito econômico (Figura 38), a Comunidade tem a pesca como a principal atividade econômica. Esta atividade produtiva tem uma forte interferência de duas empresas, River Plate e NG turismo e Navegação, que estimulam a geração de emprego e renda, além de dar uma compensação financeira pelo uso territorial para a atividade de pesca esportiva.

Figure 38- Amostra por renda familiar



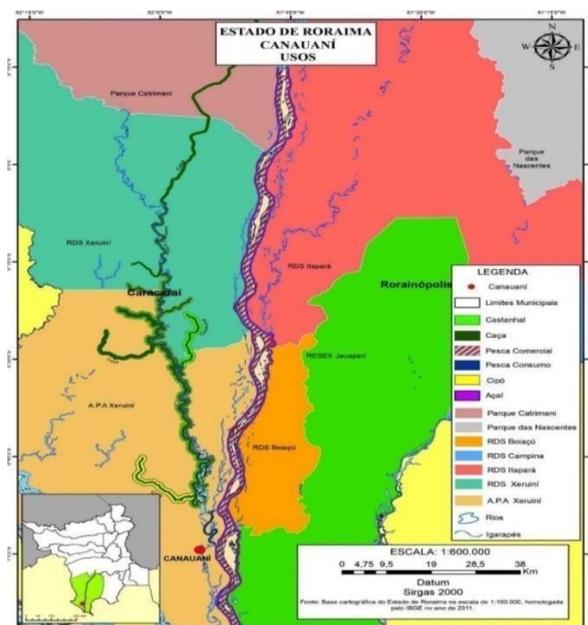
Organização: Autor, 2021

Entretanto, a fonte de renda dos moradores não se resume apenas à pesca esportiva, que representa 52%; mas está distribuída entre outras atividades e recursos de assistências sociais. Os 28% mostrados no gráfico estão atrelados à bolsa-família e o seguro-defeso. Outra atividade econômica é o extrativismo, com 9%, principalmente dos produtos da castanha, e a retirada do açaí. As fontes de renda restantes são: aposentadoria 2%; roça, 2%; e o funcionalismo público. 7%.

Dito isto, é importante salientar que as atividades econômicas de pesca e extrativismo são desenvolvidas ao longo do Rio Xerui, adentrando os limites de outras comunidades (Lago Grande e Terra Preta) até o limite da RDS Xerui. (ARPA, p.84, 2020)

De acordo com relatório preliminar desenvolvido pela ARPA (2020, p.84) e outras instituições, a pesca comercial é praticada ao longo Rio Branco, e, a pesca para o consumo, ao longo do Rio Xerui. Já o extrativismo da castanha é realizado nos castanhais próximos a um igarapé afluente da margem esquerda do rio Xerui, dentro do limite da RDS Xerui. E a retirada do açaí ocorre nos açais de livre acesso, encontrados nas duas margens do Rio Branco, em praticamente toda a extensão do trecho do baixo rio, incluindo a extensão ao longo do limite leste da RDS Xerui. (Figura 39)

Figura 39- Área de Uso da Comunidade Canauani



Fonte: Manoel Rodrigues de Sousa. Técnico em Agrimensura. CREA: 0877 TD/RR, 2019.

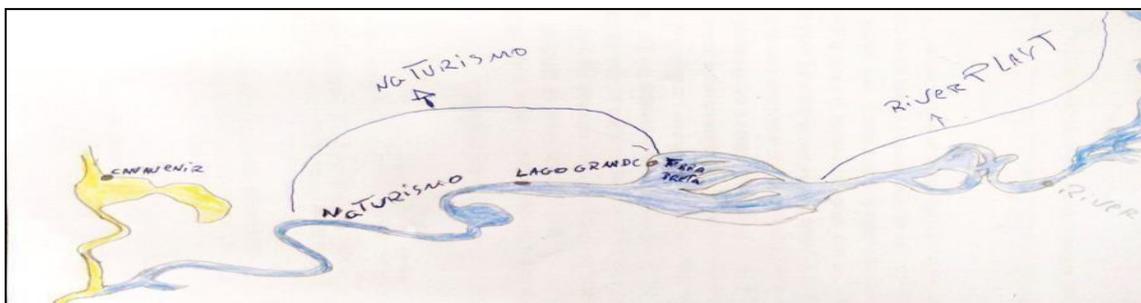
Nota-se que as atividades produtivas dos moradores de Canauini adentram os limites territoriais de outras comunidades, principalmente as de Terra Preta e Lago Grande. Mas o que nos chama atenção é que a espacialização das atividades produtivas nos leva à antiga comunidade a que eles pertenciam, Santa Maria de Xerui. Ou seja, existe um elo de pertencimento com a antiga localização.

Então, apesar da mudança de posição geográfica da comunidade, fica claro que, para os ribeirinhos, o território atual de Canauini não se limita apenas a uma área delimitada, mas abrange uma socioespacialidade que é manifestada no uso ao longo do Rio Xerui através do qual eles produzem e reproduzem seus espaços vividos.

É significativo também voltar a um ponto importante, que é a pesca esportiva, gerida pelas duas empresas que exercem influência na comunidade. De acordo com o presidente da Associação dos Moradores de Xerui (usa-se ainda o nome da antiga vila), o jovem Valdenir Santos Silva, a geração de emprego por essas duas empresas funciona da seguinte forma: a empresa contrata junto à associação a mão de obra. Geralmente são admitidos cinco vigias, em sistema de rodízio, pagando um salário mínimo ou diárias; seis auxiliares de cozinha, pagando 300 reais por semana, além das gorjetas.

De acordo com o presidente da associação, e com a informação que está no site da empresa River Plate, o período de pesca na região é entre outubro e fevereiro, ao custo de US\$ 5.590 (cinco mil quinhentos e noventa dólares) por pessoa, para seis dias de pesca (grupo mínimo de oito pescadores). Existe ainda outro pacote de quatro dias, com o custo de US\$ 3.890 (grupo mínimo de doze pescadores). As duas empresas trabalham em territórios aquáticos diferentes dentro do Rio Xerui. O mapa (Figura 40) feito pelo presidente da associação nos mostra a localização de cada empresa no trajeto do rio

Figura 40- Representação da rota de pesca esportiva de Canauini



Fonte: Senhor Valdenir, 2020

Nota-se que a empresa NG Turismo tem suas atividades entre Canauini, Lago Grande e Terra Preta, diferente da River Plate, que explora essa atividade no Alto Rio Xeruíni.

Nesses locais são montadas estruturas de serviços e hospedagens, com acomodações para os turistas, os quais são quase todos estrangeiros, segundo o presidente da associação, (Figura 41).

Figura 41- Estrutura dos serviços e hospedagem da empresa River Plate



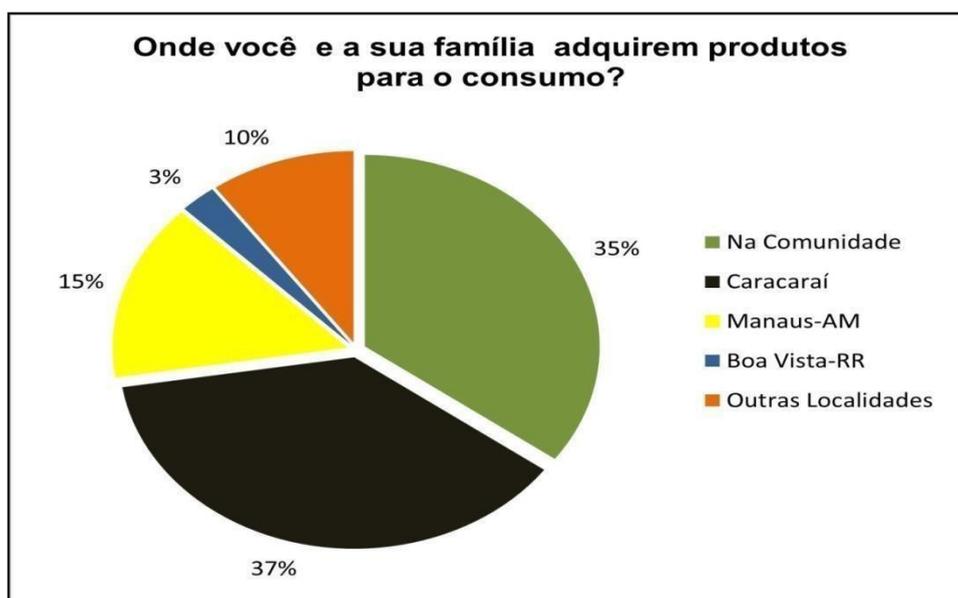
Fonte: River Plate Pesca (2014 apud Vitório, 2014)

Ainda de acordo com o presidente da associação, a NG Turismo inicia sua temporada entre novembro e fevereiro, Quanto à River Plate, já se percebe a movimentação a partir do mês de outubro.

As empresas, por usarem o território de Canauini e outras duas comunidades próximas (Lago Grande e Terra Preta), pagam uma compensação financeira. A divisão se dá da seguinte forma: 30% para Canauini; 30% para Lago Grande e 40% para a Comunidade Terra Preta. Essa divisão é acertada entre os representantes das empresas no Baixo Rio Branco e os líderes locais de cada comunidade. Cabe uma observação a ser feita: decidimos não colocar os valores pagos pelas duas empresas, devido à falta de comprovação das quantias recebidas, uma vez que existem suspeitas de desvio dos verdadeiros valores, de acordo com os entrevistados.

Ainda no campo econômico, observou-se que as maiorias das famílias adquiriram seus produtos em Caracaraí, 37%; e na própria comunidade, 35% (Figura42).

Figura 42- Onde os ribeirinhos adquirem seus produtos



Organização: autor, 2021

O restante adquire seus produtos em: Manaus, 15%; Boa Vista, 3%; e 10% em outras localidades, nesse caso em cidades do estado do Amazonas. Cabe mencionar que a lógica de comercialização tem os atravessadores como os principais agentes. São eles que ajudam no escoamento dos produtos

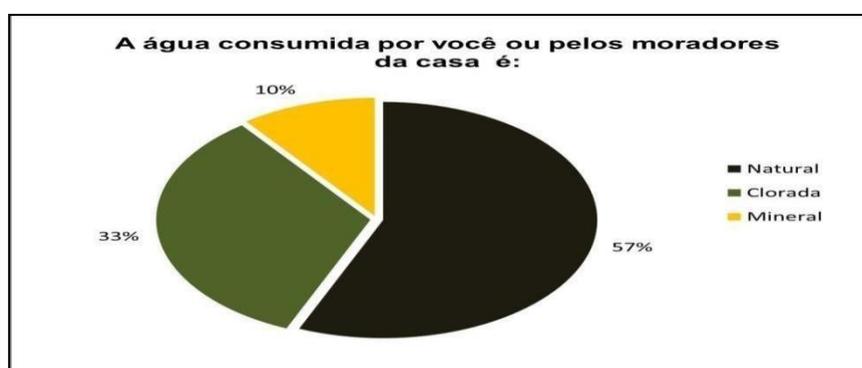
extraídos na comunidade e que, por vezes, revendem os produtos vindos da zona urbana. Estes agentes da circulação de produtos inserem de alguma forma na comunidade a lógica do capital comercial, uma vez que são um elo intermediário que articula entre a comunidade, que vende seus excedentes, e o mundo urbano, que demanda dessa produção. Entretanto, a presença desses agentes de comercialização se deve à precariedade dos meios de transportes e à falta de um barco comunitário.

A maioria dos ribeirinhos não o possui embarcações e nem condições de ir às zonas urbanas de Caracaraí e nem ao estado Vizinho (Amazonas) para negociar seu produto. Como dito anteriormente, o único comércio da comunidade compra seus produtos pelos atravessadores, ou se desloca até Caracaraí, Boa Vista ou ao estado do Amazonas (Manaus), ou pede que seus familiares que moram na zona urbana mandem a mercadoria.

Do ponto de vista de saúde, a falta de saneamento básico é um dos sérios problemas que a comunidade enfrenta. Nota-se a ausência de esgoto e da coleta de lixo, além do problema do abastecimento de água potável. De acordo com os entrevistados, Canauini não foi beneficiada pelo sistema de abastecimento de água potável, instalado em algumas comunidades do Baixo Rio Branco Pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), sistema este que disponibiliza o tratamento da água para o consumo humano. Com isso, a forma de abastecimento de água nos domicílios é da água do poço que é distribuída para a comunidade.

Diante desse problema, para 57% dos entrevistados (Figura 43), a água consumida é em sua forma natural; 33% utilizam hipoclorito de sódio; e apenas 10% utilizam água mineral para o consumo.

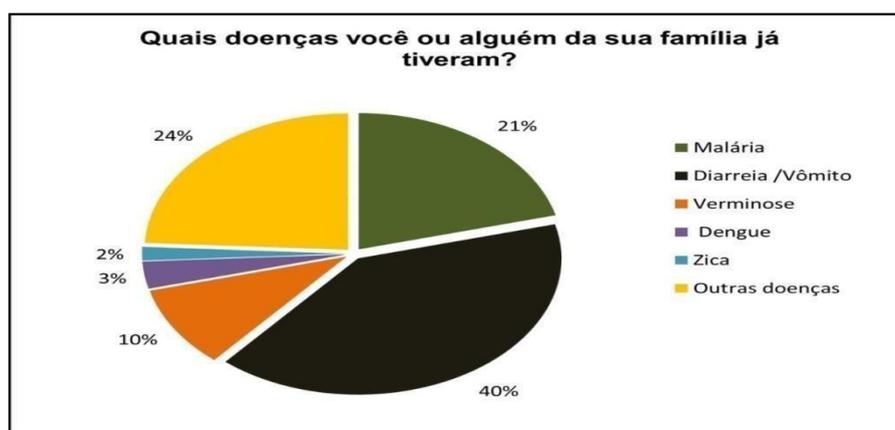
Figura 43- Tipos de água que é consumida pelos ribeirinhos de Canauini



Fonte: Autor, 2021.

Outro fator importante é a relação das enfermidades dos ribeirinhos com a precariedade do saneamento básico. Por meio de questões sobre as doenças que atingem a população, constatou-se nas respostas que 50% dos males que acometem os ribeirinhos estão correlacionados à falta de saneamento básico, sendo diarreia 40% e verminose 10%. O percentual elevado dessas duas enfermidades se dá pelo fato de a maioria dos domicílios não fazer qualquer tratamento da água que é consumida. (Figura 44)

Figura 44- Tipos mais comuns de enfermidades



Organização: autor, 2021

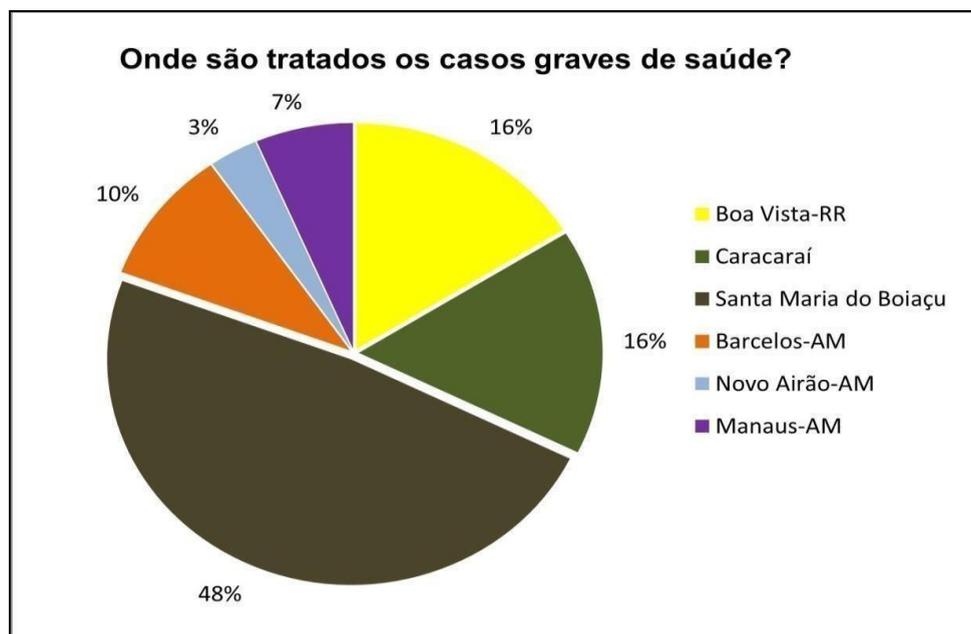
As outras enfermidades que acometem os ribeirinhos de Canauini são típicas dos ribeirinhos da Floresta Amazônica, entre elas: malária, 21%; dengue, 3%; zica, 2%. Outras doenças relacionadas seriam febre e dor de cabeça, com 24%.

Outro dado importante refere-se ao local onde os enfermos da Canauini procuram o atendimento médico para os casos graves de saúde. Registrou-se que 48% dos entrevistados procuram a Comunidade de Santa Maria do Boiaçu para o atendimento dos casos graves. As outras cidades procuradas são: Boa Vista-RR, 16%; Caracaraí, 16%; Barcelos-AM, 10%; Novo Airão-AM, 3%; e a capital do estado do Amazonas, Manaus, 7%. (Figura 45).

Observamos que esta procura de assistência médica em outras cidades, e principalmente na Comunidade de Santa Maria do Boiaçu, se dá por dois motivos: o primeiro é o abandono do posto da comunidade, que está sem funcionamento; e, o segundo, é que Santa Maria do Boiaçu é o local mais próximo e de menor custo, que fornece assistência médica que possa socorrer

os ribeirinhos da comunidade.

Figura 45- Locais onde são tratados os casos graves de saúde dos ribeirinhos de Canauini



Organização: autor, 2021

Outra análise importante é a influência e importância de Santa Maria do Boiaçu para Canauini, referente à saúde o que já tínhamos apontando na seção anterior. Segundo Lauriano (2020), Santa Maria do Boiaçu é assistida por uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e por um hospital estadual, que está devidamente equipado.

[...] pôr sala de parto, posto de enfermagem, sala de pré-parto, sala de parto, depósito de material de limpeza, enfermarias infantil, feminina e masculina, farmácia, consultório ginecológico, sala de emergência, consultório, recepção, sala da administração, consultório odontológico, laboratório, sala de espera, sala de raio-X. Além de salas de vacina, sutura, expurgo, esterilização, nebulização e hidratação, lavanderia, refeitório, cozinha, dispensa e conforto para médicos e enfermeiros (JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 2017^a *apud* Lauriano, 2020).

Além de prestarem essa assistência médica, Santa Maria do Boiaçu tem uma pista de avião destinada ao pouso e decolagem de aeronaves. A depender do estado de saúde dos ribeirinhos, a SESAU dá esse suporte para locomoção dos enfermos, principalmente nos casos em que existe risco de vida ou que

requerem um atendimento mais especializado.

Cabe destacar o papel dos Doutores das Águas, que levam assistência médica/ odontológica para a Comunidade Canauini, como relatado anteriormente.

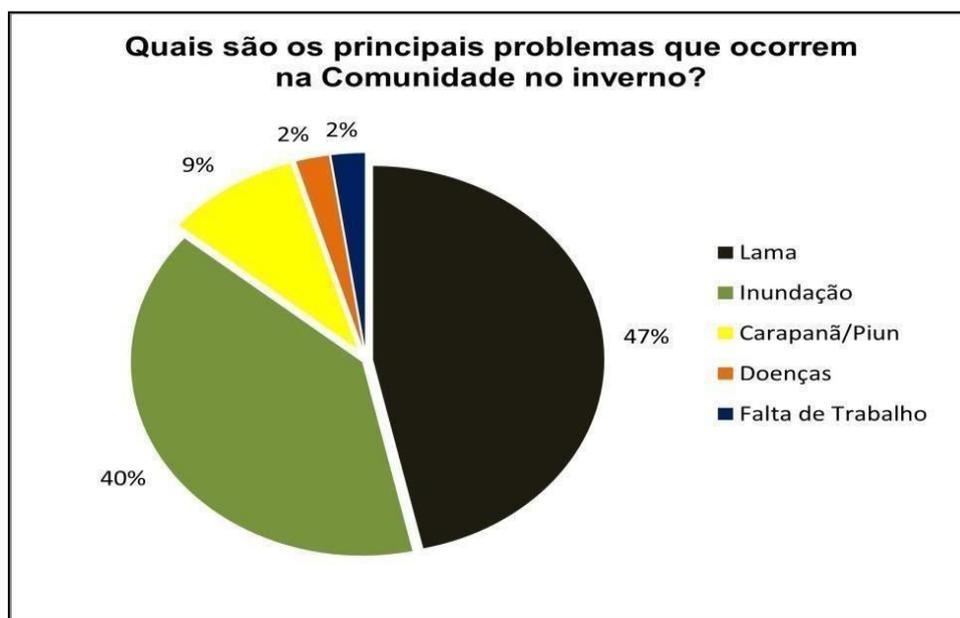
Ainda dentro do aspecto da saúde, a maneira do descarte do lixo é a queimada. Como não existem serviços de coleta de lixo, os ribeirinhos de Canauini queimam os resíduos sólidos no fundo do quintal das suas residências. Todavia, nota-se que existe também descarte de lixo na frente das residências e próximo ao Rio Canauini. Esta forma inadequada de descarte pode influenciar no perfil epidemiológico da comunidade sobre a incidência de doenças. A comunidade não dispõe de uma rede de esgoto, como dito anteriormente; os dejetos vindos dos vasos sanitários e casinhas rústicas são depositados em fossa séptica.

Cabe enfatizar que esse tipo de armazenamento tem grande potencial de contaminar o meio ambiente, como por exemplo, o solo e a água, além de gerar odores. Com isso, faz-se necessário um programa de saúde pública que possa implementar um sistema de banheiros ecológicos em substituição aos banheiros rústicos (casinhas), que são habituais na comunidade, exceto em algumas casas, como por exemplo, do programa Minha Casa Minha Vida.

Essa alternativa é viável, principalmente em território de várzea, e com saneamento precário, pois reduzem a contaminação da água e do solo, além de impedir que os animais entrem em contato com os dejetos, reduzindo as possíveis doenças na comunidade.

Nota-se que existem, além desses problemas mencionados, que já fazem parte do dia a dia dos ribeirinhos de Canauini, outras mazelas sazonais que afligem os moradores. Estes problemas estão relacionados aos períodos de chuva e seca. A Figura 46 traz uma amostra dos problemas que os ribeirinhos enfrentam no período do inverno.

Figura 46- Problemas provocados no período do inverno em Canauini



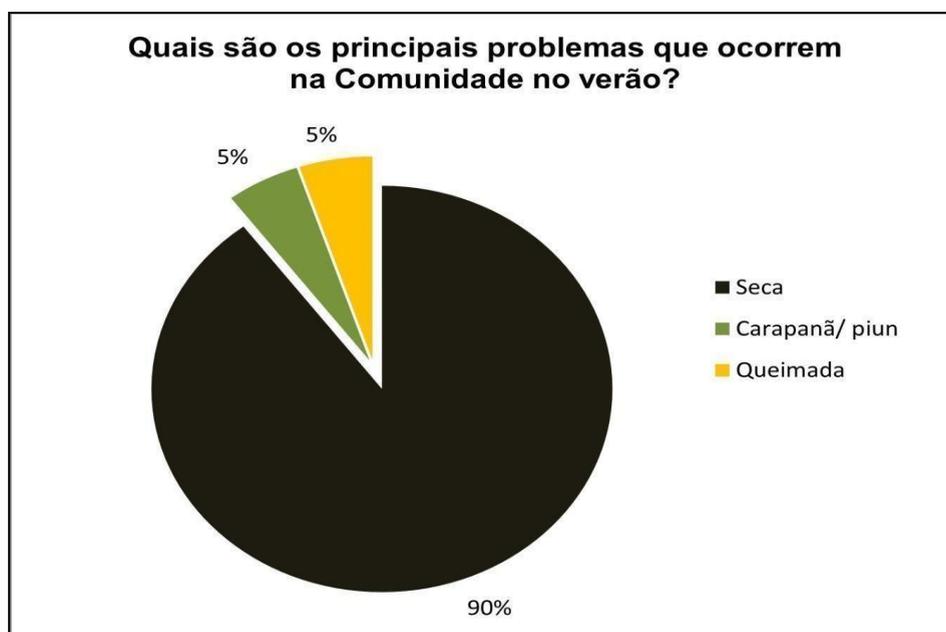
Organização: Autor, 2021.

Observa-se no gráfico, que, devido praticamente à inexistência de saneamento básico, a situação dos ribeirinhos piora no período do inverno. Para 47% dos entrevistados, o principal problema no inverno é a lama. Este transtorno é fruto do segundo problema mais citado pelos entrevistados, que é a inundação, mencionada por 40%. Conforme observado anteriormente, o território de Canauini fica na zona devárzea.

Os outros problemas são os mosquitos (Carapanã/ Piun), citados por 9%, que são bem comuns em todo território do Baixo Rio Branco; doenças, 2%; principalmente relacionadas ao período, como por exemplo, tosse e resfriados. Aparece ainda a questão da falta de trabalho, 2%, principalmente entre os ribeirinhos que trabalham no roçado. Convém aludir que o período de chuva intensa impacta diretamente a educação dos ribeirinhos, uma vez que as aulas são suspensas.

Se no inverno os problemas estão relacionados com a lama e inundação, no verão, os problemas estão relacionados à seca. (Figura 47).

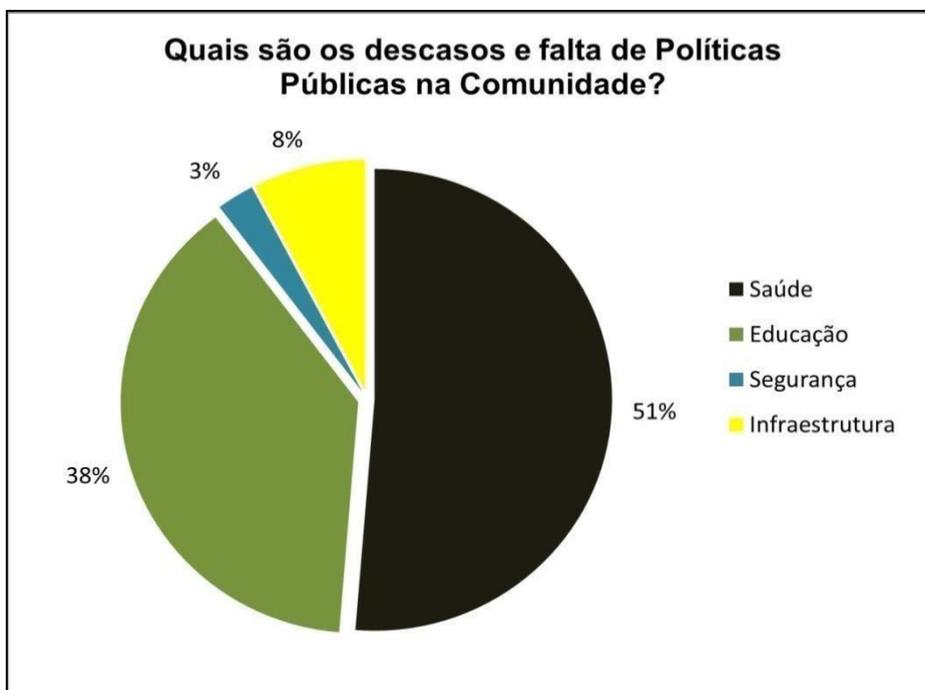
Figura 47- Problemas provocados no período do Verção em Canuini



Para 90% dos entrevistados, a seca é a principal causa dos problemas que afligem os ribeirinhos. Durante a seca, os rios do Baixo Rio Branco diminuem drasticamente o seu volume, dificultando a locomoção dos moradores que necessitam chegar às comunidades vizinhas para participar de algum evento religioso ou esportivo, ou em busca de atendimento médico, ou seja, isolando ainda mais a comunidade. Além do mais, a seca contribui para o aumento da temperatura, provocando o aumento das queimadas (intencionais e não intencionais) que, segundo os entrevistados é o segundo maior problema na comunidade, juntamente com a presença dos mosquitos típicos desse período.

É nesse cenário desolador, provocado pela inexistência do saneamento básico, ausência de política pública relacionada ao bem-estar social e à qualidade de vida, que Comunidade Canauini está inserida. E é nesse contexto de precariedade dos serviços públicos que existe um sentimento de abandono e insatisfação da comunidade para com o Estado. Essa insatisfação está representada na Figura 48. Perguntou-se sobre quais os descasos vivenciados e em que ações deveriam ser empregados os investimentos públicos na comunidade.

Figure 48- Amostra de insatisfação dos ribeirinhos de Canauini



Organização: autor, 2020

O gráfico nos mostra que, para 51% dos entrevistados, o descontentamento está relacionado à falta de saúde, observando – que “saúde” engloba muitas das demais questões indicadas nas entrevistas,, desde a falta de saneamento básico até o abandono do posto de saúde. Em seguida, vem a educação, para 38%; infraestrutura, 8% (precariedades físicas dos serviços disponíveis); e, por fim, para 3%, a negligência se dá pela falta de segurança, uma vez que o destacamento policial se encontra apenas em Santa Maria do Boiaçu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades do Baixo Rio Branco, em especial a Comunidade Ribeirinha de Canauini, estão inseridas em territórios opacos. São comunidades de difícil acesso e com precariedade dos serviços básicos de saúde e educação. São povos da floresta que estão às margens de políticas públicas de modo geral, mas que, através dos saberes da terra e do seu modo de vida, criaram um sistema de resistência para enfrentarem todos os obstáculos que estão postos e sendo postos pela inércia estatal.

Comunidades estas que foram ocupadas primeiramente por indígenas, depois pelos colonizadores e, por fim, pelos nordestinos e outros indivíduos vindos de todos os cantos do Brasil no período dos ciclos da borracha. Ou seja, as historicidades dessas comunidades estão forjadas nessa resistência para se manterem vivas, apesar do abandono do Estado.

Dito isto, esta dissertação tenta descrever um pouco da geo-história do Baixo Rio Branco, principalmente da Comunidade Canauini, contando sua história em duas perspectivas: a do pesquisador, pautada nas ciências sociais, que com ajuda de políticas públicas pode ter uma melhor qualidade de vida.

E na perspectiva do olhar do ribeirinho, de como ele se apropria do seu território, quais são as relações sociais que acontecem nesse território (territorialidade) e o que é viver em uma comunidade. Na perspectiva do pesquisador, tentamos abordar conceitos de Território, Territorialidade e Comunidades Ribeirinhas e suas dimensões que nos auxiliassem na compreensão da dinâmica sociocultural da Comunidade Canauini.

Adotamos o conceito do território nos aspectos imateriais e simbólicos; buscamos a compreensão do modo de vida dos ribeirinhos através das lentes da territorialidade e buscamos entender e entrelaçar a teoria com as práticas nas observações da vida em uma comunidade.

Continuando nesta perspectiva, usamos métodos quantitativos e qualitativos para podemos mensurar os desafios do viver ribeirinho. Procurando sempre entender como é apropriado seu território e como são as relações sociais que estão inseridas nesse território.

Na respectiva do olhar dos ribeirinhos, os relatos orais foram importantes para descrever a história a partir do ponto de vista deles. Uma geografia e cartografia ribeirinhas que fossem além da ciência objetiva, daquilo que pode ser materializado em forma de gráficos e tabelas. Para entender uma comunidade ribeirinha, faz-se necessário despir-nos um pouco desse racionalismo sistematizado, e navegar em águas dos mitos e ritos e mergulharmos na subjetividade das relações que acontecem no bem viver dentro da Comunidade.

A história deve ser descrita ou reescrita pelo pesquisador que domina os métodos para tal, mas ele é apenas mediador dessa história, é o que apenas ouve e passa para o papel. A história de Canauni foi narrada pelos seus moradores, que relataram seus motivos e as intenções que levaram à mudança de localização. Se o método quantitativo me ajuda a enumerar as razões da mudança, é o método da subjetividade que vai nos fazer compreender as intenções por trás dos motivos que os levaram a se mudar.

Os relatos orais dos moradores do Baixo Rio branco e de Canauini vêm repletos de sentimentos de alegria e de tristeza, são memórias individuais e coletivas que nos fazem enxergar que existe uma topofilia com cada lugar que é narrado por eles. São sentimentos que expressam a memória social de cada um, um processo de socialização primária na qual as lembranças remetem ao pai, à mãe, à avó, ao avô ou um amigo de infância ou até mesmo a paisagem da antiga comunidade, tornando esta pesquisa significativa tanto para o pesquisador, como para o ribeirinho e para a sociedade.

Significativa, porque percebemos os sofrimentos dos que vivem sem acesso a qualquer tipo de saneamento básico; significativo pelo fato de ouvir os ribeirinhos contarem seu modo de vida, sua economia, suas atividades de lazer, sua educação, sua identidade cultural e, principalmente, o seu bem viver.

Se existe complexidade dos circuitos de vida no Baixo Rio Branco, não é por causa do modo de vida dos ribeirinhos, mas pelo pela necessidade de sobrevivência, pela busca de qualidade de vida, e principalmente, pela vontade de quererem fazer parte de um projeto de inclusão social. Não devemos olhar para estas comunidades com olhar naturalista, mas também não devemos normalizar as invisibilidades desses povos.

Canauni é uma comunidade que vive basicamente da pesca, que tem poucos equipamentos urbanos, que apresenta uma dinâmica socioterritorial influenciada por uma empresa de pesca esportiva do estado do Amazonas e que sofre da inexistência de saneamento básico.

Mas é uma comunidade onde existem características bem definidas do bem viver capaz de dar significado para todos os seus ribeirinhos. Pois, o que é ser um ribeirinho? Não é aquele que vive às margens do rio? Ou aquele que compreendeu o bem viver. Não conceitualmente, mas que compreendeu na forma de sua existência e nas ações de suas territorialidades expressas em seu território.

Nesse sentido dialogico entre a comunidade, o ribeirinhos e o Bem Viver. é que são apresentados as relações intrínseca com o rio, a mata e suas simbologias.

O ribeirinho de Canauini tem um modo de viver às margens de políticas estatais, que se caracterizam pela precariedade de serviços essenciais e a inexistência de saneamento básico, que poderia garantir uma melhor qualidade de vida. Esta inércia estatal está escorada na justificativa de que existem poucos recursos para obras essenciais na comunidade. Justificativa esta usada pela antiga prefeita quando os ribeirinhos exigiram, através do administrador da comunidade, o jovem Marcos Natan Lima da Silva, a limpeza das ruas e funcionamento do posto de saúde.

Dito isto, a comunidade não é um sistema fechado em si mesmo. Os ribeirinhos têm uma rede de sociabilidade econômica e social com as áreas urbanas, tanto do estado de Roraima como do estado do Amazonas, através dos atravessadores, da rede de comunicação, com serviço de saúde e com a pesca esportiva (turista). Essa sociabilidade com o mundo urbano não descaracteriza sua concepção do ser ribeirinho.

Então, quando estamos falando em um bem viver dessa comunidade, estamos nos referindo ao seu modo de vida diferente do das áreas urbanas, das formas de produção e suas técnicas de manejo dos recursos naturais e, principalmente, a relação com a natureza. O bem viver não está ancorado no individualismo nem no progresso capitalista, mas em outra alternativa de perceber o mundo, em uma cosmovisão na qual não existe este dualismo entre homem x

natureza, e sim , uma relação harmoniosa e de respeito com o meio ambiente.

Ao analisarmos o modo de vida da comunidade, percebemos um sentimento de coletividade; isso ficou evidenciado nas narrativas da gênese da ocupação. Quando decidiram mudar de localização para a atual, a decisão foi coletiva, apesar de que partiu de um acontecimento individual. Esse sentimento de coletividade se deu nas construções das casas, que, em linha geral, foi por meio de mutirão. Também é demonstrado na forma como vão participar da temporada de pesca esportiva promovida pelas empresas que atuam no ramo no Baixo Rio Branco, que é decidida dentro da associação, além da maneira como será usado o dinheiro da compensação financeira dentro da comunidade.

Além de sentimento de coletividade e ajuda mútua, notou-se que o modo de vida dos ribeirinhos está vinculado ao rio. A relação dos ribeirinhos com o rio é uma relação em que as águas do Baixo Rio Branco fazem parte das suas territorialidades, é um lugar do qual retiram os alimentos para suas subsistências e de lazer. Esta observação foi confirmada quando perguntado aos entrevistados o que o rio representava para eles, a resposta, praticamente da grande maioria, 80%, foi que o rio era “tudo.” Quando indagado o que significava este “tudo”, os ribeirinhos afirmavam que era do rio que eles retiravam seus sustentos, tendo sido citado ainda como lugar de lazer, por 20%.

Notou-se também que o rio para os ribeirinhos não é só um território material; ele tem outro aspecto, que é do simbolismo e da representação. O rio não é só um lugar de subsistência, é um lugar de narrativas de mito e ritos, que são passadas pela memória coletiva e individual através de gerações. O rio ganha outro significado e simbologia, que são narradas nos mitos da cobra grande e do boto. Estas narrativas, todavia, estão se perdendo na percepção dos mais jovens devido à entrada da educação pragmática, da ciência objetiva e, principalmente, com os dogmas da igreja. Entretanto, os mais adultos ainda conservam em suas memórias as histórias dos ritos e mitos das águas do Baixo Rio Branco.

O dia a dia dos ribeirinhos de Canauini é simples, e o rio faz parte desse cotidiano. É comum perceber as mulheres que ficam conversando nas margens do rio, contemplando aquela paisagem, a qual, para muitas delas, é a única forma de subsistência de suas famílias. Todavia, elas não são pessoas passivas

nas atividades produtivas; muitas delas são pescadoras, cozinheiras, roçadeiras e donas de casa; são mulheres ativas na comunidade.

As crianças/ adolescentes, quando não estão na escola, estão ajudando as mães no serviço de casa, ou estão brincando pela rua, ou estão no campo de futebol da comunidade, que fica atrás do posto de saúde; outros estão com os pais nas atividades de pesca e extrativismo; para elas, o rio é um lugar de tomar banho, de brincar e trabalhar.

Os jovens, a força produtiva, veem no rio seu lugar de trabalho e de lazer. Muitos deles são os guias, ou os vigias que trabalham para as empresas da pesca esportiva. No final da tarde ou em finais de semana, quando não estão trabalhando, estão jogando futebol. À noite, é comum vê-los na margem do rio, no ponto do *Wi-Fi* que fica na frente da escola, usando a internet como fonte de pesquisa, para conversar com amigos que moram em alguma comunidade vizinha ou com algum parente que mora nas áreas urbanas; ou mesmo buscam esse espaço como um lugar de paquera.

Os idosos de Canauini, que por sinal são poucos, costumam dormir cedo e ficarem na frente de suas casas, ou estarem nas casas do vizinho. Notou-se pouca movimentação deles à noite na Comunidade. Por fim, observamos que, para cada uma das faixas etárias, o rio tem um significado e uma representação; entretanto, concluímos que, para todos, o rio é o coração de Canauini, o rio é porta de entrada dos que chegam e querem conhecer o que é o “ser ribeirinho”, e a porta de saída para o mundo exterior.

É na mata que os ribeirinhos retiram sua outra forma de subsistência. Os castanhais estão espalhados em todo o território usado pelos ribeirinhos. Sabe-se que o extrativismo vegetal sempre foi uma marca do modo de vida dos ribeirinhos de Canauini; muito antes dessa localização atual, essa atividade já era praticada por eles na sua antiga Vila, Santa Maria de Xeruini. É interessante notar que o extrativismo animal (a caça) é uma prática mais para o consumo próprio, como também a retirada do açai.

É nesse sentido que percebemos a forma como o rio e a mata fazem parte do cotidiano dos os ribeirinhos de Canauini, havendo uma unicidade entre o ribeirinho e a natureza, bem diferente do dualismo que geralmente se encontra na gramática social da sociedade urbana. A apropriação do meio ambiente

acontece numa lógica social e coletiva sempre com o respeito à mata e à floresta, das quais eles necessitam para sua sobrevivência.

Por fim, o bem viver dos ribeirinhos está nessa simplicidade de uma relação simétrica entre o ribeirinho para com ele mesmo, marcada pela sua percepção de ser ver no mundo; entre ele e a comunidade (sentimento de coletividade, ajuda mútua e cooperação); e entre ele e a natureza, que é de reverência e respeito por aquilo que alimenta o seu ser. Essa simetria desses três aspectos do bem viver forja a identidade cultural da Comunidade de Canauini.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita.org: LAGES, Vinicius e MORELLI, GUSTAVO. **Território em movimento: Cultura e identidades como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília, DF: SEBRAE, 2004, p. 27-29.

ARRUDA, Rinaldo. **“Populações Tradicionais e a proteção de recursos naturais em unidades de Conservação”** In: Ambiente & Sociedade, ano II, n 5, 1999.

ALVES, Thiago José Costa. **Agroecossistemas familiares no complexo ambiental sacaí, Baixo Rio Branco, Roraima**. 2016 Tese (Doutorado em Biotecnologia) - Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade da Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em Roraima. . I . Histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Bol. M.Is. Par. Emilio Goeldi**, n.9, v.1, p. 123- 144 1993.

BARROS, Nilson Cortez Crócia De. **The Frontier Cycle: A Study on the Agricultural Frontier Settlement in the Southeast of Roraima**. Brazil. Workinf paper 4. Department of Geography, University Durham, EUA, 1994.

BECKER, Berta K. Amazônia. 6. ed. São Paulo: editora Ática, 1998.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.354.

CAETANO, Renato Fernandes; SILVA, Raimundo. N. Pereira Da; ALVES, Eva da Silva 2017. **O Território como Elemento Constituidor da Identidade Sociocultural dos Povos e Comunidades Tradicionais: A Constituição Sócio- Histórica da Comunidade Ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO)**. Saberes da Amazônia | Porto Velho, vol. 02, nº 05, Jul-Dez 2017.

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In: Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1997.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Àtica, 1999.

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão**

comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo:Ed. HUCITEC, 1998..

EGGERATH, D.Pedro. **O Valle e os índios do Rio Branco.** Rio de Janeiro, 1924.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura Cabocla-Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume, 2004.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco ea colonização.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991. 196p

FEMAHR - Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Procedimentos de criação da Área de Proteção Ambiental do Baixo Rio Branco – APA/BRB.** Boa Vista, 2006.

_____ **Inventário do Diagnóstico APA do Baixo Rio Branco: material descritivo gleba Rio Branco no município de Rorainópolis-RR.** 2017.205p.

_____ **Procedimentos de criação da APA – BRB.** Relatório técnico. Boa Vista; 2006.

GALDINO, Lúcio Keury Almeida. **Sociedade, política, cultura e meio ambiente: subsídios ao planejamento socioambiental à comunidade indígena Boca da Mata, na terra indígena São Marcos – Roraima.** 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

_____. **Roraima: Sociedade, política e meio ambiente.** Boa Vista: 2018

GIL, A.C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.UERR. Edições, 2018

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa - tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo: RAE, v.35, p.20-29, maio/jun.1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônia.** 2ed. – São Paulo.Contexto, 2005.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, vol. 2, nº 3, 2012. p. 523-545.

GOMES FILHO, G. F., & MILDER, S. E. S. (2014). **Forte São Joaquim: a ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco no século XVIII**. *Oficina Do Historiador*, 7(1), 23-42. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2014.1.13437>.

GUZMÁN, D.A; Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), século XVIII e XIX. In: ADMS, C.; MURRIETA, R. NEVES, W. (org.). **Sociedades Caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 1º reimpressão, 2008.p.97-80.

_____ **História de Brancos: memória, históriografia dos índios manao do rio Negro (século XVIII-XIX)**. Dissertação. Instituto de filosofia e ciências humanas. Universidade Estadual de Campinas-SP. 1997

HAESBAERT R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. P.6774-6792.

_____ **Os sentidos do território e da territorialidade: Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Leila Christina Dias e Maristela Ferrari (organizadoras) Florianópolis: Insular, 2011, p.79.

_____ **Identidades Territoriais**. In: RODENDHAL, Z. CORRÊA, R. L.(Orgs.). **Manifestações Culturais no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p.173.

_____ **Muros, “campos e reservas: os processos de reclusão e exclusão territorial**. In: SILVA, J.et al. (orgs) **Panorama da Geografia Brasileira 1**. Sao Paulo: Annablume, 2006,p.72

HARRIS, Mark. **Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo**. In: ADAMS, C. et. al. (Org.). **Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

HEIDTMANN NETO, Henrique. G. C. 2008 **A SENSIBILIDADE TERRITORIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS Um estudo em comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo)- Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE),2010.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_do_Boia>. Acesso

em: 12 outubro. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE),2010.

Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/caracari>>. Acesso em: 17 Agosto. 2020.

INMET. 2016. Gráficos climatológicos. Instituto Nacional de Meteorologia. [Online]

2016.Disponivelem:<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/graficosClimaticos>.> acesso em: 03 de outubro de 2020

LAURIANO, Sandra. S.E. **Dinâmica Territorial da Comunidade ribeirinha de Santa Maria do Boiaçu – Rorainópolis/RR**. 2020 Dissertações (Mestrado em Geografia- área de concentração da produção do Território Amazônico) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2020.

LACERDA, Elisângela Gonçalves. **Gênese e Evolução do Urbano em Assentamentos Rurais da Amazônica: O Caso do Município de Rorainópolis-RR**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia- Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/Belo Horizonte, 2017.

LITTLE. Paul. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorial**. Serie Antropológica 322. Brasília 2002.

LOPES, Policarpo. **Etnicização do espaço e produção de identidade**. In: BALSÁ, Casimiro (org.) *Relações Sociais- Homenagem a Jean Remy*. Lisboa: Edições Colibri/CEOS, 2006, p.137.

LUZ, Felipe. S.B. Da. **DINÂMICA TERRITORIAL URBANA DE CARACARAÍ-RR**.

2014. **Anais eletrônicos do VII CBG**.

Disponível:

<<http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404408209>>_

MACHADO Lia Osório. **Mitos e realidades da Amazonia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. 1989. Tese de doutorado- Departamento em Geografia Humana, Universidade de Barcelona. Barcelona. 1989.

MASCARENHAS, Maria José, **Território, identidades e o jogo das dualidades**. In: BALSÁ, Casimiro (org.). *Relações sociais de Espaço-*

Homenagem a Jean Remy. Lisboa: Edições Colibri/CEOS, 2006.

MASSEY, Doreen. **Um sentido global de lugar**. In: ARANTES, Antonio (Org). O espaço da diferença. São Paulo: Papirus, 2000.

MACIVER, Robert Morrison; PAGE, Charles Harrison. Comunidade e sociedade com os níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade: Leituras sobre Problemas conceituais, Metodológicos e Aplicação. São Paulo: Nacional e Edusp. 1973, 198p.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. Amazônia: **extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988**. Boa Vista/RR. Editora UFRR, 2018.

OLIVEIRA, I, A; MOTA NETO, J.C. Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação. In. OLIVEIRA, I.A. (org.) **Cartografias Ribeirinhas: Saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônicas**. 2. Ed. Belém: EDUEPA, 2008, p. 63-79.

OLIVEIRA, I, A. **Território e Educação: uma análise a partir da Educação do campo em comunidades rurais-ribeirinhas** In: SILVA, C.N. et al (org.). Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense. 1. Ed. Belém: GAPTA/ UFPA, 2013, p.245 257.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes De. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP 2003.

OURIQUE, Alfredo Ernesto Jacques. O Valle do Rio Branco. Amazonas, 1906. In: ZOUEN, Maurício Elias; MAIA, Andréia Casa Nova (Org.). **O Vale do Rio Branco**. Boa Vista/RR: Editora da UFRR, 2017. p. 9-16.

PATTON, M.G **Qualitative Research and Evaluation Methods**, 3. Ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

PROGRAMA DE AREAS PROTEGIDAS DA AMAZONIA- ARPA.
Relatório Preliminar Diagnostico Fundiário Região do Xeruni. Boa Vista. 2020

PONTES, Carlos José de Farias. **A guerra no Inferno Verde: Segundo Ciclo da borracha, o Front da Amazônia e os soldados da borracha**. South American Journal of Basic education, Technological. 2015

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora: Ática. S.A, 1993, p.158

RATZEL, F. **Geografia do homem**. In: Ratzel. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo- SP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.).

REIS, A. C. F. R. “**As fortificações da Amazônia no período colonial**”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 344, jul./set 1984.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICE, Hamilton. **Exploração da Guiana Brasileira**. São Paulo: EDIUSP, 1970.

RODRIGUES, Éder. S. **Etnogeografia Macuxi: O lugar na Memória da Comunidade Indígena Raposa I, Estado de Roraima**. 2020 Dissertações (Mestrado em Geografia- área de concentração da produção do Território Amazônico) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2020.

RORAIMA. Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). **Inventário do Diagnóstico APA do Baixo Rio Branco**: material descritivo gleba Rio Branco no município de Rorainópolis-RR. 2017

SANTOS, Cássio Rogério Graças dos; et al. **Ribeirinhos da Amazônia: Modo de vida e relação com a natureza**. In: V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais: políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento. São Paulo: UNIARA, 2012.

SANTOS, Jenijunio dos, 1964- Populações ribeirinhas e educação do campo: análise das diretrizes educacionais do município de Belém-PA, no período de 2005- 2012. / Jenijunio dos Santos, –2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____ O dinheiro e o território In: SANTOS. [et al.] . Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTILL, Paulo. **TRABALHO ESCRAVO BRANCOS CANIBAIS
UMA
NARRATIVA HISTÓRICA MAKUXI**. Faculdade de Ciências e Letras-UN

ESP -Assis-SP. Inerários, Araraquara, n° 11,1997.

SACK, Robert. **Territorialidade Humana: sua teoria e história** Cambridge: Cambridge University. Press1986 p. Tradução por Holli Davis. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/122069571/Sack-Robert-David-Territorialidade-Humana-suateoria-e-historia#scribd>.> Acesso em: 12 outubro. 2020.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo:Expressão Popular, 2010.

_____. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 99.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO- SEMPLAN-RR. **Panorama e vetores de desenvolvimento de Roraima: Volume III-Turismo, meio ambiente, zoneamento e recursos naturais**. Boa Vista: SEMPLAN-RR- 2013

_____. **Zoneamento Ecológico-econômico da Região Central do Estado de Roraima**. Boa Vista: SEMPLAN-RR, 2002.

SILVA, Josué da Costa *et al.* **Nos Banzeiros do Rio - Ação Interdisciplinar em Busca da Sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia**. Porto Velho: EDUFRO, 2002.

_____. O Rio, A Comunidade e o Viver. Tese de Doutorado. Departamentode Geografia - Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1999.

_____. **Amazônia: explorando o baixo Rio Branco - Roraima/Amazonas**. Revista do departamento de geografia. Universidade de São Paulo. 2020. Disponível <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/170817/166530>.> acesso em: 23 de dezembro de 2020.

SILVA, Elane Cristina Lima Da. **A dinâmica das relações comunitárias na Amazonia: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauarú no município de Tabatinga-AM/ Manaus: UFAM, 2007.**

SILVEIRA, Isolda Maciel Da; GATTI, Marcelo. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colozinação**. Bo!. Mus. Para. Emilio Goe/di, ser. Antropol. 1988

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa Socio-

espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A Amazônia brasileira: formação histórico- territorial e perspectivas para o século XXI**, GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121 2011.

TRINDADE JR., S. C.; AMARAL, M.D.B.; SILVA, M.A.P. Das “janelas” as “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: TRINDADE JR, S.C. TAVARES, M.G.C. (org.) **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.

ALMEIDA. Remanescentes de Quilombo de Santo Antônio do Guaporé, **Identidade e Territorialidade Adversas**. In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). Conflitos Sociais no —Complexo Madeirall, Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009, p.78.

TOLRA-LABURTHE, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia e Antropologia**. Petropolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

VERÍSSIMO, A. et al. **Áreas protegidas na Amazonia brasileira: Avanços e desafios**. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: A disputa pela Terra -1777 a 1980**. 2003, p. 252. Tese (Doutorado). Universidade federal de Pernambuco. Recife, 2003.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A Produção do espaço urbano de Boa Vista— Roraima**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VITÓRIO, Luciana de Souza. **Turismo de Base Comunitária: Análise quanto às interferências do turismo de pesca no Baixo Rio Branco, Roraima, Brasil**. 2014 Dissertações (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós- Graduação em Turismo, 2014.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. São Paulo: EDUSP/ITATIAIA, 1988.

WIRTH, Louis. **Delineamento e problemas da comunidade** In: FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade: Leituras sobre Problemas conceituais, Metodológicos e Aplicação. São Paulo: Nacional e Edusp. 1973, 198p.

YIN. R.K. Estudo de caso: **planejamento e método**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A



35) Como e onde são realizados os partos na comunidade? () casa () na unidade básica de saúde () Boa Vista () Caracará () Rorainópolis ()
outras localidades: _____

36) Faz uso de plantas medicinais? () sim () não

37) Quais? _____

38) Como o lixo deste domicílio é descartado?

() coletado por serviço de limpeza () queimado () enterrado () jogado em terreno baldio () jogado no rio, lago ou igarapé () outro: _____

3 EDUCAÇÃO

39) Qual a sua escolaridade? () Analfabeto () Ensino Fundamental incompleto 1° a 5° ano () 6° a 9° ano do ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior incompleto () Ensino Superior completo

40) Você atualmente estuda? () Sim () não

41) Porque você parou de estudar? _____

42) Os indivíduos do seu domicílio de até 18 anos estudam? () sim, todos () não () alguns

43) A(s) escola(s) atende(m) as necessidades da comunidade? () sim () não

44) Na sua opinião o que falta na escola?: () merenda () professores () material de limpeza () estrutura mais adequada () material escolar () outro: _____

4 ECONOMIA

45) Você exerce trabalho remunerado?

() sim () Não

46) Qual a sua renda média mensal? _____

47) Sua renda vem do trabalho de: () caça () aposentadoria () pesca () extrativismo () salário de funcionário () outros: _____

48) Qual o valor da renda familiar? () 1 a 2 salários

Mínimos () 2 a 4 salários mínimos () acima de 4 salários

49) Sua família recebe algum benefício social?

() sim () não

50) Caso sim, qual o benefício? _____

51) Onde sua família adquire produtos para o consumo? () na comunidade () Boa Vista

() Caracará () Rorainópolis () Manaus () outras localidades: _____

52) Qual é o meio de transporte que sua família utiliza para adquirir os produtos para o consumo?

() barco () avião () voadeira ()

outros: _____

53) Sua família tem barco? () sim () não

54) O comércio local atende as suas necessidades de consumo? () sim () Não

55) Existe algum meio de transporte da comunidade que leva até Boa Vista, Caracará ou outra localidade? () sim () não

5 A COMUNIDADE

56) Você e sua família participam de alguma atividade comunitária? () sim () não

57) Que tipo? () religiosa () esportiva () artística () cultural () política

58) Ocorre algum evento na comunidade?

() Sim () não

59) Se sim, qual o nome e o mês que se comemora? _____

60) onde se comemora tal evento? _____

61) Você ou alguém da sua família participa de alguma associação, sindicato, cooperativa ou partido político?

() sim () não

62) Que tipo de associação ou sindicato, cooperativa ou partido político (nomes)? _____

63) Como você se comunica com outras localidades?

() rádio () celular () computador () outros: _____

64) Qual o seu sentimento com a comunidade?

() de pertencimento com o lugar () de não pertencimento com o lugar

65) Pretende um dia ir embora? Se sim para onde? _____

66) Quais são os principais problemas que ocorrem na comunidade no inverno? _____

67) Quais são os principais problemas que ocorrem na comunidade no verão? _____

68) Sua família sente algum descaso ou falta de Política públicas voltadas para melhorias da comunidade?

() sim () Não

69) Se sim, qual? _____

70) Existe algum conflito territorial?

() sim () não

71) Se sim, cite quais: _____

72) O que Rio Branco representa para você? _____

ANEXOS

ANEXO A



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Projeto de pesquisa: RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA:
DINÂMICA TERRITORIAL NA COMUNIDADE CANAUINI NO
BAIXO RIO BRANCO-RORAIMA

1. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o (a) participante.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM / SOM
DEVOZ PARA FINS DE PESQUISA

Eu, _____,

autorizo a utilização da minha imagem (fotografia/ filmagem) e o som da minha voz (gravação), na qualidade de participante/ entrevistado(a) neste projeto de pesquisa, de responsabilidade do pesquisador mestrando Rafael Oliveira da Silva Maia, sob a orientação do professor doutor Antônio Artur Rosa Filho. Tenho ciência de que a minha imagem e o som da minha voz serão utilizados somente na dissertação e artigos do referido mestrando, fui também informado

4.6.1 que não haverá divulgação da minha identidade, da minha imagem e nem do som da minha voz por qualquer meio de comunicação, seja televisão, rádio ou internet, exceto em caso especificado, o qual acontecerá em forma de produções científicas, como: cursos, encontros, simpósios e workshops. Também fui esclarecido (a) que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do pesquisador, que se compromete, diante de todos os preceitos éticos, a proteger os dados e guardá-los com segurança para que em nenhum momento sejam utilizados de forma indevida. Deste modo, declaro que AUTORIZO, livre e espontaneamente, o uso da minha imagem e da minha voz para fins da pesquisa citada, nos termos acima descritos.

 Assinatura do (a) participante

Comunidade terra Preta-RR ____ de _____ de 20 ____

ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Projeto de pesquisa: RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA: DINÂMICA TERRITORIAL NA COMUNIDADE CANAUINI NO BAIXO RIO BRANCO-RORAIMA

*Este documento foi elaborado em duas vias, uma fica com o pesquisador e outra com o (a) participante.

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro que **CONCORDO E AUTORIZO** a pesquisa intitulada “**RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA: DINÂMICA TERRITORIAL NA COMUNIDADE CANAUINI NO BAIXO RIO BRANCO-RORAIMA**” sob

a responsabilidade do pesquisador mestranda **Rafael Oliveira Da Silva Maia**, sob a orientação do professor orientador Dr. Artur Rosa Filho e pela coorientador prof. Dr. José da Costa Silva , a ser desenvolvido na comunidade de Canauini. Estou ciente que o estudo apresenta pressupostos éticos para a constituição da pesquisa, como, como: a) O esclarecimento feito à todos os participantes da pesquisa, o consentimento feito através do assinatura do Termo de Anuência e do Termo de autorização para o uso de imagem e do som, dos quais foram alertados quanto a natureza do estudo; b) Proteção de qualquer danos que possa ser causado aos sujeitos da pesquisa devido aos dados coletados para a pesquisa; c) Proteção da privacidade dos participante e garantia de confidencialidade; e d) Tomar decisões que forem necessárias para que em nenhum momento o sujeito da pesquisa possa tornar-se vulnerável diante dos dados coletados. Sem mais para o momento.

Líder/Administrador da Comunidade de Canauini-Roraima/_/ 202_

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **Ribeirinhos da Amazônia: Dinâmica Territorial na Comunidade Canauini do Baixo Rio Branco- RR** sob a responsabilidade dos pesquisadores: Rafael Oliveira da Silva Maia e do professor Artur Rosa Filho (orientador) e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para o pesquisador.

1. O objetivo deste estudo é: é compreender a Dinâmica territorial da Comunidade Canauini-RR. Ou seja, entender a vida dos ribeirinhos de Canauini, desde as atividades produtivas até sua vida cotidiana.

2 Justificativa: O estudo das comunidades ribeirinhas da Amazônia atraiu meu interesse em tentar compreender o processo de ocupação das comunidades, que ao longo dos anos sofrem da inércia do Estado. Tal temática revela um desafio que me permite aprofundar os conhecimentos sobre as questões dos viveres e saberes tradicionais dos povos amazônicos. Dito isto, esta pesquisa contribuirá na compreensão das vivências dos ribeirinhos do nosso Estado- Roraima.

3. Sua participação nesta pesquisa será: na condição de entrevistado, cujo o registro será feito com equipamento audiovisual.

4 a aplicação do questionário terá uma duração média de 25 a 30 min, na qual será aplicado ao entrevistado um questionário com 72 perguntas.

5. O principal benefício relacionado com a sua participação será: os benefícios serão práticos e visíveis à comunidade na dimensão pedagógica com a socialização dos saberes sobre as vivências dos ribeirinhos desta localidade, que futuramente poderá ser objeto de artigos, livros, debates e cerca das comunidades ribeirinhas da Amazônia.

6. O principal risco relacionado com a sua participação será: os riscos da pesquisa são mínimos tais como: na dimensão psíquica, e física. Pois ao longo da entrevista poderá ocorrer a fadiga física e psicológica. O pesquisador compromete em parar a entrevista, se possível, retomando no momento adequado em comum acordo, quando o participante se sentir confortável em retomar a conversa.

7. Serão incluídos nesta pesquisa: serão incluídos os ribeirinhos de Canauini, maiores de 18 anos e seu fundador.

8. As informações desta pesquisa serão confidenciais e garantimos que somente o pesquisador saberá sobre sua participação.

9. o pesquisador compromete a divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou a população que foi pesquisada conforme CNS nº510 de 2016

10. Cabe destacar ao participante que a **comissão nacional de ética em pesquisa (Conep)** é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho.

Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através do telefone do pesquisador responsável, **Rafael Oliveira da Silva Maia**, número (95)991303975, caso tenha alguma dúvida.

Pesquisador

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Participante da Pesquisa

Av. Cap. Ene Garcês, nº 2413 - Aeroporto, Boa Vista - RR, 69310-000
UFRR, endereço, Prédio da Pós graduação em Geografia do lado do Hydros -
IGEO

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa: Bloco da PRPPG-UFRR,
última sala do corredor em forma de T à esquerda (o prédio da
PRPPG fica localizado atrás da Reitoria e ao lado da Diretoria de
Administração e Recursos Humanos - DARH) Av. Cap. Ene Garcez,
2413 – Aeroporto (Campus do Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa
Vista – RR E-mail: coep@ufrr.br (95) 3621-3112 Ramal 26

ANEXO D

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA: DINÂMICA TERRITORIAL NA COMUNIDADE CANAUINÍ DO BAIXO RIO BRANCO-RR

Pesquisador Responsável: RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA MAIA

Área Temática:

Versão: 7

CAAE: 37238520.3.0000.5302

Submetido em: 22/03/2021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Roraima - UFR

Situação da Versão do Projeto: Parecer Consubstanciado Emitido (Aprovado)

Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 7
 - ↳ Recurso (PO) - Versão 7
 - ↳ Documentos do Projeto
 - ↳ Brochura Pesquisa - Submissão 9
 - ↳ Comprovante de Recepção - Submissã
 - ↳ Cronograma - Submissão 9
 - ↳ Declaração de concordância - Submiss
 - ↳ Folha de Rosto - Submissão 9
 - ↳ Informações Básicas do Projeto - Subm
 - ↳ Outros - Submissão 9
 - ↳ Parecer Anterior - Submissão 9
 - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investigaç
 - ↳ Recurso Anexado pelo Pesquisador - S
 - ↳ Recurso do Parecer - Submissão 9
 - ↳ Solicitação Assinada pelo Pesquisador
 - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Justif
 - ↳ Apreciação 9 - CONEP - Versão 7
 - ↳ Projeto Completo

| Tipo de Documento | Situação | Arquivo | Postagem | Ações |
|-------------------|----------|---------|----------|-------|
| | | | | |

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

| Apreciação | Pesquisador Responsável | Versão | Recepção | Submissão | Modificação | Primeira Submissão | Relator | Situação | Exclusiva do Centro Coord. | Ação |
|------------|-------------------------------|--------|------------|------------|-------------|--------------------|------------------------|---|----------------------------|------|
| PO | RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA MAIA | 7 | 24/06/2021 | 21/08/2021 | 29/06/2021 | 25/08/2020 | Aline Oliveira Machado | Parecer Consubstanciado Emitido(Aprovado) | Não | |